UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

MARCIO RUFINO SILVA

"Mares de prédios" e "mares de gente": território e urbanização crítica em Cidade Tiradentes

São Paulo
2008

MARCIO RUFINO SILVA

"Mares de prédios" e "mares de gente": território e urbanização crítica em Cidade Tiradentes

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia Urbana.
Orientadora: Profª Drª Amélia Luísa Damiani

A meus pais, José e Mônica, por existirem em minha vida.

AGRADECIMENTOS

São muitas pessoas a quem devo este trabalho.

À minha orientadora, Amélia Luísa Damiani, por sua paciência e dedicação, assim como pela vontade de nos fazer sempre superar nossos limites.

Às professoras Odette Seabra e Maria Laura Silveira, por suas preciosas contribuições no momento da qualificação. Ao Prof. Mario De Biasi, pelas cartografias deste trabalho.

Aos colegas de graduação – Renata, Ricardo, Tárcio, Edil, Cláudia, Adriana e muitos outros -, que desde o início estiveram presentes em minha trajetória acadêmica.

Aos colegas de pós-graduação e dos colóquios – Luciano Aragão, Luciano Marini, James, Daniel Sanfelici, Daniel Costa, Marco, Jean, Fred, José Raimundo, Júlio, César, Igor, Creuza, Ricardo, Flávia, Alexandre, Evânio, entre muitos outros – que de uma forma ou de outra, em nossas discussões dentro e fora da sala de aula e nos grupos de estudo, sempre colocaram suas contribuições para que este trabalho se tornasse possível.

Aos moradores da Cidade Tiradentes: Dalva, Roberto e todos os demais que foram fundamentais na elaboração deste trabalho, por intermédio de suas trajetórias e práticas quotidianas, expressas em seus generosos depoimentos. Um agradecimento especial para o Aldo que, mesmo distante, esteve presente no momento em que este trabalho começava a dar seus primeiros passos. Devo este trabalho a todos eles.

À Prof.ª Maria Ruth Sampaio, por ter aberto o caminho das institucionalidades do urbanismo metropolitano. Agradeço também a Henri Cherkezian e Ubirajara Garcia, por terem iluminado as tramas desse urbanismo institucional. Sem estes, não teria sido possível este trabalho.

A Luis Alberto, pela importante ajuda na língua estrangeira.

A Simone e André, companheiros constantes em todos os momentos. A Shirley, por sua trajetória e pela força de sua contribuição neste trabalho e em minha vida.

A Rodison, companheiro de todos os tempos e espaços.

Aos meus irmãos Marcos e Monique, pela fraternidade.

E a todos os demais que não estão aqui citados, mas que de alguma forma contribuíram com este trabalho.

SILVA, Marcio Rufino. **"Mares de prédios" e "mares de gente": território e urbanização crítica em Cidade Tiradentes.** 2008. 253 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RESUMO

Neste trabalho, buscamos compreender as formas de territorialização que os moradores do complexo habitacional "Cidade Tiradentes" constroem frente à metrópole, aliadas às formas de percepção dessas territorializações e do lugar. Assim, buscamos compreender as formas de adequação do espaço-tempo do vivido em relação à imposta negação desse vivido, em consonância com as inegáveis transformações ocorridas no local desde o momento de implantação dos conjuntos habitacionais. Buscamos desvendar também de que maneira a ordenação por meio da forma estatal, aliada a um capital privado, constrói situações de luta e como essas lutas compõem o campo de práticas implicadas ao quotidiano. Além disso, centrarmo-nos nos termos qualitativos da circulação, considerando as práticas espaciais quotidianas dos moradores e sua composição em territórios e territorialidades urbanas, estas atravessadas por tempos políticos e econômicos da metrópole. Uma revisão bibliográfica se mesclou às entrevistas realizadas com moradores locais e técnicos responsáveis pela concepção e implantação dos conjuntos. As trajetórias de todos que contribuíram com este trabalho por intermédio de seus depoimentos, assim como o entrecruzamento dos discursos vários, são marcadas pela experiência de um urbano que não se realiza senão enquanto mercadoria, e impõe o crítico à imensa maioria da população urbana.

Palavras-chave: território e territorialização, urbanização crítica, Cidade Tiradentes, quotidiano, trajetórias.

SILVA, Marcio Rufino. **"Sea of buildings" and "sea of people": territory and critical urbanization in Cidade Tiradentes.** 2008. 250 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ABSTRACT

In this study, we aim to understand the forms of territorialisation that "Cidade Tiradentes" housing complex dwellers are building to face the metropolis, jointly with the perception of those territorialisations and the place. Thus, we aim to understand the forms of space-time adjustments' lived in relation with the imposed negation of what was lived, in consonance with the undeniable transformation has happened in the place since the begging of the housing complex installation. We also look for unveil the way state order, jointly with a private capital, rouse struggle circumstances and how those struggles composes the field of practices concerned to the quotidian. Besides, we focused on the qualitative terms of the circulation, considering the dwellers' everyday spatial practices and its composition in territories and urban territorialities, which are gone through by metropolis political and economic time. A bibliographic review was mixed to the interviews realized with the local inhabitants and the technicians who participated in the housing complexes' conception and implantation. The trajectory of each one that contributed with this study through his speech, such as the several discourses crossed, is marked for the an urban experience that doesn't take place without the merchandise's logical, and it imposes the critical on the immense majority of the urban population.

Keywords: territory and territorialization, critical urbanization, Cidade Tiradentes, quotidian, trajectories.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: ... 8

CAPÍTULO 1: A Articulação entre o público e o privado na construção da periferia de São Paulo ... 23

1.1. Em busca de um momento possível: a invenção da periferia em São Paulo ... 24

1.2. A ação do Estado em dois pólos: o Plano de Avenidas e a Lei do Inquilinato ... 32

1.3. O espaço urbano sob o regime autoritário ... 39

1.4. As políticas habitacionais no contexto da Ditadura Militar ... 43

1.5. O contemporâneo dentro da teia do crítico ... 54

CAPÍTULO 2: As lutas pelo lugar ... 61

2.1. A luta quotidiana como o único possível da vida em Cidade Tiradentes ... 62

2.2. Um recuo histórico: a Greve de 1917 e formas de luta em São Paulo ... 65

2.3. A Zona Leste: um histórico de ocupação e lutas ... 68

2.4. Santa Etelvina e seu quotidiano pela voz de quatro antigas moradoras ... 76

2.4.1. Glória: a vida quotidiana de Santa Etelvina ... 77

2.4.2. O depoimento de Luzia Conceição ... 94

2.5. Os planos para a Zona Leste e a gênese dos conjuntos habitacionais ... 104

2.5.1. A Zona Leste que se apresenta enquanto um vetor possível de crescimento ... 107

2.6. A produção do espaço pós-conjuntos: o nascimento da Cidade Tiradentes ... 134

2.6.1. O plano do vivido pós-Cidade Tiradentes: alguns depoimentos ... 140

2.6.1.1. O caso de Cláudia na sua luta pela terra ... 157

2.6.1.2. O caso de Áurea e a luta pela terra ... 163

2.7. À guisa de uma conclusão: como apreender territórios no campo das lutas? ... 168

CAPÍTULO 3: Os territórios ... 171

3.1. Territórios? ... 172

3.2. Os territórios nos tempos da Fazenda Santa Etelvina ... 176

3.3. Os territórios nos tempos de Cidade Tiradentes ... 181

3.3.1. Cidade Tiradentes nos seus primórdios e na atualidade, no contexto das territorialidades de Dalva e Roberto ... 182

3.3.2. Os territórios do possível: Áurea e o seu futuro ... 197

3.4. Os mares de prédios e os mares de gente ... 199

3.5. Territorialidades possíveis: o futuro de Cidade Tiradentes segundo as lutas do presente ... 211

3.5.1. Zilda Borges e a instituição escola no contexto das relações sociais locais ... 218

3.5.2. A Mata das Sete Cruzes: territorialidades da questão sócio-ambiental ... 226

3.6. Territórios do possível: como apreendê-los? ... 231

CONSIDERAÇÕES FINAIS ... 234

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ... 238

ANEXOS: quadro de entrevistas, mapas, fotografias ... 245

INTRODUÇÃO

A urbanização, tal como processo e a cidade, tal como produto da atividade social humana no espaço, estão ambos colocados em um contexto contemporâneo fortemente marcado pelo **crítico**. O crítico está impresso nas formas de produção e reprodução do urbano, bem como em seu produto final: um espaço posto como valor-de-troca (aliado, sem dúvida, a um determinado valor-de-uso) e o aprofundamento dos processos de segregação urbana.

A reprodução e a ampliação física do tecido urbano, em uma economia capitalista, ocorrem de acordo com demandas postas sobre o econômico, de modo que tanto a iniciativa privada (empresas construtoras, incorporadoras etc.) quanto o Estado (companhias de habitação, bancos de crédito financiadores de imóveis etc.) asseguram a reprodução urbana nesses termos. Assim, quando se impõe a **segregação**, compreende-se que o tecido urbano está todo impresso por essa lógica: a especulação imobiliária elege certos lugares como "valorizados" e outros como "desvalorizados", segundo certos atributos espaciais socialmente construídos (facilidade de transportes, proximidade de grandes vias de circulação, proximidade de atividades comerciais ou culturais etc.) ou culturalmente valorizados (áreas verdes preservadas etc.).

É em todo esse contexto onde se manifesta o **crítico**. Enquanto essa valorização ocorre, cresce vertiginosamente a quantidade de pessoas que, **embora habitem na cidade, vivem a negação do urbano**; essas pessoas moram em áreas geograficamente (e sócio-culturalmente) distantes das áreas centrais. Além disso, vivem lugares que apresentam todo o tipo de carências, tais como saúde, educação, empregos, atividades culturais etc. **Cidade Tiradentes**, um imenso complexo de conjuntos habitacionais promovidos pelo Estado (uma verdadeira "cidade", dadas as suas gigantescas proporções e a grande população residente), está localizado em uma das "periferias distantes" do município de São Paulo. Esse caso se configura como um grande exemplo da criticidade no contexto do urbano.

Esse lugar apresenta alguns indicadores sócio-econômicos que confirmam tal criticidade, a saber:

Tabela 1: População e Taxa de Crescimento

Município de São Paulo e Distrito Cidade Tiradentes – 1980, 1991, 1996 e 2000.

	População				**Taxas anuais de Crescimento**			
	1980	**1991**	**1996**	**2000**	**1980/ 1991**	**1991/ 1996**	**1996/ 2000**	**1991/ 2000**
Município de São Paulo	8.493.226	9.646.185	9.839.436	10.434.252	1,16	0,40	1,48	0,88
Distrito Cidade Tiradentes	**8.603**	**96.281**	**162.653**	**190.657**	**24,55**	**11,06**	**4,05**	**7,89**

Fonte: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 2004.

> "Do ponto de vista sócio-econômico, a Cidade Tiradentes caracteriza-se como distrito **exportador de mão-de-obra**, ou seja, as atividades econômicas são predominantemente familiares, de subsistência, irregulares, espalhadas por todas as áreas que compõem o distrito, normalmente concentradas nas vias de maior circulação. A segunda forma de atividade é o setor de serviços, normalmente ligado à **construção civil**"[1]. [grifo nosso]

Como se pode observar, ocorre um expressivo aumento populacional no distrito, seguido de uma elevada taxa anual de crescimento, entre 1980 e 2000. Assim como nos tempos das olarias que grassavam a região, a própria importância da construção civil na economia local é um forte indicativo de que continua havendo, em épocas mais recentes, um consistente processo de ocupação do local.

Segundo dados oficiais da Prefeitura de São Paulo, em 2000, para uma população de quase **200.000 habitantes** no distrito, havia apenas **459 empregos**. Esses dados, entre outros, já são fortes indicadores da grande necessidade de deslocamento diário dos habitantes desse lugar aos seus postos de trabalho, em outras partes da metrópole.

---

[1] PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, **Planos Regionais Estratégicos: Município de São Paulo, subprefeitura Cidade Tiradentes,** p. 13.

Em relação ao deslocamento, este é sobremaneira difícil para os habitantes desse local. A principal via de acesso ao distrito Cidade Tiradentes, a Estrada do Iguatemi, é uma simples e estreita via de mão dupla, de caráter quase rural. Esse, talvez, já seja um indício, impresso na estruturação urbana local, de sua forma de ocupação, já que os tempos de ocupação não são conjuntos aos tempos de construção dos atributos do urbano. Essa disparidade das temporalidades demonstra, de antemão, quão crítico o processo de segregação se impõe na metrópole paulistana.

Há uma indiscutível necessidade de compreender o sentido do urbano em um lugar repleto de "mares de prédios" e "mares de gente". O título evoca um atributo do espaço muito importante à análise geográfica: a **paisagem**. Essa paisagem, os "mares" presentes em Cidade Tiradentes, é um forte indício da natureza e dos conteúdos da urbanização na periferia do sistema capitalista mundial.

Nas grandes metrópoles do chamado "mundo subdesenvolvido", a produção espacial das periferias (lugares "urbanos" completamente destituídos do urbano) está posta no contexto da **urbanização crítica**. Em relação à metrópole de São Paulo, o distrito de Cidade Tiradentes configura-se como um dos lugares que põe mais marcadamente sua presença nesse limite da urbanização, justamente por conta de seu aspecto de *maximum* da produção ostensiva do habitar na metrópole capitalista.

Em relação à produção de moradias pelo poder público, a ideologia da modernidade, que atingiu o mundo europeu no início do século XX, adota agora formas de implantação aliadas a um discurso neo-malthusiano.

> "O crescimento demográfico, entre outras razões, tornaria mais 'natural' a lógica da quantidade, em detrimento daquela da qualidade. [...] Técnicas aprimoradas permitem calcular quantas escolas, postos de saúde, casas etc. são necessários, no corpo de uma vida social reduzida. Os conjuntos habitacionais são uma expressão espacial do que estamos falando."[2]

---

[2] DAMIANI, **População e geografia,** p. 94.

Esses discursos justificam a produção de "moradias populares" nesses termos, como forma possível de equacionamento do "déficit habitacional", perfeitamente adequado ao raciocínio tecnocrata em sociedades autoritárias, tal como a brasileira. Em relação a esse equacionamento, constata-se que o uso de áreas destinadas à construção de praças ou demais áreas livres no interior dos conjuntos habitacionais para construção de mais prédios – o chamado **adensamento** – é um forte indicativo do aumento da segregação no espaço urbano que, em São Paulo, nascera **estrutural**, desde os tempos dos primeiros loteamentos de antigas chácaras nos entornos paulistanos[3].

Assim, torna-se um imperativo a compreensão dos termos da reprodução capitalista do espaço urbano, bem como a produção da segregação como causa e conseqüência desse complexo processo. Na acepção de Harvey (1985), podemos entender de que forma, dentro de uma economia capitalista, a urbanização se dá como um atributo intrínseco da realização do capital.

> "O que Marx representa, na realidade, são poderosas forças de acumulação compondo o processo de urbanização sob o capitalismo. E nos ajuda a enxergar essas forças como uma parcela de processos gerais que buscam a eliminação de barreiras espaciais e a aniquilação do espaço pelo tempo." [tradução nossa][4]

Dessa forma, no espaço urbano, essa eliminação de barreiras espaciais encontra uma outra forma de realização: a valorização capitalista do espaço. E essa valorização vem colocada, no caso de Tiradentes, como um fato ainda não completamente consumado, somente enquanto potência. No entanto, é possível notar que no percebido de muitos moradores do distrito ocorre essa presença: certas melhorias no que diz respeito a equipamentos de serviços e consumo, aliado à presença do **Hospital Municipal Cidade Tiradentes**[5], a **Escola Técnica**

---

[3] BOTELHO, **O financiamento e a financeirização do setor imobiliário...,** p. 124-128.

[4] HARVEY, **The Urbanization of the Capital,** p. 40.

[5] Inaugurado parcialmente em 01/07/2007, este hospital (juntamente com a Escola Técnica e o CEU Água Azul) parece ser parte de um grande processo político e econômico de "desenvolvimento urbano" para a Cidade Tiradentes. Alguns depoimentos constantes nos capítulos 2 e 3 deste trabalho mencionam a presença destes grandes equipamentos nos termos

de Saúde Pública da Cidade Tiradentes[6] e o **Centro de Educação Unificado (CEU) Água Azul**[7]. Esses grandes equipamentos compõem o eixo viário da Avenida dos Metalúrgicos, uma importante centralidade da Cidade Tiradentes.

---

de um possível rendimento de dividendos políticos a certos grupos político-partidários. Segundo notícia constante na página eletrônica da Prefeitura do Município de São Paulo, "O hospital será referência para 31 Unidades Básicas de Saúde (UBSs), três unidades de Assistência Médica Ambulatorial (AMA), dois hospitais e dois prontos-socorros da região de Cidade Tiradentes e Guaianases. 'A Cidade está muito feliz. Depois de 17 anos, a Prefeitura entrega um novo hospital', anunciou o prefeito de São Paulo, ao inaugurar [...] o **Hospital Municipal Cidade Tiradentes**. 'São 230 leitos que serão de muita importância para o atendimento da saúde da Zona Leste', disse. Serão beneficiadas mais de 530 mil pessoas da região de Cidade Tiradentes e Guaianases. O Cidade Tiradentes é o **quinto maior hospital do Município**, com 230 leitos para internação e capacidade para atender até 25 mil pacientes por mês. Quando estiver funcionando com sua capacidade máxima, abrigará 1.200 funcionários em seus quatro andares. As obras consumiram R$ 80 milhões, sendo aproximadamente R$ 38 milhões gastos pela Prefeitura, R$ 33 milhões pelo Governo do Estado e R$ 10 milhões pelo Governo Federal. Outros R$ 40 milhões, inteiramente bancados pela Prefeitura, foram usados na compra de equipamentos. Para manter o hospital, serão necessários R$ 60 milhões por ano – metade do valor total gasto com obras e equipamentos. O governador José Serra anunciou no evento que o Estado ajudará a Prefeitura a bancar os custos de manutenção. [...] As obras de construção do hospital se arrastaram por anos. Iniciadas em 2003, elas foram interrompidas no ano seguinte e retomadas apenas com a nova gestão, em 2005. Até então, apenas R$ 10 milhões haviam sido investidos no hospital. [...] **O novo hospital será o primeiro do Município gerenciado por uma Organização Social de Saúde (OSS), a Casa de Saúde Santa Marcelina, que já administra, junto ao Governo do Estado, os Hospitais do Itaim Paulista e Itaquaquecetuba.** 'Temos orgulho de apresentar parceiros competentes, idôneos e com espírito público, da envergadura das Irmãs Marcelinas. São parceiros como esses que a Cidade precisa', disse o prefeito, com o que concordou o governador Serra: 'O serviço vai ser padrão Santa Marcelina, ou seja, um atendimento eficiente e humanitário'. [...] 'Nós faremos toda a gestão administrativa do hospital. O patrimônio continua sendo público, a gestão será do Santa Marcelina', afirmou Irmã Rosane Ghedin, diretora-presidente do Hospital Santa Marcelina. [...] O hospital inaugurado neste domingo (01) é o mais moderno da rede pública municipal e também da Cidade de São Paulo, equipado com tecnologia digital. Todos os exames de diagnóstico e imagem serão feitos pelo sistema PACS (Picture Archiving Communication System), de última geração, utilizado em grandes centros hospitalares privados. A digitalização do serviço de radiodiagnóstico proporciona mais rapidez nos laudos, diminuindo as filas de espera; aumenta a eficiência e precisão da resposta médica; possibilita maior controle dos exames; e gerencia de modo mais ágil o armazenamento e distribuição das imagens. Acompanharam o evento os secretários municipais da Saúde, de Infra-Estrutura Urbana e Obras, da Comunicação, de Assistência e Desenvolvimento Social, de Participação e Parceria, de Esportes, do Verde e Meio Ambiente; os subprefeitos de Cidade Tiradentes, da Penha, de Itaquera, de São Mateus, de Campo Limpo, de Vila Prudente, de Ermelino Matarazzo, de Aricanduva, da Vila Maria/Vila Guilherme, e do Jaçanã/Tremembé, além dos secretários estaduais da Saúde, Luiz Roberto Barradas, e de Assistência e Desenvolvimento Social, Rogério Amato." [grifos nossos] Fonte: http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=17118, acesso em abr/2008.

[6] A Escola Técnica, ao lado do Hospital, perfaz uma grande estrutura voltada à área da saúde dentro da Cidade Tiradentes. Inaugurada em 20/12/2004 pela então prefeita Marta Suplicy, o prédio que abriga a escola contou com um "[...] investimento total [...] de R$ 7,8 milhões - R$ 6,5 milhões do Ministério da Educação e R$ 1,3 milhão da Prefeitura de São Paulo. Na inauguração,

Neste trabalho, um dos objetivos principais é a buscar compreender as formas de **territorialização** que os moradores do complexo constroem frente à metrópole, aliadas a formas de percepção dessas territorializações e do **lugar**. Assim, buscaremos encontrar formas possíveis de compreender quais seriam as formas de adequação do espaço-tempo do vivido em relação à imposta negação desse vivido, em consonância com as inegáveis transformações ocorridas no local desde o momento de implantação dos conjuntos habitacionais.

Outra chave de entendimento imiscuído ao corpo deste trabalho é o possível desvendamento de alguns processos: entre eles, de que maneira a ordenação por meio da forma estatal, aliada a um capital privado, constrói situações de luta e como essas lutas compõem o campo de práticas implicadas ao quotidiano. São lutas que compõem também territorialidades e advêm das trajetórias dos moradores dessa região da cidade de São Paulo.

E, por fim, visamos compreender a produção do espaço enquanto atributo do capital, sendo que este se realiza plenamente por intermédio do espaço, nos termos da compreensão de Harvey (1985) a propósito do espaço. Para tanto, torna-se necessário apreender os termos da circulação e da territorialização, como forma de compreender a dimensão da **situação geográfica** como importante em relação às práticas espaciais quotidianas dos moradores atravessadas pelos tempos políticos e econômicos da metrópole. Busca-se desvendar as relações entre esses atributos do urbano, este marcado,

---

a prefeita disse que vai recorrer do arquivamento do projeto dos cursos superiores da Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia, decisão do Conselho Estadual de Educação. 'Os profissionais que serão formados aqui são necessários para a rede pública de saúde da Zona Leste. Não estamos falando apenas de dar oportunidade de progredir na vida oferecida para cerca de 600 jovens que se formarão todos os anos nesta escola. Isso só já é muito importante e justifica a criação desta escola. Mas também não é possível esquecer da falta que esses profissionais fazem hoje nos postos de saúde, no programa de saúde da família, nos hospitais. Enfim, em toda a rede pública desta região', afirmou a prefeita." Fonte: http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=1096. Observa-se que havia a intenção de implantar cursos superiores no local, conforme projeto anterior de uso do local para alojar a "Faculdade de Saúde Pública da Cidade Tiradentes", porém esse processo foi arquivado pelo Conselho Estadual de Educação, que entendeu que o Município deveria investir prioritariamente na Educação Infantil e Ensino Fundamental.

[7] Inaugurado parcialmente em fevereiro de 2007.

ao mesmo tempo, pela cisão (a instauração de um **quotidiano**, nos termos de uma reprodução debilitada do vivido) e união (por intermédio da circulação, fato muito presente no quotidiano dos habitantes das "fronteiras urbanas").

***

Uma questão importante se põe diante da **forma** e do **conteúdo**. Em uma visita de campo realizada pelo autor ao local, em 15 de fevereiro de 2006, um problema se colocou de imediato. Esse problema pode ser muito bem ilustrado com o exemplo a seguir: o ônibus que saiu do Terminal Parque Dom Pedro II, região central da cidade, em direção à Cidade Tiradentes (linha 3539, via Radial Leste e "centro" de Guaianases) era um veículo relativamente novo e bem conservado; o tempo de espera da saída deste ônibus do terminal girou em torno de quinze minutos (um tempo, digamos, razoável). O ônibus saiu relativamente cheio, o que seria um incômodo para uma longa viagem de aproximadamente uma hora e quarenta minutos até seu ponto final. A partir do centro de Guaianases, o caminho até o local se complica bastante, por conta da precária estrutura viária, como já fora dito anteriormente. Nesse caminho, favelas e outras construções irregulares, bem como a inexistência de calçamento na estrada, pontuam a paisagem. Chegando ao local, ocorre outra centralidade: a área próxima ao **Terminal Municipal Cidade Tiradentes**, um local relativamente limpo e bem organizado.

Nessa centralidade, é marcante a presença de comércio varejista de alimentos, roupas, móveis e eletrodomésticos (muito úteis a uma imensa demanda de pessoas que chegam a todo o momento para morar no distrito), bem como a presença de cabeleireiros e algumas escolas particulares. Uma grande quantidade de igrejas neo-pentecostais é algo que não passa despercebido e sua presença tem muito a revelar, sem dúvida, ao equacionamento das questões presentes na pesquisa. Outra característica é a qualidade dos arruamentos (calçadas bem conservadas, alguns prédios residenciais igualmente bem conservados) e a quantidade de veículos de transporte público urbano (ônibus e vans) para outras áreas da cidade. É grande

também o movimento de pessoas em algumas ruas (as mais centrais, certamente devido ao movimento do comércio local em um típico dia de semana) e, em outras ruas, mais residenciais, fraca movimentação de pessoas.

Em todo esse cenário, colocou-se a grande questão: o que ocorre naquele local, em seu quotidiano? Mesmo com suas aparentes melhorias no que se diz respeito à infra-estrutura urbana básica (transportes, escolas, saneamento básico etc.) a negação do urbano ainda se colocava como uma realidade constante na vida daqueles moradores. **Daí, a importância de se ir além da paisagem como um dado nele mesmo, desvendar a substância social. Neste ponto, a paisagem é importante somente se a percebemos como um momento da interpretação dos processos que transformam e transfiguram as estruturas e arranjos espaciais.** A articulação de percepções dos moradores da região – que colocam o tempo todo paisagens atuais e antigas na estrutura de seus depoimentos – é uma articulação necessária para compreendermos os conteúdos de um lugar que desde muito tempo se construiu nas teias do crítico do urbano.

Toda a questão, como já dito, se coloca na **forma** e no **conteúdo**, pois Cidade Tiradentes configura-se como um espaço que, aparentemente, possui toda infra-estrutura urbana (um fruto de diversas lutas, o que essa pesquisa procura desvendar) e que tem a negação do urbano como forte marca registrada. Nessa pesquisa, um grande desafio é buscar um sentido para a negação quotidiana do urbano; dessa forma, será importante atentar, inclusive, para a estrutura do sentimento das pessoas que de alguma forma vivenciam o quotidiano nesse lugar. Portanto, é necessário compreender quais formas possíveis de construção de **territórios**, de acordo com essa estrutura de sentimentos.

Em todo esse contexto, como ocorreria, então, essa demarcação de territórios (qual a idéia de casa, rua, lugar, cidade etc.), em um lugar marcado pela urbanização crítica? Como se percebe e se concebe a localização e a necessidade de deslocamento? É preciso atentar, quanto a essas questões que, em uma metrópole nas proporções paulistanas (e de acordo com seu clássico

modelo de segregação), o transporte se coloca como uma necessidade absoluta às massas, às multidões, uma **contingência para sua sobrevivência**.

***

Em relação ao conteúdo oficial posto sobre a constituição desse lugar, foi necessário adotar uma forma de análise que resgatasse, na história, todas as implicações e conflitos decorrentes da prática da reprodução do urbano nos termos da segregação, dentro de um pensamento que comporta o raciocínio **naturalista**. Quanto a isso, é possível estabelecer uma presença de certos atributos de tal raciocínio na época das primeiras ações promovidas no bojo de uma crescente economia industrial nas maiores cidades brasileiras, no início do século XX, conforme está demonstrado no teor dos capítulos 1 e 2.

Esse raciocínio contém, sem dúvida, todos os elementos da necessidade de controlar e vigiar os trabalhadores de suas indústrias, esta percebida pelas elites industriais da época. Ocorre, então, que esses mecanismos assegurariam aos industriais que os trabalhadores estivessem plenamente submetidos a uma determinada ordem. Está posto como importante imperativo o uso político e ideológico das multidões empobrecidas, **das massas enquanto um conceito.** Assim, seres "politicamente perigosos", quando postos dentro de um complexo mecanismo de controle e repressão, se tornariam dóceis e amáveis em potencial, aceitando facilmente todas as desvantagens da troca desigual.

Em relação à Cidade Tiradentes, quais seriam possíveis formas de insurgência? Como o **território de circulação** é capaz de produzir um resquício de formas de superação da ordem, por efeito mesmo da própria situação de necessidade de circulação? O controle imposto pelo industrial aos trabalhadores conheceu um incremento em sua escala, adquirindo a proporção de um Estado como agente do processo, ao qual milhares de pessoas foram (e são) submetidas. E também constatamos que, mesmo com toda a força do processo de segregação, não é possível analisar tal processo se não se considera o **território de circulação**, já que sua importância para compreender os conteúdos

da urbanização crítica é ímpar, e esta é uma das grandes atribuições deste estudo.

Em relação à situação de moradia, qual a distância real entre o **discurso** de "equacionamento do déficit habitacional" e a **prática** do morar em locais como esse? Seria mesmo possível estabelecer, dentre os moradores, um caráter de **permanência**, ou seja, de que é realmente provável que esses moradores queiram continuar morando em Cidade Tiradentes, bem como desejar que suas gerações futuras continuem habitando no lugar? A partir daí, a noção de **lugar** adquire seu sentido mais profundo: haveria alguma afetividade e os laços construídos com o bairro? Existiria o que poderia vir a construir alguma identidade? Sabe-se que a negação e destruição da idéia de lugar, de bairro, na metrópole contemporânea é um atributo importantíssimo a ser considerado.

Este trabalho é concebido como um grande esforço no levantamento de dados e informações que pudessem balizar nossa tese, de que estudar a Cidade Tiradentes é muito importante na compreensão dos conteúdos e práticas de toda a metrópole. Assim, levantamentos bibliográficos vários, em consonância com as entrevistas[8] que compõem este trabalho, juntamente com a confecção de mapas e de imagens perfazem o caminho que percorremos nesses dois anos e meio de pesquisa. Quanto ao tratamento das questões dos movimentos sociais e das representações locais a respeito de **lugar** e **cidade**, utilizamos entrevistas diversas com moradores (transeuntes e alguns em sua casa), trabalhadores de uma instituição pública (escolas) e ex-representantes da COHAB-SP.

Quanto ao entendimento da relação das pessoas com o lugar, um corpo de análise válido encontra-se em Lefebvre (2001), autor que será muito

---

[8] Um movimento que balizou o nosso trabalho assentou-se também no imprevisto, no aleatório. Explicando: as entrevistas contidas aqui foram abertas, em nenhum momento havia um questionário pré-estabelecido, já que pretendíamos compreender os conteúdos que as pessoas entrevistadas conferiam às suas realidades passadas, presentes ou futuras. Assim, ficou caracterizado que utilizamos uma interessante técnica de pesquisa de campo, a chamada "entrevista não-diretiva", muito utilizada nas ciências da saúde e nas ciências sociais. Os resultados dessa abordagem em campo foram fundamentais, estruturantes deste trabalho, como se verá nos capítulos posteriores. Mais detalhes sobre as possibilidades de aplicação da entrevista não-diretiva nas ciências sociais, ver: RAYMOND et al., **L'habitat pavillionaire,** 2001.

importante na estruturação deste trabalho em vários momentos. Tal autor encontra uma importante conceituação de espaço, passando pelo crivo do modo de produção capitalista.

> "O que é a prática espacial sob o neo-capitalistmo? Isso corporifica uma associação fechada no interior do espaço percebido, entre realidade quotidiana (rotina diária) e realidade urbana (as linhas e as redes que conectam os lugares desprezados pelo trabalho, vida 'privada' e lazer). […] Nós devemos estudar não somente a história do espaço, mas também a história das representações, paralelo com aquela das relações – de um com outro, com a prática e com ideologia."[9] [tradução nossa]

Dessa forma, compreendemos a necessidade de reconhecer a grande complexidade envolvida na produção do espaço, bem como a natureza do espaço social. Sobretudo ao tratar-se de tais questões no bojo da urbanização crítica.

A Cidade Tiradentes representa, portanto, um grande desafio à compreensão dos conteúdos da urbanização nos termos do crítico. Como já fora dito, é inegável a presença de várias estruturas urbanas (educação, transporte, saúde, consumo etc.) e também de associações comunitárias e organizações não-governamentais. É um espaço muito disputado por tais redes de assistência social[10], que muitas vezes são coincidentes com redes clientelísticas e

---

[9] LEFEBVRE, **The production of space,** pp. 38 e 42.

[10] "**As lacunas ou omissões do protagonismo do Estado em Cidade Tiradentes abriram espaço para o surgimento de um grande número de entidades e associações.** Segundo levantamento realizado, todas as entidades consultadas, em algum momento, receberam recursos ou participaram de projetos do poder público. São elas que suprem, em parte, a maior ou menor ausência de certas políticas públicas. Na prática, muitas vezes, funcionam como uma distorção, pois suas ações nem sempre ocorrem no campo dos direitos e da impessoalidade da ação pública, mas no dos favores e do personalismo das lideranças e políticos, que liberam pequenas parcelas do fundo público para as entidades locais redistribuírem aos seus beneficiários. Em levantamento estatístico por nós realizado constata-se que das 105 entidades contatadas de Cidade Tiradentes as áreas de atuação predominantes são: 28,3% com educação (cursos profissionalizantes, alfabetização de adultos etc.) e 25,9% com assistência (filantropia, distribuição de alimentos etc.); essas entidades são conveniadas a programas permanentes das Secretarias de Assistência Social ou de Educação, tanto municipais quanto estaduais. Outras três áreas importantes são: cultura (12%), esportes (6%), habitação (7%) e saúde (8%)." USINA. **Programa Bairro Legal: plano de ação habitacional e urbana. Diagnóstico**, p. 54

paternalistas de assistencialismo, vinculado aos mais variados interesses políticos e econômicos.

Busca-se trabalhar, desta forma, articulando várias escalas no tocante ao entendimento deste processo. A escala mundial nos indica uma urbanização em nível global, fundado no ideário capitalista de acumulação e desenvolvimento desigual e combinado. Articulando este fato à escala nacional, temos que considerar o Brasil em sua totalidade, um caso que pôs termo à fundação do Brasil enquanto uma intenção, enquanto um fato consumado. A estrutura da sociedade brasileira, sempre hierárquica, sempre desigual, predisposta à segregação nos mais diversos níveis, irrompe com essa premissa com a qual pretendemos trabalhar.

***

No capítulo 1, trabalhamos com um processo histórico de construção das periferias de São Paulo como expressão do urbano implicado ao modo capitalista de produção. Dessa forma, colocamos a perspectiva histórica como importante na análise de todo esse processo, anunciando a articulação entre o público e o privado para a consolidação de um modelo de crescimento urbano apoiado nos termos da segregação. Em uma cidade onde as taxas de crescimento populacional foram expressivas no decorrer do século XX, a sua mudança qualitativa para metrópole conheceu várias intervenções do Estado no tocante à orientação do crescimento horizontal de seus limites urbanizados. Desde as reformas urbanas no centro de São Paulo do início do século XX até a concepção de aparatos técnico-institucionais que puseram a Zona Leste como o grande celeiro de políticas públicas habitacionais, tem-se um longo caminho histórico a percorrer. No tocante à ação do Estado no período da Ditadura Militar no Brasil, percebe-se que a articulação de práticas e discursos foi construindo uma metrópole onde o chamado "déficit habitacional" nunca conseguiu ser superado, porque é estrutural dessa economia.

O capítulo 2 vai afunilando o foco de análise e reorienta o olhar em direção à Zona Leste dentro do contexto das políticas públicas promovidas pelo

Estado a partir de 1970. Para tanto, tecemos um regresso aos tempos em que tal região da cidade ainda se apresentava pontuada por chácaras e fazendas, pelas olarias e pelos locais de extração de areia e silte para a construção da metrópole. O apoio ao trabalho de Aroldo de Azevedo ilustra esse momento, no qual os depoimentos das moradoras da região desde os tempos da Fazenda Santa Etelvina constroem um diálogo com este autor. Este diálogo, composição metodológica deste trabalho, coloca a passagem do rural para o urbano nessa região em conformidade com a ratificação do crítico no local. Se, por um lado, a descrição quase romântica das moradoras acerca dos tempos de Santa Etelvina demonstra uma realidade na qual as relações sociais pareciam ser mais equilibradas, percebemos que certas presenças vão anunciando aos poucos o urbano na região: políticos que loteavam irregularmente as terras de Guaianases, a pedreira da família Matheus e as olarias que fabricavam o material necessário para construção da cidade no local. É um processo que desemboca no abandono de muitas chácaras locais – terrenos que mais tarde foram invadidos e se transformaram nas favelas do entorno – e na aquisição das terras pela COHAB para implantação dos conjuntos habitacionais. Assim, os tempos mudam e trazem outra qualidade à região: um urbano que não se realiza como tal e se imbrica de forma dramática no quotidiano dos desbravadores urbanos dos idos da década de 1980. São as lutas pelo lugar que constituem a memória e o vivido dessas pessoas, que ainda hoje lutam pela sua inclusão (quase impossível) na propriedade privada da terra, dentro de um contexto onde as questões fundiárias são extremamente nebulosas e atingem certas zonas de sombra que compõem o mosaico sócio-espacial local.

O capítulo 3 trata dos territórios implicados nas lutas e formas de apropriação do lugar, desde os tempos da Fazenda Santa Etelvina. Tal como o capítulo anterior, as entrevistas vão compondo o fio condutor que estrutura a análise das territorialidades possíveis oriundas das práticas espaciais da região. Os deslocamentos diários e as tramas de relações interpessoais dentre os moradores de alguns prédios, apresentados numa perspectiva que coloca seu qualitativo, compõem o crítico de um lugar que se define pelos seus fluxos e

que, ao mesmo tempo, conhece sua limitação por conta da estrutura da metrópole. Além disso, apontamos para algumas formas de luta do presente em consonância com a construção de outros possíveis no futuro: a busca quotidiana da construção de uma identidade local, empreendida pelo professor de história com seus alunos e a luta pela preservação das áreas florestadas locais, por intermédio de sua transformação legal em Área de Proteção Ambiental e pela implantação do Parque da Ciência na área florestada ao longo da Avenida dos Metalúrgicos.

As falas das pessoas entrevistadas constituem grande parte deste trabalho, e isto tem um importante sentido teórico-metodológico em relação ao que pretendemos demonstrar: o crítico nas teias da quotidianidade, em todos os espaços e tempos do vivido de cada um. O resgate histórico dos processos de transformação do local, assim como a rapidez e a voracidade desses processos, construíram uma possibilidade, a esses moradores da Cidade Tiradentes, de consciência do crítico de uma situação que envolve a todos eles e que, de uma certa forma, coloca a impossibilidade de uma superação de tal ordem. Trata-se, nos termos lefebvrianos, do chamado "possível-impossível"[11], onde os termos de uma possibilidade contêm simultaneamente o seu abortar. Eis a trama da quotidianidade, complexa e rica, saltando aos nossos olhos e nos impondo desafios cada vez mais potentes de interpretação da realidade.

O movimento desse trabalho busca colocar, lado a lado, o passado, presente e futuro da Cidade Tiradentes como expressão das condições materialmente estabelecidas no seio da urbanização crítica, articuladas aos possíveis que se materializam no lugar. É preciso notar que, por exemplo, existe uma indicação futura que coloca a região como possível rota de escoamento de fluxos metropolitanos; em outras palavras: o projeto do trecho leste do Anel Rodoviário Metropolitano (mais conhecido como Rodoanel) sugere a integração do eixo da Avenida dos Metalúrgicos às pistas expressas do Rodoanel. Formas

---

[11]LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal Lógica Dialética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Essa idéia, contudo, tema é tratado sobremaneira em vários momentos da obra do autor.

futuras que denotam estruturas e processos de ocupação do local aliados a outros processos possíveis de valorização do espaço e realização da economia urbana nesses termos. Assim, este trabalho tenta articular tais escalas e territórios, no sentido de buscar traços desse urbano que se realiza calcado no seu crítico, no contexto de uma economia financeirizada que nega a possibilidade de **vida** a grandes parcelas da humanidade. Construir conhecimento, nestes termos, equivale a construir a tão necessária crítica a esses processos de exclusão e autonomia das formas econômicas, com vistas à tão esperada (e urgente) realização do humano.

CAPÍTULO 1

A ARTICULAÇÃO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NA CONSTRUÇÃO DA PERIFERIA DE SÃO PAULO.

"Países como o nosso, onde sobrevivem problemas de carências elementares, significaria que milhões de pessoas estão vivendo o infra-quotidiano. Aqueles que vivem nas favelas e cortiços, convivendo com a possibilidade iminente da perda da casa, têm na casa própria a ascensão ao quotidiano. A estrutura rígida, que grandes conjuntos habitacionais pode significar, fica despercebida ou é deixada para um segundo plano, quando consciente. A funcionalidade extrema desenhada no terreno não é vivenciada como tal, mas enquanto necessidades básicas satisfeitas."

DAMIANI, Amélia. **A Cidade (Des) Ordenada: concepção e quotidiano do conjunto habitacional Itaquera I,** p. 21.

1.1. Em busca de um momento possível: a invenção da periferia em São Paulo.

O movimento implicado neste trabalho repousa sobre a articulação necessária de várias escalas no entendimento da dinâmica urbana: o mundial (em relação ao modo de produção capitalista, em seu todo), o nacional (Brasil) e o local (espaço intra-urbano de São Paulo). A construção do espaço do habitar, do morar, está permeada pela constante produção capitalista do espaço urbano. No caso específico de São Paulo, é importante traçar uma outra escala, o que subentende outro processo: a expansão urbana rumo ao vetor Leste, buscando sentidos e caminhos possíveis para essa constituição sócio-espacial.

Nessa articulação necessária de escalas, partimos de um pressuposto histórico, tal como se encontra a seguir. Processo histórico e processo social estão francamente imiscuídos ao espaço, a base da reprodução social total. Nestes termos, retornamos a fins do século XIX, quando os limites da São Paulo então restrita ao "triângulo central" (limites das atuais ruas Quinze de Novembro, Direita e São Bento) começam a se estender em direção aos vales e colinas subjacentes. E a escolha dos vetores de crescimento da cidade – e, posteriormente, de valorização do espaço urbano – não foi feita meramente ao acaso.[12]

O lado Oeste da crescente cidade fora "escolhido" como vetor de crescimento, o que impulsionaria uma intensa valorização imobiliária dessa região da cidade. Isso determinaria o processo posterior de constituição da cidade, da estruturação e hierarquização dos espaços da metrópole. Em relação ao espaço urbano paulistano no vetor leste, nota-se que a ação do Estado é quase que diretamente oriunda das formas anteriores postas pelo setor privado,

---

[12] "Enquanto a inauguração da estrada de ferro havia destacado a importância das conexões urbanas ao Norte, rumo à Estação da Luz, em detrimento da antiga "frente" da cidade voltada para Leste (Vale do Paraíba, Rio de Janeiro) e Sul (caminho de mulas para Santos), o Viaduto do Chá veio também alterar significativamente a hierarquização viária e espacial de São Paulo, valorizando o que antes era visto como 'fundos' da cidade: o Morro do Chá e a região Oeste, incentivando a ocupação imobiliária nesse setor."ACKEL, Luiz e CAMPOS, Candido Malta. **Antecedentes da modernização em São Paulo**, in SOMEKH e CAMPOS (org.). **A cidade que não pode parar...**, p. 19.

que concentrou seus investimentos na porção oeste da cidade e impôs à região leste um tardio processo de urbanização.

Portanto, colocamos em relação necessária a articulação da ação estatal com a ação do setor privado. Um exemplo do que estamos falando é a forma como foram sendo paulatinamente construídas as ditas **periferias urbanas** em São Paulo, sobretudo a partir da década de 1940. A cidade vai mudando a sua qualidade de acordo com a sua mudança quantitativa rumo aos arredores até então ruralizados. Dessa forma,

> "[...] lotes situados em zonas pioneiras podiam ser vendidos em prestações compatíveis com os salários dos trabalhadores, induzindo, nesse processo, à valorização de glebas remanescentes na área, que posteriormente seriam vendidas por um preço significativamente mais alto."[13]

Uma estratégia possível, dentre as inúmeras estratégias postas pelo mecanismo de reprodução do urbano dentro dos moldes capitalistas: a terra como **reserva de valor**. Esta é uma estratégia que tem grande impacto sobre todo o processo de urbanização em São Paulo, e vai marcar infinitamente a construção da grande metrópole, enquanto qualidade. Aqui, compreendemos o cerne de todo o processo: mais do que uma possível estratégia de "enganar" os trabalhadores, os potenciais compradores de terras em lugares extremamente longínquos e de difícil acesso, bem como locais totalmente desprovidos de serviços essenciais urbanos (serviços de água, luz e esgoto, assim como transportes), essa é uma estratégia que está muito bem colocada no processo de acumulação e reprodução do capital. Pois é dessa forma que funciona a prática da acumulação primitiva do espaço no urbano, dentro dos termos da economia política. E, em relação a esse enganar, trata-se de um processo constante no seio da reprodução do urbano em São Paulo, e que culminou também com o processo de produção da Cidade Tiradentes, conforme se verá nos capítulos seguintes.

---

[13] KOWARICK e BONDUKI. **Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização.** In KOWARICK (org.). **As lutas sociais e a cidade...**, p. 150.

Para tornar mais clara nossa exposição, propomos uma periodização que demonstra a diversidade dos momentos da articulação entre o público e o privado dentro do processo de produção da metrópole paulistana.

- **1870 – 1930:** Momento em que a economia do café moldava a estrutura da metrópole paulistana como a conhecemos hoje. Nesse momento, ocorre um explosivo crescimento habitacional (de 31.835 habitantes, em 1872 para 1.326.261, em 1940, um crescimento de 1719% em 70 anos!), o que desencadeia numa crise habitacional expressa no crescimento dos cortiços. Os projetos de embelezamento das áreas centrais coincidem com o projeto de uma elite que se desejava européia. Momento em que surgem as primeiras indústrias em São Paulo e também a sua classe operária.
- **1930 – 1964:** Aqui, a economia paulistana consolida sua economia na indústria e o café perde importância econômica. Destaque para o impacto do "Plano de Avenidas" do prefeito Prestes Maia e a "Lei do Inquilinato". Surgimento da figura da casa autoconstruída na periferia distante, em consonância com o sistema de ônibus urbanos, também em expansão. Ocorre a organização de lutas várias nos bairros, com vistas ao atendimento das carências das periferias.
- **1964 – 1985:** Período de vigência da Ditadura Militar no Brasil. Em São Paulo, as migrações internas se intensificam e sugerem a necessidade de uma estrutura de planejamento urbano. Auge do centralismo estatal, aliado à concepção de planos vários e dos primeiros grandes conjuntos habitacionais em São Paulo. A Zona Leste paulistana entra como um vetor de crescimento e desenvolvimento urbano, o que a coloca como a grande depositária dos conjuntos habitacionais.
- **1985 – ...:** Crise do modelo de planejamento clássico gestado no período anterior. Período de redemocratização política no Brasil,

coincidente ao acirramento da recessão econômica no Brasil. Tempos de desemprego estrutural, advindo da flexibilização produtiva, paralelo ao crítico da urbanização.

***

Neste momento, é preciso tecer um resgate de todo o contexto histórico no qual está inserida essa situação paulistana na década de 1940. No caso, falamos da criação das periferias paulistanas por intermédio da abertura de loteamentos em áreas ruralizadas, até então na qualidade de sítios e chácaras, processo este que ganha maior ímpeto na cidade a partir desse instante[14]. Neste instante, a grande questão que se coloca é: o que aconteceu antes desse momento, em relação à constituição do espaço urbano, em São Paulo? De que forma esse passado das formas e do processo urbano poderiam esclarecer o movimento da periferização? Quais seriam, inclusive, as bases sobre as quais se assentaram as políticas de provisão habitacional, que culminaram com a criação de conjuntos habitacionais dentro da cidade e da posterior metrópole?

São questões que nos remetem à análise do processo histórico como um todo. Para conseguirmos dar uma resposta conveniente a essa questão, precisamos entender a gênese da construção do próprio Brasil. O processo de nascimento do Brasil já é um indício da reprodução ampliada do capital, visto

---

[14] Destacamos que, para fins metodológicos, colocamos a década de 1940 como um momento importante da construção da periferia paulistana, pois nesse momento a situação do parcelamento de glebas agrícolas para fins de loteamento, juntamente com a figura da casa autoconstruída, começam a marcar de forma mais intensa as paisagens de São Paulo. Entretanto, a prática desse tipo de loteamento urbano é anterior a esse período, tal como se encontra exposto a seguir. "A instabilidade das atividades ligadas à cultura do café e os percalços que os industriais enfrentavam com a concorrência estrangeira e com as oscilações das políticas cambial, monetária e fiscal, levava-os a aplicação do capital em imóveis, que era segura e isenta de riscos. A existência de vínculos entre dirigentes e acionistas de empresas diversas, constatada já nas últimas décadas do século passado [século XIX], fez com que empresários com os mais variados perfis se dedicassem seja a especulação de terrenos, seja a negócios com material de construção de casas de aluguel. Comerciantes, fazendeiros, industriais, banqueiros, políticos, 'capitalistas' aplicavam seus excedentes em atividades imobiliárias". (SAMPAIO. **O papel da iniciativa privada...,** p. 19). Assim, torna-se um atrativo negócio aos especuladores e capitalistas em geral o parcelamento e a constituição de loteamentos. É a construção da cidade em ato, nos termos da economia política, dentro do contexto do início da industrialização em São Paulo.

pela história muito bem conhecida do Brasil enquanto uma lucrativa empresa colonial portuguesa. Na qualidade de colônia, é feita para o externo, para o exterior: as riquezas produzidas são canalizadas em direção ao ultramarino. Esta ordem político-econômica, de escala mundial, compreende também o sócio-espacial: toda essa estrutura colonial pressupõe a escravidão enquanto uma relação social indispensável à manutenção desta ordem.

As três categorias sociais mais marcantes do período colonial em São Paulo – senhores, escravos e homens livres – marcam a hierarquia social e espacial da cidade. A construção do espaço colonial pressupõe a construção de um espaço totalmente servil ao colonialismo e às suas práticas: um espaço totalmente hierarquizado, funcional ao modo de produção vigente. Essa funcionalidade implica em uma distribuição espacial já marcada pela **separação-alienação-cisão**. Controle e vigilância, o disciplinar do corpo do escravo o pressupõe na figura deste trabalhador, totalmente destituído de sua liberdade e de sua identidade: o escravo enquanto trabalhador perpétuo, 24 horas por dia, a sua existência enquanto um apêndice do senhor. Tal relação social não poderia estar descolada da forma de sua moradia.[15]

É a vida nos fundos das casas e nos fundos dos porões que dá consistência a essa forma de estrutura social. A reprodução material da sociedade é feita pelos destituídos, despossuídos, os sem-direitos, **aqueles que estão sempre nos fundos das casas porque estão nos porões de uma sociedade que sempre os excluiu**. Enquanto isso, outros personagens dessa história que estavam "na margem", nas "beiradas", homens livres sem-lugar nesta ordem social, também conhecem um gradativo processo de exclusão. Os "caipiras" e os "vagabundos", juntamente com os negros na pós-escravidão, têm seus

---

[15] "Na São Paulo dos escravos, a maior parte daqueles que trabalham moram no próprio local de trabalho, que muitas vezes é também moradia do senhor. Escravos domésticos nas senzalas – fundos e porões das habitações senhoriais; escravos de ganho nos fundos e porões das oficinas. Ali o escravo tem seus movimentos continuamente vigiados: em sua existência, não há momentos em que não esteja sob o controle do senhor." ROLNIK, Raquel. **Cada um no seu lugar!**, p. 50.

espaços de inserção social cada vez mais estreitados. Entra em cena, no final do século XIX, o incentivo à imigração estrangeira livre no Brasil.[16]

Os imigrantes empobrecidos da Europa, população excedente dentro desse continente, também empobrecidos e destituídos, vão compor a grande massa proletária a partir do final do século XIX em São Paulo. O *boom* da economia cafeeira e a urbanização nascente começam a alterar profundamente as paisagens paulistanas, na forma da instalação de variadas indústrias e, também, a adequação do espaço urbano paulistano a essa nova ordem. Esta é a idéia da modernização: o Brasil pós-colônia e pós-império não poderia ter a mesma feição que tinha no período anterior. A hierarquização dos espaços urbanos vem revelar e ratificar a hierarquização posta pelo social e pelo econômico. Nesse ínterim, entra em cena o espaço enquanto estratégia de ação das classes dominantes: as chamadas **reformas urbanas**.

Neste momento, tratamos das reformas urbanísticas empreendidas em São Paulo e no Rio de Janeiro, no início do século XX. O cenário modernizador implicado nessas reformas não deveria ser, necessariamente, um cenário de integração da "massa sobrante" à sociedade brasileira, integração no sentido de equiparação dos direitos mais elementares da espécie humana: alimentar-se, morar, ir e vir etc. É este o sentido "excludente" da modernização, posto assim entre aspas, pois não há uma exclusão total dessas massas, mas uma integração totalmente perversa. Trata-se da formação de um exército de reserva ou mesmo de massas de manobra dentro do corpo político e econômico; assim, temos uma forma de segregação que envolve exatamente o modelo estrutural da economia industrial em São Paulo. As reformas urbanísticas são acompanhadas pela emergência do tratamento dos "problemas urbanos", dentro de uma São Paulo que conhece um explosivo crescimento populacional entre fins do século XIX e

---

[16] Ibid., p. 13.

início do século XX[17]; esse crescimento fez acontecer também um processo de crescimento das habitações precárias. Neste contexto, surge a figura do cortiço.

O cortiço, encerrado tal como em si pelas burguesias escandalizadas, é tratado como um caso da polícia sanitária. A racionalidade naturalista ratifica o processo de segregação nos termos da então próspera atividade cafeeiro-industrial em São Paulo: o cortiço é o lugar do mal, da pestilência, da indecência, que deve ser extirpado a todo custo. É nesse momento onde encontramos um importante personagem nesta história: o **Estado**. A presença do Estado nas habitações precárias da cidade, nesse momento, se dá por intermédio da ação dos médicos e da polícia sanitária: extirpar o mal a todo custo, os focos de pestilência, de indecência... Normas e regulamentos diversos passam a ser objetos de repressão a essas populações destituídas do urbano, embora no seio do urbano.

Na outra ponta do processo, encontramos o Estado como um importante interventor enquanto investidor, e a lógica de seu investimento repousa exatamente sobre a lógica da própria de sua própria constituição no contexto do mundo moderno, na qual ele se encontra completamente imiscuído à forma mercadoria. Assim, "o Estado moderno é, pois, uma criação da lógica da mercadoria. É a outra face da mercadoria; Estado e mercadoria estão ligados entre si como dois pólos inseparáveis"[18]. E essa união encerra também os conteúdos da constituição do espaço urbano, quando consideramos a noção de

---

[17] A tabela a seguir mostra a população do município de São Paulo, em diferentes momentos do período assinalado:

Ano	População Total de São Paulo	Taxa de crescimento populacional
1872	31.385	-
1890	64.934	106,9%
1900	239.820	269,3%
1920	579.033	141,4%
1940	1.326.261	129,0%

Nota-se que em um relativamente curto espaço de tempo – setenta anos – a população paulistana aumentou quase 42 vezes! Dados extraídos de http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/historico/tabelas/pop_sexo.php, acesso em jul/2008.

[18] JAPPE. **As aventuras da mercadoria...**, p. 157.

"cirurgia urbana", o que está perfeitamente combinado com interesses do grande mercado imobiliário. A cidade é concebida, nesse momento, enquanto a grande obra da classe burguesa, tanto no sentido da estética (os embelezamentos), no sentido político (ratificação de espaços de poder) quanto no sentido econômico.[19]

Esta é a conformação da luta espacial travada dentro do espaço urbano paulistano. Este campo de lutas nos revela todo o processo social no qual estão inseridas essas lutas e esses embates. Um contraponto encontrado pelas classes dominantes, enquanto uma forma de equacionar os "problemas urbanos", foi o nascimento da noção de **habitação social** no Brasil, como se pode ver na passagem a seguir:

> "[Os higienistas do final do século XIX e início do XX] concebiam o trabalhador pobre como um ser ignorante que, sem moral, higiene e bons costumes, podia tornar-se um ser politicamente perigoso [...] Os trabalhadores necessitavam ser vigiados, controlados e reeducados em seus hábitos de morar".[20]

O naturalismo, que impregnou o pensamento urbanístico em São Paulo no início do século XX, foi concebido na forma tal como se entendeu a questão da moradia. A "solução" dos problemas habitacionais em São Paulo, no sentido de negação do espaço do cortiço pela classe dominante, foi a concepção das **vilas**. Essas vilas eram loteadas e comercializadas por vários agentes, dentre os quais se encontravam os grandes industriais; neste bojo, havia também as vilas operárias e vilas-cidadelas, que eram concebidas e comercializadas no espaço adjacente às próprias indústrias. Todas essas tipologias serviam como um contraponto da classe dominante à forma do cortiço: a moradia ideal para os "pobres, **porém** decentes".

---

[19] "[O período entre 1910 e 1914] é marcado por um intenso processo de reforma urbana no centro. Desapropriações e demolições deslocam populações e atividades. Assim, por exemplo, a zona de prostituição desloca-se da Líbero Badaró para a Santa Efigênia. A idéia é 'limpar' o centro da cidade da ocupação 'degradada' delimitando mais precisamente a 'zona decaída'".ROLNIK. Op. cit., p. 33.

[20] BONDUKI, **Origens da habitação social no Brasil...,** p. 34.

A urbanização enquanto um grande negócio já é um processo bem avançado neste momento. A indústria e o urbano, nesta intrínseca relação, constroem todo o conteúdo dessa forma de concepção da cidade e espaço urbano tal como uma totalidade. Este é o terreno mais do que preparado para o uso da cidade com fins de obtenção de grandes lucros, o que vai determinar a posterior qualidade de metrópole, enquanto um todo, no futuro imediato subjacente. É a busca das grandes fortunas que caminham lado a lado com processos de crescente expropriação das massas populares em direção às então periferias ruralizadas.

1.2. A ação do Estado em dois pólos: o Plano de Avenidas e a Lei do Inquilinato

No centro da cidade de São Paulo, observamos um nítido processo de "requalificação" urbana, em curso desde fins do século XIX. Essa requalificação, ou "reforma" urbana, comportava ampliações da malha viária, melhoramentos e embelezamentos das áreas centrais; essas ações ocorrem em função da necessidade de, como já salientamos, modernizar e equipar a então nascente metrópole.

Neste momento, partimos para um período posterior: a década de 1930. Neste período, destaca-se a concepção e execução do **Plano de Avenidas**, do então prefeito da cidade de São Paulo, Francisco Prestes Maia (1938-1945). Este plano teve uma grande influência na estruturação posterior da cidade, marcando profundamente seus vetores de crescimento e definindo importantes centralidades.[21]

O Plano de Avenidas, elaborado no final da década de 1920, consistia, em sua concepção, na proposição de "[...] uma estrutura de círculos perimetrais sucessivos, apoiados em vias radiais: um esquema viário radial-perimetral para estruturar e incentivar o crescimento urbano, do qual o elemento crucial seria

---

[21] PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **O poder em São Paulo...**, p. 63.

um Perímetro de Irradiação, um largo circuito de avenidas em torno do centro."[22] Os efeitos desse plano não ficaram apenas na mudança física dos espaços urbanos centrais em São Paulo: propôs também um processo de valorização desses espaços.[23]

A valorização do solo urbano não deve ser visto como um possível "efeito colateral" de todo esse processo, pois tudo isso foi e é extremamente funcional à reprodução ampliada do capital. O capital, essa entidade abstrato-concreta é a mola propulsora da urbanização paulistana nesses moldes da segregação e na alocação de imensos contingentes na periferia urbana.

Na outra ponta do processo, outra valorização estava em curso, no caminho das franjas da cidade. Neste momento percebemos melhor a existência de uma intensa relação entre a ação do Estado nas áreas centrais e a estruturação das periferias urbanas, assim como o mercado imobiliário da época, por intermédio da associação entre os loteadores urbanos e os empresários de ônibus.

> "Abria-se caminho [...] para a expansão ilimitada dos loteamentos populares acessados por ônibus – nos quais estabeleceu-se, com a superação do modelo rentista de provisão habitacional a partir da institucionalização da casa própria autoconstruída como forma predominante de habitação [...] o padrão periférico de assentamento popular."[24]

***

Neste momento, retornamos à década de 1940, em São Paulo. Aqui se torna evidente a importância de se resgatar o processo histórico de formação da idéia de **habitação social** no Brasil, que está interligada ao entendimento de como as formas políticas do passado se impuseram e determinaram o rumo do

---

[22] CAMPOS e SOMEKH. **Plano de Avenidas: o diagrama que se impôs.** In SOMEKH e CAMPOS (org.). Op. cit., p. 57.

[23] BONDUKI. **Crise de habitação e luta pela moradia no pós-guerra.** In KOWARICK (org.). Op. cit., p. 129.

[24] CAMPOS e SOMEKH. **Plano de Avenidas: o diagrama que se impôs.** In SOMEKH e CAMPOS (org.). Op. cit., p. 70.

processo de urbanização da metrópole paulistana. Eis um exemplo muito ilustrativo, posto pela aplicação da **Lei do Inquilinato**, de 1942:

> "[...] a *Lei do Inquilinato*, [promulgada em 1942, durante a ditadura do Estado Novo, que congelou o preço dos aluguéis de imóveis urbanos, por vários anos, a preços do ano de 1941], estava relacionada a uma intervenção governamental de reduzir a atração que o setor imobiliário exercia sobre investidores e capitalistas em geral, com o objetivo de concentrar recursos na montagem do parque industrial brasileiro. [...] [Novos contingentes] tiveram, então, de buscar outras soluções habitacionais, alugando moradias em condições mais precárias ou **construindo casas ou barracos na periferia ou em favelas**."[25] [grifo nosso]

A gênese do processo de periferização de São Paulo está diretamente ligada ao processo de industrialização. O capital estritamente imobiliário (a construção de casas para aluguel, um negócio altamente rentável, visto que, em 1930, grande parte da população paulistana habitava em casas alugadas[26]) deveria ser revertido, segundo a concepção do governo Getúlio Vargas, na implantação do parque industrial brasileiro. Entretanto, o autor supra citado coloca que a implantação a lei condicionou ao desinteresse pela continuidade da prática das casas de aluguel, o que ocasionou uma intensa onda de despejos em São Paulo, durante a década de 1940[27]; nota-se também a grande crueldade incutida nesse processo, que, de uma forma ou de outra, teve um importante papel na construção das periferias de São Paulo, e na acepção dessa fuga para locais mais distantes como alternativa viável de moradia.

Uma lei ou um ato legal jamais são neutros, eis uma afirmação evidente. O que não é tão evidente é localizar o discurso da lei e tentá-lo ler nos seus pormenores as intenções verdadeiras. É um exercício de busca da verdade histórica por meio da leitura dos discursos, do não-dito que está pressuposto no dito. Essa lei se pretendia "aliada" ao trabalhador, pois o ato de congelar

---

[25] BONDUKI, Op. cit., pp. 227 e 239.

[26] Id. **Origens da habitação social no Brasil...,** p. 257.

[27] Entre o início de 1945 e o mês de janeiro de 1947, houve dentro da cidade de São Paulo nada mais nada menos que 8.226 ações de despejo, cf. BONDUKI, loc. cit.

aluguéis, em sua essência, poderia ser um ato benéfico à população trabalhadora que vivia em casas alugadas: o pagamento do aluguel teria um peso gradativamente menor na medida em que seus salários fossem sendo reajustados no decorrer do tempo. Mas,

> "A Lei do Inquilinato servia [...] excepcionalmente ao modelo de desenvolvimento econômico que se procurava impulsionar, tanto por canalizar recursos ao setor industrial como por contribuir para a redução do valor da força de trabalho e dos salários."[28]

A redução do valor da mão-de-obra e dos salários é uma intenção obscurecida na letra da lei. O obscuro que serve completamente à reprodução ampliada do capital e no aumento (ou mesmo manutenção) da taxa de lucros a ser auferida pelo capitalista. Em relação ao processo de segregação urbana em São Paulo, é necessário continuarmos a buscar suas raízes, seus sentidos dentro do modo de produção capitalista. Mas essa busca agora tem de ser feita pelo outro lado da moeda: a partir da análise do que está ocorrendo no centro da cidade. Afirmamos que toda essa forma de segregação perpassa, inclusive, pela constante redefinição das centralidades na metrópole durante todo o século XX[29].

Enquanto as centralidades urbanas foram sendo gradativamente construídas e reconstruídas, significadas e ressignificadas pelos diversos agentes e estratos sociais, as periferias paulistanas não pararam de crescer, em todas as regiões da cidade. É importante salientar também que o crescimento dessas periferias, a abertura de mais loteamentos em locais ainda mais distantes

---

[28] BONDUKI. **Crise na habitação e luta pela moradia no pós-guerra.** In KOWARICK (org.). Op. cit., p. 122.

[29] Sobre esse assunto, ver embasamento teórico proposto por VILLAÇA (1998) e FRÚGOLI JR. (2000). O primeiro trabalho refere-se ao tema das centralidades em relação a seis metrópoles brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Porto Alegre) e o segundo aponta apenas para o caso de São Paulo. Esses autores, em linhas gerais, propõem uma forma de interpretação do fenômeno que passa pelo imperativo econômico e reflete no (é também refletido pelo) ideológico-cultural. Em relação a este trabalho, tais obras terão grande importância quanto ao tratamento da questão da construção das centralidades e periferias, o que exigirá uma leitura bastante interdisciplinar, não atendo somente ao econômico, mas ao político e ao sócio-cultural.

e menos servidos de mínima infra-estrutura urbana, não se fez sem as lutas populares. E isso é importante quando percebemos que até mesmo o poder público foi sendo alterado, em sua extensão, devido a essas lutas. Conforme verificamos a seguir, quando verificamos a situação da administração pública em São Paulo, entre 1945 e 1960: "[...] gradualmente, a prefeitura foi assumindo encargos com saúde, educação, assistência social, lazer etc., criando a infra-estrutura necessária para isso"[30]. Era um período de franca associação das comunidades locais, dos bairros então periféricos e desurbanizados, com os poderes públicos; neste momento, inclusive, surge a figura de Jânio Quadros no rol político de São Paulo, enquanto um vereador atuante no que diz respeito aos melhoramentos das periferias paulistanas.

Entretanto, cada melhoria posta pelo poder público implica um processo de especulação imobiliária, implicado na valorização do espaço. Como já dissemos, não há separação entre processo de reprodução ampliada do capital nos termos da urbanização e o processo de segregação urbana: os mais pobres continuam indo morar cada vez mais longe. "No rastro do atendimento das necessidades básicas, vinham a especulação imobiliária e a valorização do solo urbano, responsáveis, na época, pelo surgimento de novas e grandes fortunas"[31]. Mais uma vez, uma amostra de como se dá este processo.

> "A reserva de grandes glebas ociosas melhor situadas, os chamados vazios urbanos; o mecanismo de nunca vender todos os lotes ao mesmo tempo, esperando que a ocupação do loteamento valorizasse os demais terrenos; e a certeza de que, mais cedo ou mais tarde, o poder público implantaria a infra-estrutura, fez com que esse modelo de expansão periférica viabilizasse altos lucros para o empreendedor imobiliário"[32].

Eis a perfeita associação entre Estado e iniciativa privada: a terra como mercadoria e a produção do urbano como um grande negócio; a terra, neste caso, posta como simples reserva de valor. Nestes termos, o urbano, em São

---

[30] PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Op. cit., p. 67.

[31] Ibid., p. 74.

[32] BRANT. **Trabalhar e viver,** pp. 95 e 96.

Paulo, vai se fazendo e consolidando essa estrutura de periferização da população trabalhadora. Entre as décadas de 1950 e 1960, São Paulo conhece a continuidade desse processo, e nesse período já deixara de ser uma cidade para se apresentar enquanto uma metrópole, congregando vários municípios do seu entorno. Esse crescimento conhece também o crescimento das contradições do urbano: a desigualdade cada vez mais presente cresce junto com o tecido urbanizado. Mais uma vez, é a quantidade que se relaciona à qualidade no tocante à construção do urbano.

Os conflitos e as reivindicações populares na metrópole das décadas de 1950 e 1960 implicam a inter-relação de várias escalas: o processo local, de necessidade de melhorias na infra-estrutura local e integração ao restante da cidade se articula com o processo metropolitano, no que diz respeito à cidade como um todo. No período posterior a 1964, momento de instauração da Ditadura Militar no Brasil, essa articulação de escalas também se tornará mais nítida em relação ao posto pelo político em âmbito nacional. No período pós-64, ocorrem várias ações em nível federal, o que vai condicionar mais uma vez a constituição do espaço urbano paulistano.

***

O Estado já havia feito, neste período, algumas ações diretas no que diz respeito à provisão habitacional da classe trabalhadora. No período compreendido entre 1930 e 1950, destacamos duas ações do Estado brasileiro com esse objetivo: os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) e a Fundação da Casa Popular (FCP).

Os IAPs, criados durante a década de 1930, consistiam em uma ação do governo de Getúlio Vargas, e se formaram dentro de um contexto histórico e social descrito a seguir:

> "Entre as medidas do governo Vargas para regulamentar as condições de reprodução da força de trabalho, interessam sobretudo as voltadas para a reorganização do setor previdenciário, as quais propiciaram vultosos recursos para o financiamento de uma inédita experiência estatal de produção de moradias. [...] [Contudo], a habitação sempre apareceu de

> maneira ambígua entre as finalidades dos IAPs: ora como objetivo importante, ligado à idéia de seguridade social plena, ora como mero instrumento de capitalização dos recursos captados e, portanto, desprovidos de fins sociais."[33]

Destacamos também o papel da FCP – criado em 1946, durante o governo Dutra – na provisão de moradias populares, assim como o seu grande fracasso.

> "O fracasso da FCP atrasou em vinte anos a formulação de uma política habitacional consistente, adiando-a para um novo momento político – o do regime militar – no qual as forças empenhadas em um equacionamento social da questão haviam sido alijadas do processo político e destituídas de qualquer influência. Devido a essa incapacidade do Estado em equacionar o problema da moradia, as soluções acabaram transferidas para os próprios trabalhadores, através do auto-empreendimento."[34]

Essas tentativas anteriores de provisão da habitação por intermédio da ação estatal direta ou indireta não foram suficientes para atender à imensa demanda que já se acumulava, dado o processo de industrialização do Brasil, em pleno curso, concomitante ao despovoamento das áreas rurais e sua realocação nos espaços urbanos. O conhecido processo de êxodo rural no Brasil, que já se acentuava nesse momento, foi impulsionador da gigante transformação das grandes cidades brasileiras, cada vez mais metropolizadas. Contudo, coube ao momento político posterior no Brasil (o regime militar) combinar, à sua maneira, o planejamento urbano juntamente com as políticas públicas de provisão habitacional. Esse é o ponto que será discutido logo a seguir, e que tem muito a dizer a respeito da concepção dos grandes conjuntos habitacionais em São Paulo.

---

[33] BONDUKI. **Origens da habitação social no Brasil...**, p. 101.

[34]Ibid., p. 115.

1.3. O espaço urbano sob o regime autoritário: a Ditadura Militar e o processo histórico sócio-espacial.

A necessária articulação de escalas é presente no momento em que visamos compreender o que é concebido enquanto totalidade no tocante ao urbano. Em São Paulo, a ação do Estado, articulando as esferas municipal, estadual e federal, concebem o espaço urbano tal como está posto a seguir:

> "O **PUB [Plano Urbanístico Básico, concebido em 1968]** foi concebido como o Plano Diretor que faltava para São Paulo, objeto de esforços e demandas de setores técnicos desde os anos de 1940, finalmente realizado – assim como o programa de obras viárias da gestão Faria Lima[35] retomava enfim um ritmo de intervenção cuja ausência era sentida desde 1945. Deveria orientar o crescimento da cidade até 1990".[36]

Nesse momento, final da década de 1960, vemos surgir a crença da necessidade de maior intervenção do poder público, no sentido de orientar o crescimento urbano. Entretanto, a articulação do nível econômico com o político não se dá de forma perfeita, nem mesmo a articulação entre instâncias diferentes dentro do mesmo meio político. Após 1969, quando conhecemos o endurecimento do regime militar, em escala nacional, na cidade de São Paulo houve uma troca forçada de administração e o PUB foi abortado.

A cada nova constituição de uma arquitetura política, uma nova concepção de Estado e intervenção deste na vida das pessoas. Mesmo com o engavetamento do PUB, entre 1971 e 1976 ocorre a montagem de uma considerável estrutura técnico-jurídica no sentido de intervenção no espaço urbano paulistano. Nesse período, ocorre a

> "[...] montagem do arcabouço legal e institucional que regularia a metrópole paulistana: na esfera municipal, o GEP, depois transformada em COGEP (atual Secretaria de Planejamento – Sempla), a Empresa Municipal de Urbanização (Emurb) e a Secretaria Municipal de

---

[35] José Vicente Faria Lima, prefeito do município de São Paulo entre 08/04/1965 e 07/04/1969.

[36] SOMEKH, Nadia e CAMPOS, Candido Malta. **O Super-plano: PUB – Plano Urbanístico Básico.** In SOMEKH e CAMPOS (org.). Op. cit., p. 112.

> Habitação (SEHAB), tendo como instrumentos fundamentais o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (1971) e a legislação de zoneamento inaugurada em 1972 e aperfeiçoada nos anos seguintes, além da Companhia Municipal de Habitação (COHAB)".[37]

Essa avalanche de grupos de pesquisa e planejamento, planejamentos setoriais e gerais, planos diretores a nível municipal e metropolitano marcaram este importante período no tocante à definição dos rumos posteriores da metrópole paulistana. Notamos a grande influência do PDDI (Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, Lei Municipal nº 7.688, de 30/12/1971) e a Lei de Zoneamento (Lei Municipal nº 7.805, de 1972), pelo fato de o PDDI ser o primeiro Plano Diretor de São Paulo consagrado em lei, e continuar em vigor por quase duas décadas.[38]

No que diz respeito especificamente à Lei de Zoneamento, sua influência está na classificação institucional das áreas do município de São Paulo.

> "Sem dúvida, o zoneamento de 1972 procurou seguir, em grandes linhas, as tendências de ocupação existente, sobretudo na área central, nos cinturões industriais e no quadrante Sudoeste, que concentra os setores de alta renda e as principais frentes de valorização imobiliária".[39]

Enquanto isso,

> "[...] grande parte da cidade, como a Zona Leste, foi zoneada com base na aplicação abstrata de 'bolsões', 'faixas' e 'pólos' – arbitrária na medida em que a grande malha de vias expressas e metrô prevista no PUB, que embasava esse desenho, permaneceu no papel".[40]

O discurso do planejamento, nesse ínterim, não encontra a cidade real, há um descompasso entre o plano e o que é realmente produzido em termos metropolitanos. Mas, também ao nível do discurso, o planejamento visa equacionar os rumos do crescimento da metrópole, com vistas a melhorar a

---

[37] CAMPOS, Candido Malta. **PDDI, PMDI e Lei de Zoneamento: a questão imobiliária.** In SOMEKH e CAMPOS (org.). Op. cit., p. 122.

[38] Ibid., p. 123.

[39] Ibid., p. 126.

[40] Ibid., p. 132.

vida de todos os seus habitantes, a busca pela "qualidade de vida". Eis o que incorre no desnível entre o concebido e o vivido: discurso e prática não são exatamente coincidentes, pois o que entra no jogo é a economia política, enquanto tal. A solução dos "problemas urbanos", no meio institucional, encontra seu respaldo no planejamento, enquanto solução possível, o que descarta qualquer outra possibilidade de intervenção; além disso, houve um grande projeto de transformação de áreas descapitalizadas da cidade em pólos industriais e/ou de serviços, o que poderia gerar os empregos nas ditas regiões. Na Zona Leste, como será mais detalhadamente demonstrado no capítulo II, ocorreu a previsão, por parte desses planos acima citados, da instalação de bolsões industriais, o que de fato não ocorreu a contento.

Em todo esse período, ficou muito claro de que forma os termos da economia política, como sempre, continuam a condicionar sobremaneira a construção da cidade, o que não é exatamente coincidente, todo o tempo, com os termos da política: a urbanização ainda continua a ser concebida como um grande negócio, e não houve plano ou planejamento que fosse capaz de estancar esse processo, próprio do capital, intrínseco à sua reprodução.

Neste momento, faz-se necessário destacar as lutas sociais em vigor durante todo esse período. Lúcio Kowarick, um estudioso da cidade de São Paulo na década de 1970, coloca essa face do urbano: as lutas sociais na cidade. Eis uma importante perspectiva de sua obra, que possui a preocupação de colocar exatamente o plano da luta no corpo da metrópole. O trabalho de Kowarick (1993) vem dar um importante suporte ao tratamento da questão, sobretudo no que se refere ao período da Ditadura Militar no Brasil, entre 1964 e 1985. Tendo este trabalho sido desenvolvido na década de 1970, época de um importante incremento populacional em São Paulo, por conta das migrações inter-regionais, o autor afirma que quando as indústrias não produzem mais a moradia para os trabalhadores (tal como ocorria no início do século XX), é neste momento que

> "[...] surge no cenário urbano o que passou a ser designado de **periferia:** aglomerados distantes do centro, clandestinos ou não, carentes de infra-

> estrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão-de-obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica". [41] [grifo nosso]

Tal como salientamos anteriormente, a grande periferia em São Paulo se desenvolve, de forma mais intensa, tendo seu aporte no conjunto formado pela abertura de loteamentos (incremento do mercado urbano de terras, parcelamento fundiário urbano com fins especulativos etc.), casa autoconstruída e associação de loteadores com empresários de ônibus. Esse processo, que se dá de forma violenta e rápida, é qualificado pelo autor como a **espoliação urbana**; essa espoliação, longe de ser um processo livre dos conflitos, põe o conflito diretamente associado à clássica precariedade das periferias urbanas no Brasil. Nos termos do período supra citado, as lutas sociais se processam da seguinte forma:

> "Filas, superlotação, atrasos, perdas do dia de trabalho[42] e às vezes a fúria das depredações não constituem apenas simples 'problemas de trânsito'. As horas de espera e de percurso antes e depois do dia de trabalho, via de regra extremamente longo, expressam o desgaste a que estão submetidos aqueles que necessitam do transporte de massa para chegar a seus empregos".[43]

Neste mesmo contexto da Ditadura Militar, encontramos um aporte nas políticas públicas implementadas por este regime. A chave do entendimento do que seriam os conjuntos habitacionais na Zona Leste de São Paulo encontra-se mais bem delineadas a partir desse período.

---

[41] KOWARICK, **A espoliação urbana,** p. 35.

[42] Em uma época em que o **trabalho** ainda se apresenta, em São Paulo, como relativamente abundante: para esses trabalhadores, restavam ainda muitos trabalhos que exigiam pouca qualificação, sobretudo na então próspera e empregadora atividade industrial. Atualmente, é bem conhecido o tamanho do problema do desemprego na Região Metropolitana de São Paulo, sobretudo para quem mora nessas periferias.

[43] Ibid., p. 39.

1.4. As políticas habitacionais no contexto da Ditadura Militar

Após o ano de 1964, início do longo período autoritário no Brasil, que se estendeu até 1985, houve um amplo e interessante leque de políticas públicas estatais, visando o equacionamento do clássico "déficit habitacional" brasileiro. É importante salientar que essas políticas públicas refletiam todo o aparato institucional autoritário vigente na época, tal como não atingiam os reais prejudicados pela falta de moradia.

O **Banco Nacional de Habitação** (BNH), juntamente com o **Sistema Financeiro da Habitação** (SFH), foram criados força da Lei Federal nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, com fins de financiar a habitação no Brasil[44]; em 1968 é criado o Sistema Financeiro de Saneamento (SFS) e foi instituído o Financiamento de Saneamento (Finasa). Em 1969, o BNH é autorizado a aplicar o FGTS no sistema de água e esgotos. Em 1971, é criado o Plano Nacional de Saneamento (Planasa)[45].

No plano municipal, encontramos o contexto da criação da **Companhia Metropolitana de Habitação** (COHAB-SP), em 1965.[46]

---

[44] "Criado em 1964, o BNH [...] [tinha a função de] realizar operações de crédito e gerir o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por intermédio de bancos privados e/ou públicos e de agentes promotores, como as companhias habitacionais e as companhias de água e esgoto. O BNH foi a principal instituição federal de desenvolvimento urbano da história brasileira, na qualidade de gestor do FGTS e da formulação e implementação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Sistema Financeiro do Saneamento (SFS). Foi extinto, por decreto presidencial, em 1986". Adaptado de: http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/economia/saneam/planasa/bnh/index.htm, acesso em set/2007.

[45] MARICATO. **Indústria da construção e política habitacional,** p. 112.

[46] De acordo com o texto oficial, constante na página da Prefeitura do Município de São Paulo, "a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo é um dos principais instrumentos de execução da política de habitação da cidade de São Paulo. Exerce o papel de agente do Sistema Financeiro de Habitação e sua abrangência é a Região Metropolitana. Foi criada pela Lei [Municipal] nº 6.738, de 16 de novembro de 1965, como uma sociedade anônima de economia mista, cuja principal acionária é a Prefeitura do Município de São Paulo, que detém 99% das ações preferenciais. Seus órgãos de deliberação máxima são a Assembléia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, o Conselho Técnico e sua Diretoria. A missão da Cohab é garantir acesso à moradia para a população de menor renda, desenvolvendo programas habitacionais e promovendo a construção de novas unidades com recursos provenientes do Fundo Municipal de Habitação e de convênios com agentes financeiros, como a Caixa Econômica Federal, outras entidades governamentais e iniciativa privada. Tem também como

> "Para enfrentar o déficit habitacional da cidade e captar para o município os recursos centralizados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), Faria Lima criou a Companhia Metropolitana de Habitação (Cohab – SP). Na verdade, ele transformou em empresa uma autarquia criada no final da gestão de Prestes Maia, a Superintendência Municipal de Habitação, e, com ela, inaugurou uma ação mais sistemática da prefeitura nessa área"[47].

Dentro do contexto institucional no tocante à administração municipal de São Paulo, salienta-se que o período entre 1969 e 1975 é marcado pela perda progressiva da autonomia, no que diz respeito às ações governamentais locais; o período autoritário, cujo regime ditatorial aprofunda-se após 1969, estende sua escala em direção ao local, ocasionado por uma forte centralização no âmbito federal. Neste mesmo período, verifica-se a transformação paulatina da qualidade da metrópole, até então marcada em seu poderio econômico por força da indústria.

Enquanto isso, cabe salientar o papel do SFH e do BNH dentro da constituição de políticas públicas para a habitação em São Paulo. Entre os anos de 1969 e 1974, praticamente não houve construção de conjuntos habitacionais por parte da COHAB-SP, pois esta esteve paralisada em sua estrutura financeira. "Recursos não faltavam ao BNH. Faltavam clientes com estatura financeira para responder às regras do jogo, daí a investida rumo às prefeituras municipais e governos estaduais"[48]. Há inúmeras razões apontadas para esse processo de paralisação da COHAB-SP, tal como se apresenta a seguir.

> "A Cohab-SP estava paralisada há mais de três anos (1971 a 1974), impossibilitada de se recuperar não apenas pela dívida que carregava,

---

uma de suas atribuições a aquisição e comercialização de terrenos e glebas com a finalidade de provisão habitacional." Fonte: http://portal.prefeitura.sp.gov.br/empresas_autarquias/cohab/organizacao/0001, acesso em ago/2007. Essa companhia tem um importante papel na estruturação da cidade de São Paulo desde sua criação, em especial na Zona Leste, onde grande parte de seus conjuntos habitacionais foram construídos, desde o final da década de 1960.

[47] PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Op. cit., p. 85.

[48] MARICATO. Op. cit., p. 116.

mas também porque era impossível atender às regras do jogo do BNH, segundo alguns de seus funcionários técnicos"[49].

Neste período, ficou muito clara a profunda coloração do capitalismo rentista brasileiro dentro das relações entre o Estado e a iniciativa privada: os financiamentos concedidos pelo SFH praticamente foram destinados às classes mais favorecidas, em detrimento dos que realmente necessitavam desse tipo de financiamento. Tal situação colocou em voga a estruturação de um lucrativo mercado imobiliário, tal como se observa marcadamente na atualidade, na concepção de empreendimentos imobiliários das mais diversas ordens.[50] A estrutura sócio-espacial capitalista conhece essa sua face no momento em que o espaço é, ele mesmo, impulsionador do processo de valorização, implicado na renda da terra e constituição do urbano.

Assim, se depara com uma situação que põe termo ao que pretendemos também demonstrar: há um específico no Brasil, dentro dos termos da reprodução capitalista do urbano. Dentro do Brasil, ocorre uma relação entre o "público" e o "privado" que já é bem conhecida dentro dos termos acadêmicos, tendo essa relação sido estudada por vários pensadores brasileiros importantes, sobretudo desde o século XX.[51]

Dessa forma, entendemos como essa relação entre o público e o privado se dá, no tocante à realização das políticas públicas no Brasil e, conseqüentemente, na constituição do urbano: o histórico recurso ao patrimonialismo, este enquanto um momento da reprodução do espaço tal

---

[49] MARICATO. Op. cit., p. 122.

[50] "A política praticada pelo SFH combinou o atendimento dos interesses dos empresários privados (construção, promotores imobiliários, banqueiros e proprietários de terra) com interesses de políticos clientelistas (governadores, prefeitos, deputados, vereadores), quando não aconteceu de estes fazerem parte daquele grupo. Na verdade, essa política foi fundamental para a estruturação de um mercado imobiliário de corte capitalista." Id. **Metrópole na periferia do capitalismo...,** p. 45.

[51] "A ação prática do Estado, no Brasil, fornece exemplos freqüentes nos quais o patrimônio privado merece mais cuidados que o patrimônio público, incluindo aí as áreas legalmente submetidas à preservação ambiental. A ocupação ilegal como as favelas são largamente toleradas quando não interferem nos circuitos centrais da realização do lucro imobiliário privado."Ibid., p. 65.

como uma mercadoria, aquela que oferece suporte à produção e circulação das demais mercadorias. Esclarecendo: trata-se da produção da cidade e do urbano como um expediente da realização da economia geral, o que pressupõe uma necessária articulação entre o Estado e as tramas do mercado. Em relação às políticas públicas dentro do âmbito do município cabe destacar o depoimento de **Henri Cherkezian**, Diretor de Planejamento da COHAB-SP entre os anos de 1976 e 1982.

> "São Paulo sempre teve problema, eu estou falando isso na década de 70: tinha problema de favela, tinha problemas de falta de moradia e a COHAB, que era a companhia de habitação de São Paulo: era péssima. Ela praticamente construiu muito pouco. Quer dizer, basta dizer que até 76 tinha menos de 4.000 unidades habitacionais com famílias morando na COHAB. [...] A COHAB teve uma gestão meio complicada no início. [...] Bom, a administração pública é de quatro em quatro anos, só que a COHAB tinha tido presidentes de dois em dois anos, e, portanto, diretorias de dois em dois anos, porque houve muita troca de prefeito naquela época [entre 1970 e 1974]. [...] o próprio BNH, que era o órgão que financiava a habitação, também não tinha esse dinheiro todo, ele passou a ter, o *boom* da construção habitacional, [...] foi a partir do Planhap. [...] ele vigeu durante cinco anos mais cinco anos, portanto, dez anos. Então, o que se construiu mesmo, foi a partir de 1975."[52]

Em 1973, tal como se assinala acima, é criado o **Plano Nacional de Habitação Popular (Planhap)**, que era um

> "[...] plano qüinqüenal operacionalizado através de Convênios assinados entre o BNH e os Governos Estaduais (Contratos de Gestão), definindo metas físicas e financeiras (programas habitacionais, de infra-estrutura e de equipamentos sociais) a serem alcançadas, as responsabilidades dos intervenientes e mecanismos de coordenação, criando-se os FUNDHAPs – Fundos Estaduais de Habitação Popular. Referidos Convênios eram referendados pelas Assembléias Legislativas como forma de garantir sua consideração regular na elaboração dos orçamentos anuais dos estados. Os Fundos Estaduais deveriam participar com 10% dos recursos

[52] Cf. CHERKEZIAN, entrevista concedida ao autor em 04/06/2007.

previstos no Convênio. [...] O PLANHAP deu grande dinamismo às contratações dos programas habitacionais e de desenvolvimento urbano, visto que era aprovado pelo Senado Federal, que autorizava o endividamento dos Estados e Municípios até os limites nele fixados. O prazo de vigência de 5 anos foi renovado em mais 5, encerrando-se em 1985."[53]

Segundo o autor citado, é após 1975 que se inicia o período das "vacas gordas", período este em que a COHAB-SP começa a ter uma imensa participação no que diz respeito à promoção de políticas públicas para a habitação. É o período no qual o dinheiro começa a se tornar mais presente, há inclusive um propalado excesso de recursos. Entretanto, é preciso destacar a forma como muitos autores questionam a aplicação desses recursos: dentro de uma economia capitalista, os custos da terra, num contexto onde a propriedade privada da terra é um dos eixos norteadores de sua reprodução orgânica, tende-se a produzir uma cidade que reflete exatamente os desníveis entre as classes sociais. Ou seja, para os pobres (estes que contam com poucas oportunidades de superar a pobreza), restam as piores condições de moradia possíveis.[54]

Dentro de uma economia capitalista, não há política pública que assegure, de fato, o direito à moradia e o direito à cidade. Dentro dessa perspectiva da crítica à economia política, entendemos que a ação do Estado, já que o próprio Estado moderno é também uma constante da mercadoria, tal como já fora assinalado anteriormente, também é diretamente responsável pela segregação urbana. Assim, a aquisição de terras pela COHAB fora marcada por

---

[53] CHERKEZIAN. ¿**Donde está la plata?,** p. 2 (nota de rodapé nº 4).

[54] "A pobreza nas condições de habitação no Brasil, que configura um quadro dramático e tende a um agravamento, é reflexo dos disparates que podem ser observados na distribuição de rendas no país. [...] A especulação feita com a terra urbana joga para o alto seus custos, dificultando o sucesso dos programas habitacionais oficiais além de condenar ao exílio da periferia a maior parte da população trabalhadora." MARICATO, **Política habitacional no Regime Militar...,** pp. 63 e 72. Aqui, resta complementar com um questionamento: os mais pobres dentre os mais pobres, onde estes vão morar? Nos capítulos posteriores deste trabalho, existe uma discussão a respeito dos prováveis processos de valorização do espaço na Cidade Tiradentes, o que pode supor até mesmo uma impossibilidade de grandes camadas da população continuarem habitando a metrópole. Trata-se de um processo que inclui o possível-impossível, nos termos mencionados na introdução deste trabalho, como sua tônica de análise.

uma política de diminuição dos custos: a compra de grandes glebas até então ruralizadas permitia a reprodução do espaço urbano por intermédio da construção de moradias. Dessa forma, a estrutura político-econômica de implantação de grandes conjuntos habitacionais estava vinculada aos dispositivos legais propostos pelas leis de zoneamento e de orientação do chamado "desenvolvimento urbano", rumo às áreas rurais que ainda não possuíam infra-estrutura urbana.[55]

A legislação e o direito encontram a sua perfeita associação dentro da reprodução do capital e da supremacia da propriedade privada da terra, esta enquanto uma mercadoria. Em relação ao espaço urbano, no momento de sua constituição física, toma forma também o sócio-espacial, já que os fenômenos sociais e econômicos são também espaciais. A Lei de Zoneamento de 1972, da qual tratamos anteriormente, permite sobremaneira a urbanização em áreas rurais, o que pressupõe também uma estratégia: o estoque de terras desurbanizadas com fins especulativos.[56]

E dessa forma, foram se formando os grandes conjuntos habitacionais em São Paulo, sobretudo na Zona Leste. A urbanização, dentro do modo capitalista de produção, engloba a estratégia de auferibilidade, ao máximo, da renda da terra. A transformação de terras rurais em terras urbanas é o exemplo do grande negócio implicado no processo de urbanização. Esta criação ou expansão dos limites do urbano é, sobremaneira, implicada pela construção de unidades de habitação popular. É o que acontece durante o período das "vacas gordas" da COHAB.

Dentro do que se diz a respeito da atuação da companhia de habitação em São Paulo, é importante assinalar o que está posto a seguir.

> "[A] Cohab-SP, [...] até o presente [1985] já entregou cerca de 90.000 habitações para famílias com renda até o limite de cinco salários mínimos. A esmagadora maioria dessas habitações, casas, apartamentos,

---

[55] BRANT. Op. cit., p. 99.

[56] MARICATO, **Indústria da construção e política habitacional,** p. 175.

> embriões e lotes urbanizados são de qualidade aceitável, servidos por ruas asfaltadas e iluminadas, e localizados em conjuntos habitacionais dotados de toda a infra-estrutura de equipamentos como escolas, creches, postos de saúde, bibliotecas, centros comunitários, supermercados, centros comerciais, áreas de esporte e lazer – muito superiores como qualidade de vida às favelas e mocambos. Note-se também que, com arrocho salarial e tudo o mais, a grande maioria das famílias ainda hoje paga prestações inferiores aos aluguéis de imóveis da mesma classe".[57]

Dessa forma, entendemos que as habitações populares construídas pela COHAB são rigorosamente colocadas dentro do contexto do planejamento estratégico, a ação do Estado no espaço urbano. O planejamento enxerga a cidade a partir de sua representação cartográfica e dos dados sócio-econômicos de que dispõe, para, a partir desse momento, pôr termo a sua atuação. Essa é a alternativa proposta pelo planejamento oficial.[58]

Há um desnível de práticas muito aparente no que diz respeito à ação dos poderes públicos. O Estado, muito além de ser um grande impulsionador da possibilidade de reprodução ampliada do capital no espaço urbano (e também em outras escalas que vão além do que está restrito ao espaço urbanizado), é constitutivo, ao mesmo tempo, de grandes entraves para a reprodução do capital além de ser também completamente submetido à conjuntura econômica do tempo-espaço no qual está inserido. Dentro do discurso do planejamento, são esses entraves os maiores problemas, são eles que não coincidem com a escala da economia mundial. Os exemplos dos "entraves" para a economia e, conseqüentemente, entraves para o planejamento, estão postos logo a seguir.

***

---

[57] BOLAFFI e CHERKEZIAN. **BNH, bode expiatório,** p. 50.

[58] "Cabe destacar o *boom* especulativo gerado pela política indiscriminada de investimento dos agentes privados do BNH, [e] durante muitos anos as prestações cobradas pelo Sistema [SFH] foram sensivelmente inferiores aos aluguéis de mercado dos imóveis financiados pelo próprio Sistema. Essa distorção, que infelizmente se mantém até o presente [1985] para a esmagadora maioria dos imóveis adquiridos antes de 1981, levou muitos investidores das faixas médias e altas de renda a constituírem um verdadeiro patrimônio imobiliário especulativo e lucrativo, por meio dos financiamentos baratos do SFH." Op. cit., p. 47.

Durante todo esse período de "vacas gordas" e o sucesso na crença do planejamento como redentor dos "problemas urbanos", esses problemas se fazem cada vez mais presentes na metrópole paulistana. E é justamente a partir da década de 1970 que alguns pensadores começam a tecer alguns estudos mais aprofundados sobre a grande desigualdade que está sendo gerida dentro da metrópole mais rica do país. Dentro da prosperidade capitalista, o seu outro é inevitável, é complementar a ela.[59]

Entendemos que, dentro de uma perspectiva da crítica à economia política, a prosperidade econômica não coincide com a prosperidade social; os bens produzidos socialmente são concentrados, estão à parte de seu usufruto no social, no comunitário. Por esta razão e neste plano, o econômico e o social não são imediatamente coincidentes, são quase antagônicos, o outro do outro. Entretanto, essas duas instâncias, o social e o econômico, são interligados em um plano diverso, o da produção social, o trabalho social: este é distribuído, por intermédio da divisão do trabalho, o que pressupõe e é pressuposto pela alienação. Este é o sentido do "social", da "sociedade", nos termos da economia política, e é isto que implica e que está implicado dentro da ação do Estado. Em relação a São Paulo, o social e o econômico se apresentam enquanto não-coincidentes dentro do que está posto a seguir.

> "O vertiginoso crescimento demográfico da [Região Metropolitana de São Paulo], que entre 1960-1970 foi de 5,5% ao ano, junto com o processo de retenção dos terrenos à espera de valorização, levou ao surgimento de bairros cada vez mais distantes. Amontoam-se populações em áreas longínquas, afastadas dos locais de trabalho, impondo-se distâncias de deslocamento cada vez maiores"[60].

---

[59] "O agravamento dos problemas que afetam a qualidade de vida da população em São Paulo não atinge a cidade em geral. Sobretudo a partir das últimas três ou quatro décadas [desde a década de 1930], surgem e se expandem os bairros periféricos que, juntamente com os tradicionais cortiços e favelas, alojam a população trabalhadora. É nessas áreas que se concentram tanto a pobreza da cidade quanto a de seus habitantes." CAMARGO, Cândido Procópio de (et alli). **São Paulo 1975...,** p. 23.

[60] Ibid., pp. 29 e 30.

O social é também o sócio-espacial, já que é o espaço a base da reprodução da vida, tendo como aporte o lugar, o chão do imediato, o vivido, é a cidade que encontra a metrópole, que se transforma em metrópole, sugerindo uma relação dialética. Quando se trata de uma grande massa de pessoas que são atraídas pela presença da metrópole, esta marcada pela presença da indústria e pela "farta" quantidade de empregos potenciais, a metrópole, ela mesma, tem sua quantidade transformada pela qualidade: mais pessoas significa uma cidade maior, o que significa o surgimento de uma **outra** cidade, ou da metrópole. Agora, falamos dentro dos termos do metropolitano, da **Região Metropolitana de São Paulo**, esta institucionalizada pela força da Lei Complementar Federal nº 14, de 8 de junho de 1973. É preciso que essa massa de gente, exército de reserva ou simplesmente população que dificilmente terá alguma "inserção social", mesmo precária, esteja em algum lugar, mesmo que pela força das leis da física; em outras palavras, **more** em algum lugar. Entra a grande questão: onde morar?

A população trabalhadora mais depauperada continua indo em direção às periferias de São Paulo, estas cada vez mais distantes do centro da cidade e de suas áreas "valorizadas", aquelas que são servidas de toda a infra-estrutura urbana. "As casas precárias da periferia são as 'casas próprias', em que a lógica especulativa dos 'loteamentos' fixou boa parte da classe trabalhadora"[61].

No estudo chamado **"São Paulo 1975: crescimento e pobreza"**, é colocada uma preocupação dos pesquisadores da época, em relação inclusive aos indicadores sociais da metrópole, que apresentavam forte queda em relação ao ano de 1950! Taxas de saneamento básico, acesso à água encanada e rede de esgoto, por exemplo, estavam aquém das taxas de 25 anos antes. Em São Paulo, "[...] a população da capital servida pela rede de água passou de 61% em 1950 para 56% em 1973, enquanto a atendida pela rede de esgoto manteve-se estável em torno dos 35%."[62] Mais uma prova do quanto é factual a não-coincidência

---

[61] Ibid., p. 39.

[62] Ibid., p. 47.

entre o social e o econômico, já que o período compreendido entre 1968 e 1973 é largamente conhecido pelas suas exuberantes taxas de crescimento econômico em nível nacional, é a época do chamado "milagre econômico". Este "milagre" não chegou a atingir sequer metade da população brasileira, muito pelo contrário, se constituiu a base da maximização da exploração da mais-valia social. E os estudiosos da época já estavam percebendo isso.

A crença dos autores desse estudo era que, nesse momento específico, o grande problema que ocorria em haver essas condições extremamente precárias às quais estavam submetida a população trabalhadora (que ainda **tinha** trabalho, situação muito diversa à observada hoje) era o impedimento da iniciativa social e política do trabalhador. Dentro do contexto da Ditadura Militar, acreditava-se que dentro da democracia haveria um caminho rumo à superação desses entraves. "Na medida em que a iniciativa social e política das classes trabalhadoras continuar bloqueada, será difícil vislumbrar uma cidade verdadeiramente humana em São Paulo"[63].

Essa obra teve uma continuidade, e os mesmos autores organizaram, alguns anos depois, uma outra importante obra: **"Trabalhar e Viver"**. No final da década de 1980, quando esse livro foi publicado, a situação permanecera a mesma em relação às desigualdades da metrópole, com muitos agravantes decorrentes da posterior queda do edifício do "milagre econômico" que ainda vigia em 1975. A década de 80 fora marcada por um imenso ciclo de recessão e desemprego, o que a caracterizou, inclusive, como a "década perdida".[64]

Observa-se que, neste período, até mesmo a moradia precária de aluguel, forma anterior à "casa própria" autoconstruída na periferia, está mais precária. Dentro desse contexto, assinalamos o aparecimento, com o fim da Ditadura

---

[63] Ibid., p. 61.

[64] "Ao contrário do que ocorria no passado, a moradia precária de aluguel, ou cortiço, não mais se localiza predominantemente nas zonas centrais, melhor servidas de infra-estrutura e mais próximas do emprego. Dados do censo de 1980 mostram que apenas 20,86% do total das moradias alugadas no município de São Paulo estão nos anéis central e interior, enquanto que 60,41% se localizam nos anéis exterior e periférico." BRANT. Op. cit., p. 88.

Militar, em 1985, da necessidade de se repensar a metrópole em outros termos, dentro do campo institucional. A metrópole já não era mais a mesma que alguns anos antes, tendo alguns problemas, tais como a moradia e o transporte, piorado bastante. Neste ínterim, aparece outro plano diretor, com muitas diferenças em relação ao que se produziu com o PDDI, em 1971, como se vê logo a seguir:

> "O PD-85 defende medidas que reduzam a concentração de renda. Uma distribuição desigual dos benefícios sociais resultaria em três problemas: precária qualidade de vida, principalmente entre as faixas de renda mais baixas, queda contínua da eficiência econômica da cidade e deterioração do meio-ambiente."[65]

Já era nítida, dentro do plano institucional, a preocupação com as chamadas "deseconomias", estas produzidas pela grande economia em sintonia com a questão política. Essas "deseconomias" são produzidas pela própria constituição da cidade dentro dos termos da economia política e a desigualdade, companheira inseparável, intrínseca à urbanização dentro deste modo de produção vigente.

Alguns anos mais tarde, em 1991, surge a discussão a respeito da elaboração de um novo Plano Diretor. Entretanto, o desnível entre o político, em nível municipal[66], e o político-econômico, em nível mundial eram bem evidentes. Em um contexto onde o Estado já estava começando a ser visto como incompetente e "naturalmente" dado à corrupção, o que está pressuposto dentro do receituário neoliberal, a administração municipal da época buscava atentar para a elaboração do Plano Diretor.

> "O Plano Diretor – 91 tinha um requisito fundamental: sua efetiva aplicação. Eram necessárias duas condições básicas para sua formulação. Em primeiro lugar, deveria ser levada em conta a cidade real (favelas, cortiços, loteamentos irregulares e clandestinos, habitações precárias e

---

[65] SOMEKH, Nadia, e CAMPOS, Candido Malta. **Do PD-85 ao PD-88: inovação, democracia e crise.** In SOMEKH e CAMPOS (org.). Op. cit., p. 150.

[66] Nessa época, São Paulo estava sob a administração de Luíza Erundina de Souza (01/01/1989 a 31/12/1992), do Partido dos Trabalhadores (PT).

> em desacordo com a legislação) a viabilidade e possibilidades concretas de alterar e interferir nessa realidade. Em segundo lugar, o Plano deveria ser apropriado pela população, a partir de um fórum de negociação envolvendo os diferentes agentes envolvidos no processo de construção e apropriação da cidade".[67]

Dentro de nossa análise da constituição do espaço urbano, é fundamental destacar o quanto o discurso institucional, assim como suas práticas, vão sendo invadidas por outras escalas de ação e pelas mais diversas intenções. Dentro do contexto da redemocratização pós-ditadura, a busca pela democracia e pela participação popular estava convivendo, lado a lado, com a emergência do ideário macro-econômico da chamada globalização, pressuposta pela financeirização da economia, em curso desde fins da década de 1970 nos países centrais. No contexto do município de São Paulo, os tempos políticos começam também a coincidir com a temporalidade econômica mundial: a troca de administração implicou na não votação do projeto de lei que daria origem a este Plano Diretor. E finalmente, em 1993, o então prefeito Paulo Maluf retirou o projeto do legislativo, por conta de um desinteresse político com a aprovação desse Plano Diretor.[68]

1.5. O contemporâneo dentro da teia do crítico: a questão urbana no contexto da financeirização da economia mundial e suas escalas.

Em relação à época atual, faz-se necessário localizar o crescimento recente da urbanização nas periferias cada vez mais distantes. A partir daí, nossa análise passa pela idéia de **urbanização crítica**.

> "O que é a **urbanização crítica**? É a impossibilidade do urbano para todos, a não ser que se transformem radicalmente as bases da produção e reprodução sociais [...] Não há o urbano para todos. Esta é a radicalidade do urbano na história, colocada atualmente com clareza suficiente. [...] Os

---

[67] ANTONUCCI, Denise. **O Plano Diretor de 1991: a revolução conceitual.** In SOMEKH e CAMPOS (org.). Op. cit., p. 163.

[68] Ibid., pp. 174 e 175.

> pobres sobrevivem à custa de uma economia que envolve os próprios pobres e quase exclusivamente eles: são os serviços e o comércio das áreas periféricas".[69]

Dentro da concepção total da constituição do tecido urbano, tal como sua constante reprodução, a urbanização crítica implica e está implicado em um espaço urbano disperso, fragmentado, cujas fronteiras já ultrapassam, dentro da cidade de São Paulo, mais de 40 km em relação ao centro da cidade. Em um mundo de empregos cada vez mais escassos, essa periferia distante constitui-se enquanto "[...] uma massa periférica rodeando a cidade metropolizada. E plástica, isto é, crescendo todo dia, em mais de uma direção. Então são manchas de regiões empobrecidas nos limites urbanos".[70]

Um contexto mais amplo do crítico considera a produção do espaço urbano em diversos patamares, dotado de várias intermediações a nível institucional e espaço-temporal. O que se encontra nas teias do processo sócio-espacial da urbanização crítica: o desabamento do antes estável "andaime fordista" e as dramáticas incertezas quanto ao futuro. Este é um tempo de empregos incertos, de forte influência das redes do crime organizado e a idéia da "vida matável"[71], que coincide com um gigante processo que simplesmente torna obsoleta uma considerável parcela da população mundial. Em um mundo (e um país) sem o trabalho como possibilidade, toda essa "massa" torna-se

---

[69] DAMIANI, **A Geografia e a produção do espaço na metrópole...,** p. 30.

[70] Ibid., p. 48.

[71] Todas essas formas do crítico no urbano são tratadas na obra de Vera Telles em diversos momentos, e as utilizamos aqui como forma de ilustrar essa criticidade enquanto manifestação no quotidiano. Quanto à idéia de "vida matável", especificamente, essa é a mesma idéia da "vida nua", a qual é citada pela autora. Segundo a autora, "[...] vida matável exatamente porque descolada das formas de vida. Formas de vida, quer dizer, possibilidades, potências, capacidade de inventar outros possíveis". In ALVES, Elaine e TELLES, Vera da Silva. **Territórios em disputa: o produção do espaço em ato.** In: TELLES e CABANES (org.) **Nas tramas da cidade...,** p. 374. Essa impossibilidade de invenção dos outros possíveis pode ser posta em relação imediata com a impossibilidade do urbano para todos, dentro desta economia financeirizada.

potencialmente descartável ao processo global de reprodução da economia capitalista.[72]

Essa reestruturação produtiva tem um significativo impacto no campo de práticas e vivências de todos que vivem o urbano. E, quanto às gerações mais jovens, torna-se ainda mais nítida a profunda ruptura para com as mentalidades das gerações anteriores, dos tempos fordistas, onde o mundo do trabalho e todo o ideal construído pelos então abundantes empregos: o edifício da sociedade do trabalho, mesmo que não fosse efetivamente uma realidade para todos, era um discurso que prevalecia e parecia equilibrar o todo social. Esses tempos e essas temporalidades marcam de forma muito profunda as trajetórias das gerações mais jovens, muito diferentes das trajetórias das gerações anteriores.[73]

Estes são traços do mundo contemporâneo, marcado pela financeirização da economia em âmbito mundial. Este mundo cria um ambiente urbano à sua forma e imagem: um espaço urbano profundamente hierarquizado, homogeneizado e fragmentado. A convivência entre as distintas classes sociais é, de certa forma, reconfigurada.[74] De que forma? Na metrópole, grassam em suas paisagens a convivência entre os condomínios ultra-fechados voltados

---

[72] "A reestruturação produtiva em curso desde o final dos anos 80, e mais intensamente a partir da segunda metade dos 90, altera o cenário dos atores e redefine as condições da ação coletiva e reconfigura territórios e suas hierarquias no espaço nacional na lógica transnacional de redes produtivas que transbordem (ou implodem) as antigas definições nacionais, setoriais e categorias de atividades econômicas e grupos sociais (e suas formas de representação), ao mesmo tempo em que as formas de emprego são pulverizadas nas trilhas territorializadoras as redes de subcontratação. O que é hoje chamado de flexibilização do trabalho (leia-se: dos direitos que regem ou regiam o contrato de trabalho) significa, na verdade, a desmontagem das mediações jurídicas, políticas e institucionais que conformavam o trabalho na forma do emprego." TELLES, Vera da Silva. **Debates: a cidade como questão.** In: TELLES e CABANES (org.). Op. cit., p. 45.

[73] TELLES, Vera da Silva. **Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade.** In: TELLES e CABANES (org.). Op. cit., pp. 84 a 91, passim.

[74] "Os distintos agentes urbanos, dependendo de suas fontes de financiamento e relações com o mercado financeiro, ocupam diferencialmente o espaço urbano, no sentido de hierarquizá-lo, homogeneizá-lo e fragmentá-lo. [...] A polarização acentua-se ao criarem-se barreiras cada vez mais aparentes e visíveis a algum tipo de integração social entre as distintas classes sociais, sendo o espaço produzido um elemento importante para entender tanto a estratégia de reprodução do capital quanto a lógica social resultante dessa estratégia." BOTELHO. Op. cit., p. 305 e 315.

para os mais altos estratos da escala social e as favelas, cortiços ou outras modalidades possíveis de submoradia. Tal configuração da paisagem urbana paulistana encontra-se materializada tanto em áreas centrais da metrópole (vide os altos prédios com seus apartamentos perfumados e toda uma infra-estrutura urbana intramuros, negando, paradoxalmente, o próprio urbano, ao lado de enormes favelas e/ou áreas de cortiços), quanto em áreas periféricas (lar dos condomínios fechados de casas unifamiliares, onde as "estruturas urbanas" são semelhantes àquelas dos condomínios intra-urbanos).

A reestruturação da economia mundial, posta no urbano, é a grande alavanca do aprofundamento do processo de segregação urbana. Em relação, especificamente, aos conjuntos habitacionais concebidos pelos poderes públicos em locais periféricos, verifica-se a sua total inserção dentro do circuito geral da circulação de mercadorias e dentro da constituição do urbano nos termos da reprodução ampliada do capital: renda da terra, valorização capitalista do espaço e mais segregação.[75]

Assim, quando aberta uma frente nova de urbanização em áreas periféricas distantes e desurbanizadas, os pioneiros dessa frente, no caso os mais pobres, "esquentam" o lugar para futuros processos de valorização do espaço. Os conjuntos habitacionais são um grande exemplo disso, pois muito além do planejamento institucional, que visa equacionar o "déficit habitacional", dentro dos termos da economia política, produz ainda mais esse "déficit". As frentes de urbanização periféricas mudam a qualidade da cidade por intermédio do incremento quantitativo, e tal característica é tanto qualidade de metrópole – grande aglomerado urbano, com outra infra-estrutura necessária, assim como um espaço maior de circulação de idéias e pessoas, bem como mais sociabilidade, ainda que forçada – quanto a qualidade econômica –

---

[75] "A construção de conjuntos habitacionais em locais periféricos inaugura um círculo vicioso, pois cria acessibilidades físicas e expande as redes de serviços coletivos, abrindo frentes de especulação, viabilizando a urbanização clandestina, dada a ausência de fiscalização que controlaria a atuação dos agentes que produzem esse tipo de espaço urbano ilegal e irregular." NAKANO. **Quatro COHAB's da zona leste de São Paulo...**, p. 97.

as frentes de valorização do espaço são outras e, no caso de São Paulo, definida como uma "cidade mundial", essas frentes de valorização do espaço estão cada vez mais presentes, ainda que de diversas formas, por todos os recantos da metrópole.

***

O urbano, dentro de um mundo que tende à sua plena urbanização, muito tem a dizer sobre nossa sociedade. Assim, quando alternamos diversas escalas dentro dessa idéia, percebemos que a escala do corpo, tal como está assinalada a seguir, é um importante ponto de partida para compreendermos outras escalas.

Dessa forma, quando o capital molda o corpo, cria, por intermédio do corpo, satisfações dos desejos corporais. É a grande marca do consumo e do fetichismo da mercadoria: ela se torna autônoma, ela rege o mundo à sua maneira. E isso tudo implica na transformação inteira da superfície terrestre.[76]

Essa grande transformação da superfície da Terra se põe historicamente no seio da reprodução ampliada do capital, dentro dos termos do crítico desse capital e das reorganizações dos arranjos espaciais. E essa grande transformação, por ser intrínseca ao espaço, compreende também a lógica da renda da terra. Conforme demonstramos mais acima, a renda da terra tem sua potência inclusive dentro da constituição do espaço urbano. A construção do "social", nos termos do modo de produção capitalista, implica uma produção "social" e uma renda tributária também social, a ser auferida pelo capitalista.

> "Se em sua relação pré-capitalista a renda da terra era paga como um tributo pessoal, agora ela tem o caráter social: é paga pelo conjunto da sociedade, a partir da riqueza produzida socialmente através de financiamentos, taxas etc."[77].

---

[76] "Grande parcela da extraordinária transformação da superfície da Terra nos últimos duzentos anos reflete preciosamente a materialização da forma do utopismo o processo fundada no livre mercado e suas incansáveis e perpétuas reorganizações de formas espaciais." HARVEY. **Espaços de esperança**, p. 233.

[77] MARICATO. **Indústria da construção e política habitacional,** p. 39.

Assim, dentro desse contexto de pagamento social de tributos, encerramos nossa concepção a respeito da financeirização dentro da construção do urbano. A urbanização, que se apresenta enquanto um grande negócio, constrói a cidade da forma como a conhecemos. Até mesmo as falências e as desvalorizações são, elas mesmas, impulsionadores de novas frentes de valorização.[78] A terra se apresenta como um grande canal de escoamento da mais-valia de setores produtivos para os não-produtivos. Essa é uma das faces do período contemporâneo, marcado pela crescente financeirização da economia.

Dentro de todo esse processo, surge uma situação: há pobres demais, miseráveis demais, todos ocupam espaço, todos estão em algum lugar. No caso das manchas empobrecidas em torno da cidade de São Paulo, esses pobres são milhões. E essa é uma grande barreira[79], um impedimento muito substancial para a economia urbana se realizar dentro da economia política.

Nesse contexto, colocamos a **urbanização crítica** enquanto um conceito, enquanto uma forma possível de compreensão a respeito dos conteúdos do urbano dentro do mundo contemporâneo. Colocamos também o possível/impossível de alguma emancipação social dentro dos termos deste momento crítico.

> "O mundo das massas despossuídas é a urbanização crítica. O mundo de uma economia que se realiza criticamente é a urbanização crítica. O urbanismo como centralidade de culturas, festas, desejos, encontros, necessidades, que é negado, é urbanização crítica. O mundo do dinheiro, da equivalência, que, nos seus fundamentos e subterrâneos, move-se

---

[78] "Como Marx observou prescientemente, a primeira onda de investimentos com freqüência entra em falência nesses empreendimentos [compra de ativos falidos, inclusive empreendimentos imobiliários, com vista à geração de mais-valor], deixando o negócio lucrativo beneficiar quem adquire os ativos desvalorizados a preços aviltantes. A desvalorização de ativos, especialmente no circuito secundário do capital, pode por conseguinte desempenhar um importante papel no estabelecimento de novas bases para a acumulação do capital" HARVEY. **O novo imperialismo**, p. 98.

[79] "As grandes periferias urbanas definem verdadeiras muralhas para o processo do capital, do ponto de vista da economia urbana; inclusive quando ordenadas, através de políticas estatistas massificantes, como as dos grandes conjuntos habitacionais". DAMIANI, Op. cit., p. 36.

> como relações de não-equivalência, de exploração do trabalho, de expropriação de meios de vida e de produção, de embate entre as formas do dinheiro – a do dinheiro como medida do valor e como meio de circulação, sintetizadas na forma do dinheiro como capital – é a urbanização crítica. A tábua rasa da história, o seu varrer, a produção da obsolescência precoce de produtos vários, incluindo a cidade, para afirmar novos produtos, é a urbanização crítica".[80]

E, para chegarmos até este conceito, precisamos resgatar todas as teias de relações sociais, econômicas e políticas intrínsecas ao espaço urbano, e o próprio espaço urbano enquanto um modelador importante de todas essas relações. O político, imiscuído ao econômico, impõe uma urbanidade, uma forma e conteúdo de cidade, uma concepção e convivência à sua maneira. Cada traço de movimento implica um **território**, os territórios da vida pública intrincados aos territórios da vida privada. Nesta articulação de espaços e territórios, articulação necessariamente espaço-temporal, podemos encontrar, enquanto potência, a possibilidade do outro, da superação. Essa não é uma tarefa muito fácil, exige que repensemos a todo instante nossos esquemas de interpretação e análise dos processos sociais, em sua totalidade. Desta forma, caminhamos em direção ao território das lutas pelo **lugar**, suas especificidades e suas universalidades. Esse é o jogo de pontos e redes que buscamos decifrar e interpretar, com vistas à elucidação de tudo isso, à incessante e apaixonante busca pelo outro. Em Cidade Tiradentes, assim como em toda a Zona Leste e em toda a metrópole, as lutas são intrínsecas aos processos de constituição dos lugares. Lutar é coincidente à vida quotidiana, e o próximo capítulo trata exatamente disso.

---

[80] Ibid., p. 39.

CAPÍTULO 2

AS LUTAS PELO LUGAR

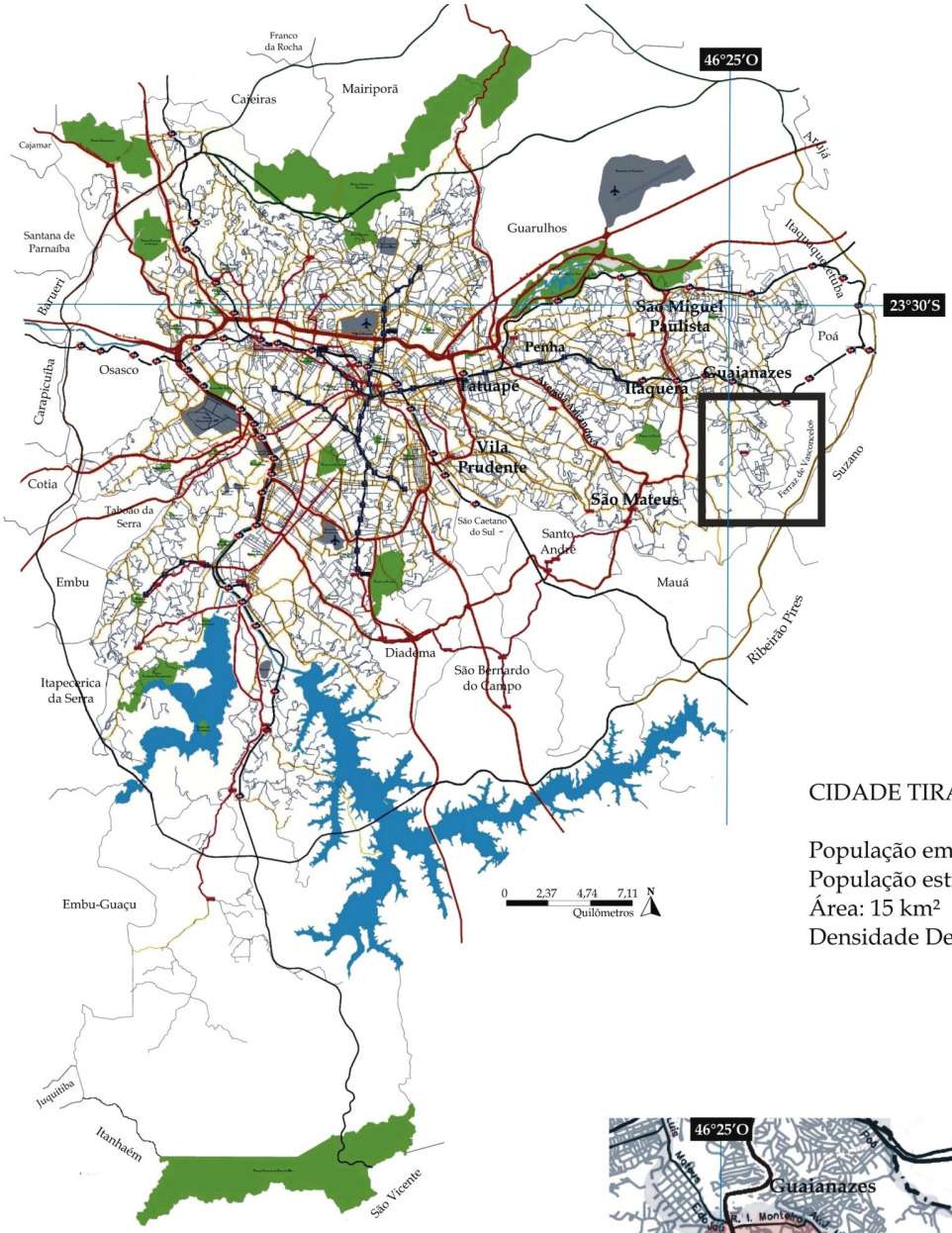
"Aquilo que se chama de 'urbanismo' é apenas um conjunto muito coerente – um sistema – de estipulações e de limitações que mantêm uma atividade essencial ao nível do mínimo estritamente técnico. E isto reduzindo uma situação e uma atividade, o ***habitar****, a uma realidade brutalmente material, a uma função: o* ***habitat****. A audácia, a aventura é exigir um urbanismo em 'escala humana', isto é, na escala mesquinha da aldeia, da paróquia e do 'pavilhão'. Mais um uso inquietante dessa palavra, o 'humano'!"*

LEFEBVRE, Henri. **Posição: contra os tecnocratas.,** p. 14.

2.1. A luta quotidiana como o único possível da vida em Cidade Tiradentes.

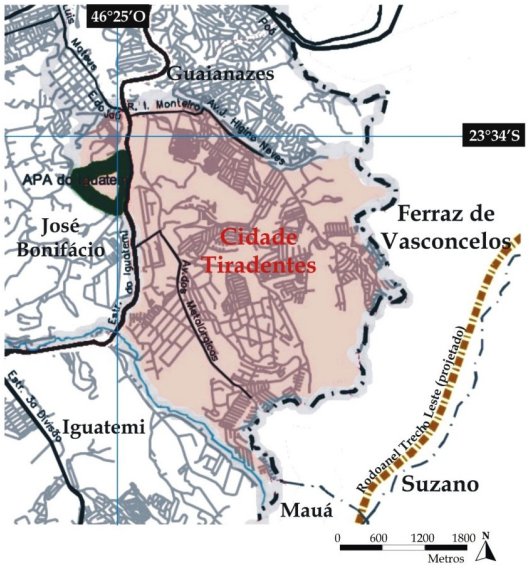
A Cidade Tiradentes é um distrito do município de São Paulo, que dista mais ou menos 30 quilômetros da Praça da Sé, o chamado "marco zero" da cidade. Saindo do centro da cidade, toma-se a chamada Radial Leste (que tem vários nomes, até chegar a seu final, em Guaianases) e, logo depois, a Avenida Aricanduva. Depois, o caminho se estende até a Avenida Ragueb Chohfi, já no distrito de São Mateus. Logo após, encontramos a Estrada do Iguatemi, uma importante via de acesso – e uma das únicas – para o distrito de Cidade Tiradentes.

Trata-se, realmente, de uma cidade, dada a sua extensão territorial urbanizada e suas dimensões populacionais. Mas é uma "cidade" dentro de uma outra "cidade"; esta última que, enquanto metrópole, se realiza de forma fragmentada, aos pedaços. E, desta forma, a Cidade Tiradentes, ao mesmo tempo tão distante da área central da metrópole e tão dependente desta, coloca o crítico no quotidiano de seus moradores nestes termos, por vários caminhos diferentes. Trata-se de um crítico que se manifesta de variadas formas no vivido de seus moradores, desde as lembranças de tempos passados onde o rural imperava na região até o momento em que os conjuntos habitacionais foram sendo construídos e mais moradores chegavam ao local, perfazendo um percurso histórico que perdura até o momento atual. E o crítico, como veremos a partir dos diversos depoimentos aqui registrados, vão muito além da penosa distância do centro da cidade: são os conteúdos do crítico, de uma forma geral, que estão postos no quotidiano, na forma de ser, de estar, de conceber e reproduzir suas formas de sobrevivência. Trata-se de vidas invadidas por várias histórias, muito significativas, que contém, em seu interior, a potência de elucidar outros conteúdos da metrópole.



CIDADE TIRADENTES (distrito)

População em 2000 (IBGE): 190.657 habitantes
População estimada em 2007 (SEADE): 257.029 habitantes
Área: 15 km²
Densidade Demográfica estimada em 2007: 17.135 hab./km²



Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPLA), 2007. Elaboração: SILVA, M. R., São Paulo, 2008.

Mapa 1: Localização do distrito no município de São Paulo.

A imposição dessa vida e desse quotidiano, que se apresentou e ainda se apresenta como a única alternativa pela sobrevivência, está implicada nas inúmeras formas de lutas quotidianas no e pelo espaço. Portanto, essas lutas compõem a forma de apropriação destes moradores em relação ao lugar. Sua relação com o lugar **são as lutas**, que vão muito além dos momentos de reivindicação propriamente dita, frutos de grandes mobilizações coletivas em torno de grandes questões que atingem a todos. As lutas, no plano do quotidiano, se compõem pelo crítico que é esse quotidiano, pela presença-ausência do Estado, expressa em todas as abundâncias e carências existentes no distrito.[81]

Em suas origens locais, ocorre uma grande variedade e quantidade de formas de luta implicada ao quotidiano de Cidade Tiradentes. De acordo com alguns depoimentos, o distrito conta com cerca de 200 associações de moradores, ONG's das mais diversas orientações ideológicas, propósitos e interesses, alguns grupos de jovens que se reúnem, numa certa freqüência, para estudarem e discutirem idéias e teorias em conjunto... todos fazem parte do grande mosaico de lutas e formas de participação política possíveis em Cidade Tiradentes. Entretanto, essas lutas, tal como todas as demais práticas espaciais dos moradores do distrito foram – e são, agora mais do que nunca, em tempos de flexibilização produtiva e liberalismo econômico, que exclui mais ainda muita gente de qualquer possibilidade de acesso ao urbano – invadidos por

---

[81] "O distrito de Cidade Tiradentes abriga o maior complexo de conjuntos habitacionais da América Latina [...]. Um complexo produzido por uma visão de ação pública que compreende o urbano de forma instrumental e produtivista. [...] Cidade Tiradentes concentra mais de 40 mil unidades habitacionais. Elas foram produzidas quase integralmente na década de 1980 pela COHAB [...] e por grandes empreiteiras, aproveitando-se do último financiamento importante do BNH [...] antes de seu fechamento. Cidade Tiradentes foi planejada como um grande conjunto periférico e monofuncional, do tipo 'bairro-dormitório', para deslocamento de populações atingidas por obras públicas, tal como ocorreu com a Cidade de Deus, no Rio de Janeiro. O Estado foi ali o grande protagonista da produção do espaço, ao contrário da grande maioria dos distritos periféricos de São Paulo. Apesar de ser 'cidade formal', Cidade Tiradentes é também 'cidade oculta' e vive uma ausência do poder público semelhante aos demais distritos da periferia." PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Cidade Tiradentes: plano de ação habitacional...**, pp. 9 e 10.

toda a miríade de tempos e espaços oriundos dos movimentos da economia brasileira e mundial, os tempos da metrópole, além de estarem completamente atravessados pelos mais variados processos de constituição do local; e tudo isso se encontra vinculado a uma imensa trama de interesses políticos e econômicos de certos grupos específicos. A luta, tal como se coloca em Cidade Tiradentes, é uma luta do quotidiano, a luta pela sobrevivência dentro dos territórios da exclusão e do confinamento em um lugar onde as históricas dificuldades de deslocamento são sobejamente conhecidas.

Para tanto, buscamos compreender, no ínterim da luta, o sentimento em relação ao local, como se realiza a relação que os moradores dos complexos habitacionais mantêm com o lugar. E é essa relação que seus moradores constroem frente a seu local de moradia que é transposto, neste trabalho, de forma a demonstrar de que maneira seus moradores vivem o crítico. Trata-se de um crítico que não vem do atual, mas de longe, e que das mais variadas formas se estabeleceu nos arredores de Santa Etelvina e, mais tarde, em Cidade Tiradentes.

Tal como veremos a seguir, há um movimento imerso em todo o corpo de nosso trabalho, que coloca o plano da luta desconhecendo o plano do tecnocrata, do urbanista; este movimento está incluído noutro possível: **a reivindicação pela possibilidade do humano enquanto uma concretude**. Muito mais do que um jogo de ação-reação, onde os atores sociais vão se compondo no seu quotidiano de forma a reagir e a resistir a todas as determinações que o próprio quotidiano coloca, ele compõe o outro, o possível; em contraposição ao concebido surge o vivido. É o vivido que ressignifica, e está implicado, na prática social do quotidiano. É o plano do quotidiano que põe termo às necessidades, os termos do vivido.

2.2. Um recuo histórico: a Greve de 1917 e formas de luta em São Paulo

Como forma de preparar o cenário para compreendermos o espaço no qual se coloca as lutas no meio urbano, colocamos algumas formas anteriores de

luta presentes no espaço urbano paulistano. Situações de tempos e espaços diferentes, entretanto com o mesmo conteúdo, vêm nos auxiliar na preparação desse cenário. Trata-se de um momento peculiar, a década de 1910, na qual o movimento operário urbano nascia e explodia em diversas formas de negação da ordem estabelecida. Neste trabalho, não tencionamos um aprofundamento no estudo e desvendamento dos conteúdos dessas lutas urbanas na São Paulo do início do século XX, apenas colocamos que em certos momentos o crítico, enquanto real concreto, coloca o seu outro, a sua supressão. Destacamos, neste primeiro momento, o chamado "movimento contra a carestia", em 1913.

A carestia, neste momento, é entendida enquanto uma privação, em todos os sentidos, para a grande classe trabalhadora. A privação de uma moradia, de transporte, de renda, do urbano enfim. O urbano é reivindicado enquanto um imperativo, não como um mero discurso. Neste momento, percebemos que a ordem e a desordem aparecem postas em um movimento dialético, lado a lado, ao passo em que uma vai de encontro à supressão da outra.[82]

Este é, nada mais nada menos, o movimento que irrompeu com a grande greve operária de 1917. Essa greve, de caráter selvagem, tem muito a nos mostrar em relação aos conteúdos do urbano no contexto do início do século XXI, nosso tempo atual. Habitações precárias e demais precariedades impostas pelo quotidiano à classe trabalhadora parecem ser um estopim, além de serem uma contraposição à ordem estabelecida pelas classes dominantes. Essas classes últimas colocam a habitação precária como a única possível à classe trabalhadora, escrava também do aluguel nos tempos de uma São Paulo que ainda não havia "escolhido" as periferias distantes como única possibilidade

---

[82] "Inquilinos todos de micro-espaços grudadinhos, a comunicação entre as classes populares era prática inscrita no próprio quotidiano da habitação: nos cortiços qualquer notícia corria solta e rápida, contaminando as vizinhanças. A partir daí é possível se falar em regiões sublevadas da cidade: os movimentos urbanos têm como base os territórios populares, onde as fábricas e habitações populares se concentram. Estas regiões, agitadas, explodiram sem parar até 1920". ROLNIK. Op. cit., p. 163.

para os trabalhadores. De repente, em um dado momento – um ponto no espaço e no tempo – algo de novo começa a acontecer.

A cidade como um campo de batalha, uma batalha contra a negação do espaço do corpo, contra a negação do urbano para todos, coloca um limite. Sua conseqüência, brevemente posta em prática pelas classes dirigentes, vai no sentido de aniquilar qualquer possibilidade presente e futura de insurgência. Trata-se de impor, de uma forma muito eficiente, a segregação urbana, a consolidação do modelo centro-periferia como molde para o crescimento futuro de São Paulo. Após 1917, por exemplo, recrudesce a xenofobia, o que vai resultar em inúmeras deportações dos "indesejáveis" anarquistas europeus e numa outra face do crescimento urbano: o modelo do crescimento periférico, juntamente com a emergência do **ônibus** enquanto modo de transporte coletivo dessa massa que vai, cada vez mais, em direção a essas periferias. Além disso, o Estado brasileiro inicia um processo de revalorização da mão-de-obra nacional e o eixo das migrações internas é estabelecido e consolidado pelas oito décadas seguintes.[83] A situação se transforma, por conta de uma situação muito séria de enfrentamento; nestes termos, esse é um movimento que reorientou o propósito da urbanização e da constituição da cidade de São Paulo.

Para a consolidação desse projeto das classes dominantes em São Paulo, era preciso haver suas "pontas de lança", e elas já existiam, de forma muito dispersa, mas suficientemente prontas para receber esse crescimento urbano que, a partir desse instante, começa a se tornar explosivo nos termos quantitativos. As periferias paulistanas da década de 1920 se constituíam, portanto, enquanto "frentes avançadas" de urbanização.

Eis um caso muito peculiar de uma dessas "frentes": **a região leste da cidade.** Esta também, enquanto uma área semi-rural, também tinha todos os atributos possíveis de se realizar no plano do desenvolvimento da metrópole ainda incipiente. Porém, tal como incipiente, se colocava a possibilidade de se

---

[83] Ibid., p. 185.

tornar uma grande região urbanizada. Mas, a passagem do rural para o urbano, na região leste de São Paulo se deu aos poucos, tal como um processo inconsciente de reprodução do urbano nos termos da reprodução da vida social. E os termos do econômico, evidentemente intrínsecos a todo este processo, vão definindo e redefinindo centralidades e periferias, num jogo em que as lutas e as territorialidades vão se consolidando e qualificando a nascente metrópole.

2.3. A Zona Leste: um histórico de ocupação e lutas.

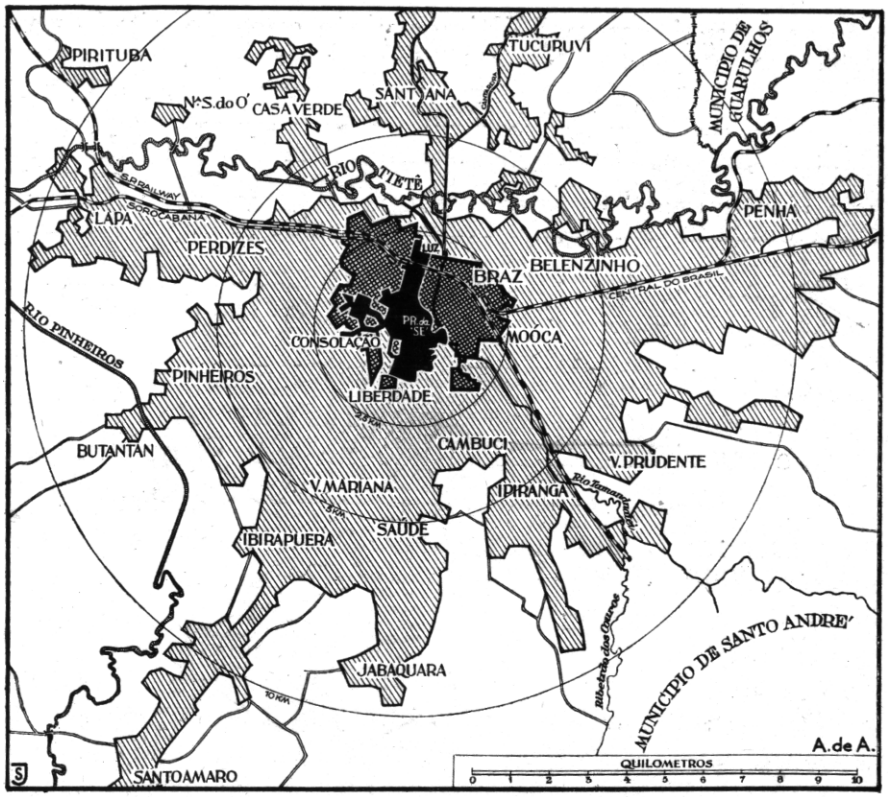
A partir deste momento, destacamos um importante estudo da região leste, no momento em que esta região começa a conhecer seus primeiros atributos de uma urbanidade invadida pela consolidação de São Paulo enquanto metrópole. Trata-se do trabalho do geógrafo Aroldo de Azevedo (1945), onde os chamados "subúrbios orientais" de São Paulo ainda contêm traços de uma "paisagem pouco alterada pela ação humana". Nestes termos, a forma e o processo urbano caminham juntamente com as estruturas presentes. Segundo o próprio autor, o contexto de sua obra está encaixado numa Geografia Regional, embora, "[...] em última análise, possa ser classificado como de geografia urbana, desde que, em todo êle, palpita a cidade em torno da qual aquêles subúrbios gravitam"[84].

A cidade, já como uma possibilidade de estudo dentro de um ramo específico da geografia, é evocada como um objeto de análise, em si. Dentro de um contexto que coloca a geografia regional ao lado da urbana, no interior da área municipal paulistana, percebe-se o quanto se colocava o limite epistemológico no tratamento de uma área semi-urbanizada. Este desafio epistemológico não se põe aleatoriamente, mas num contexto em que a cidade de São Paulo abandonava, aos poucos, sua condição de cidade com uma grande hinterlândia a ocupar: sua ocupação, enquanto possibilidade concreta por conta das condições gerais estabelecidas por intermédio do incremento da produção

---

[84] AZEVEDO, Aroldo de. **Subúrbios orientais de São Paulo.,** p. 3.

industrial que atraía às pencas uma mão-de-obra possível para abastecer essa indústria, já se encontrava em ato, e já se punham como uma ponta de lança de futuros processos de urbanização.



Mapa 2: A mancha urbana de São Paulo em 1874 (em negro), 1890 (quadriculado) e 1945 (listrado), segundo Aroldo de Azevedo. (AZEVEDO, 1945, p. 27)

Entre 1870 e 1945 já havia um significativo crescimento horizontal na nascente metrópole, conforme podemos observar no mapa acima, decorrente de seu grande incremento populacional. Esse fato, que instigou o pensamento do autor, está colocado na relação que é estabelecida entre crescimento urbano, poder regional e possibilidade de fluxos de deslocamento. Entrava em cena a questão estratégica espacial.

> "Nada impede, porém, que destaquemos uma razão de ordem puramente fisiográfica, que consideramos de maior monta: a posição geográfica da capital paulista, colocada no planalto brasileiro, em contacto difícil mas não impossível com o litoral, sem nenhuma grande

> barreira a isolá-la do interior, em relação ao qual, ao contrário, dispõe de vias naturais, utilizadas tanto outrora quanto hoje"[85].

Uma consideração merece destaque no tocante à passagem acima. O autor coloca o sítio geográfico como importante no desvendamento da importância de São Paulo para o restante do território paulista: a ausência de barreiras naturais em relação ao interior coloca possibilidades de expansão da área de influência da cidade. Além disso, os mais variados fluxos marcam a constituição da metrópole paulistana desde seus primórdios. Em relação à região leste de sua hinterlândia, as localidades apontadas abaixo se apresentam como pontos semi-urbanizados em meio a uma área de potencial expansão da mancha urbana.

> "Realmente, há localidades que se colocam entre as mais antigas de nosso Estado: é o caso, por exemplo, de **São Miguel** e de **Itaquaquecetuba**, antigos aldeamentos de índios, que datam do seiscentismo. A **Penha**, com a fama de seus milagres, também é do seiscentismo. Do século XVIII, são dois núcleos de certo destaque: **Itaquera**, antiga fazenda dos padres Carmelitas, e **Lajeado**. Do século passado [XIX], datam **Poá** e **Guaiaúna**. Mas foi nos últimos 25 anos [após 1920] que se deu a multiplicação das 'vilas', intensificada em virtude do partilhamento de grandes propriedades e da criação de subúrbios residenciais"[86].

Como podemos observar, desde muito cedo a região leste vem se consolidando como rota de passagem de tropas de muares e outros agentes que condicionam tais fluxos pela região. Trata-se de uma conexão inevitável entre São Paulo e o Vale do Paraíba.

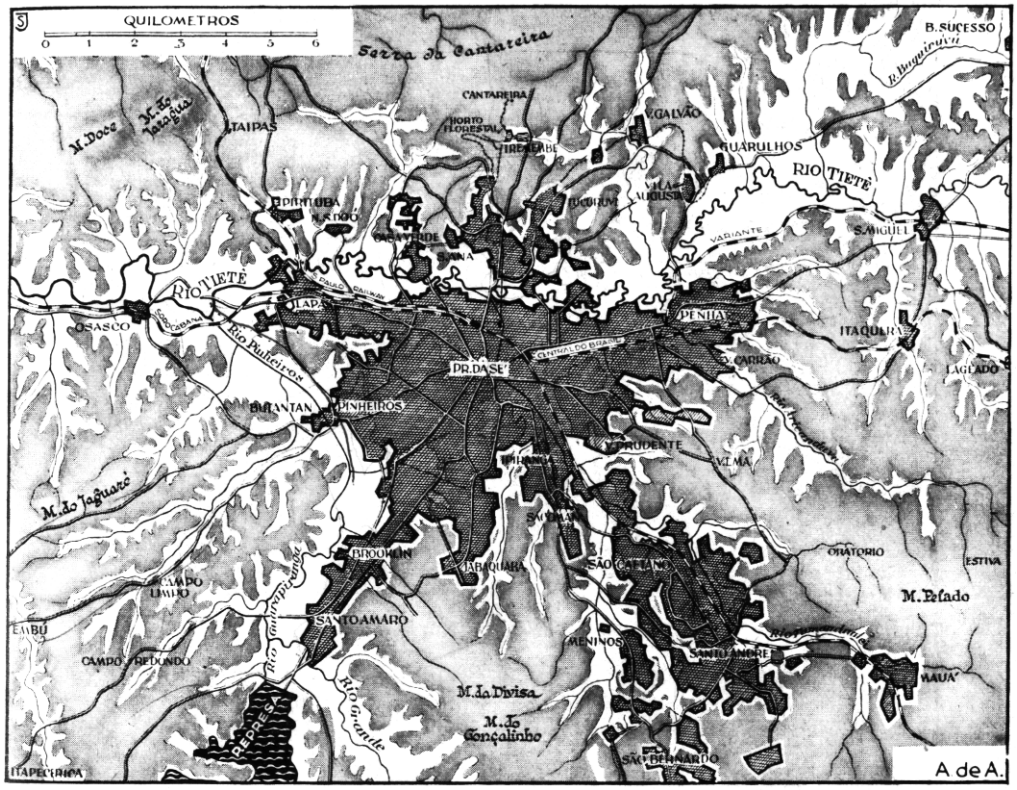
> "Há mais de 250 anos é a região oriental dos subúrbios paulistanos uma via de passagem obrigatória e indispensável. E êste papel se completa por uma série de **estradas** e **caminhos**, de grande importância local, todos êles guardando o mesmo sentido O-E [...] e pela própria via

---

[85] Ibid., p. 29.

[86] Ibid., p. 55.

líqüida, constituída pelo **rio Tietê**, um largo trecho aproveitado pelo homem para transporte de tijolos, areias e pedregulhos"[87].



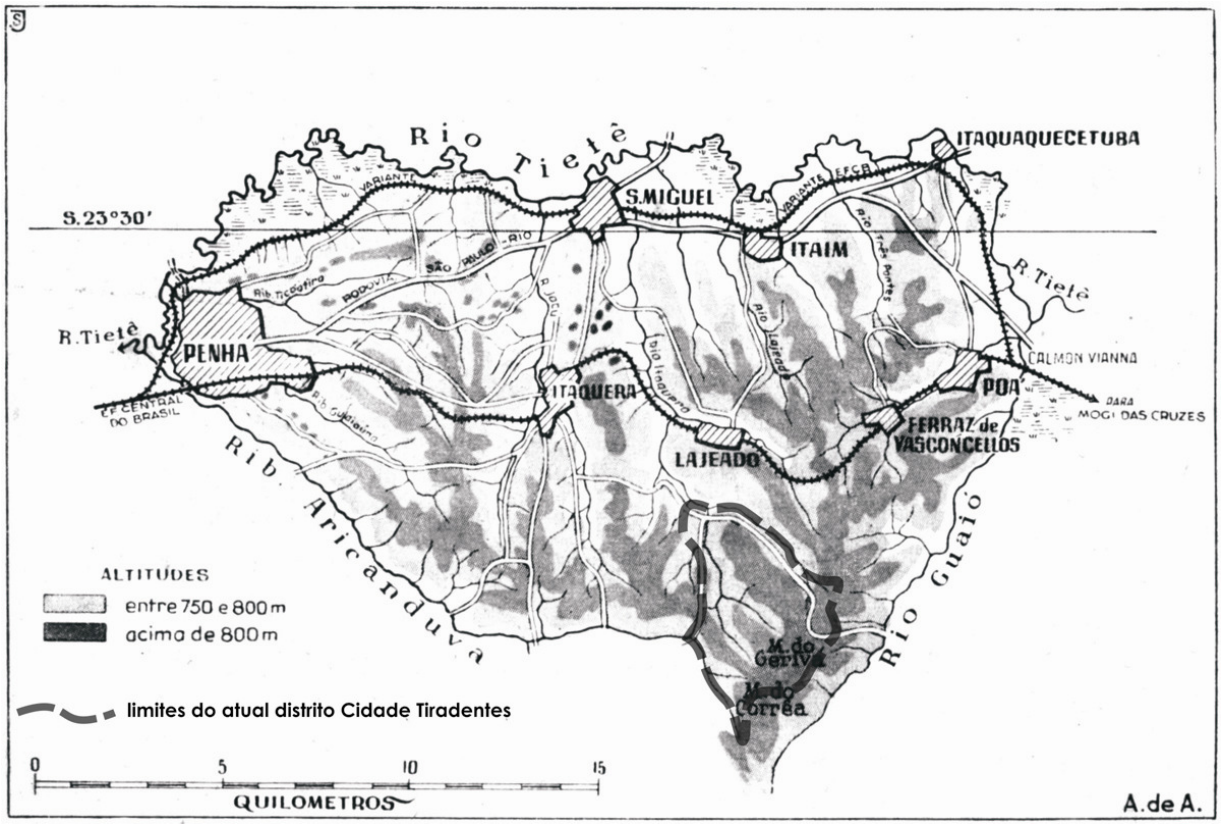
Mapa 3: Os subúrbios de São Paulo, apontados por Azevedo,. (AZEVEDO, 1945, p. 31).

O mapa acima mostra um destaque à importância das vias fluviais (destaque aos vales do Tietê, Pinheiros e Tamanduateí) e terrestres (as ferrovias e estradas de rodagem) como vias de comunicação e expansão horizontal da cidade, sobretudo no vale do Rio Tietê, no sentido oeste-leste. Aqui percebemos a maciça presença das estradas e caminhos precedentes, assim como a sua importância e função nesses subúrbios orientais em São Paulo: a cidade que cresce precisa da construção civil para manter seu crescimento, e as matérias-primas necessárias para tal já são muito requisitadas por essas paragens. A própria constituição fisiográfica da região, área de grandes várzeas composta por depósitos de sedimentos fluviais conferem a possibilidade de extração de

[87] Ibid., p. 58.

materiais possíveis para a construção civil, tal como argila, areia e silte. Entram em cena as **olarias**, cuja presença marca de forma indelével as paisagens e as práticas sócio-espaciais na região oriental de São Paulo do início da década de 1940.[88]

Este é um processo de grande importância, principalmente quando localizamos a década de 1940 dentro do contexto da execução das obras previstas no Plano de Avenidas do Prestes Maia e a valorização dos terrenos juntamente com a verticalização nos espaços centrais em São Paulo, conforme vimos no capítulo 1 deste trabalho.



Mapa 4: Os subúrbios orientais de São Paulo, conforme delimitação de Aroldo de Azevedo, pelos rios Tietê, Aricanduva e Guaió. As áreas listradas são os locais urbanizados em 1945. Adaptado de AZEVEDO, 1945, p. 40.

---

[88] "[Toda a produção das olarias] se destina ao consumo da metrópole bandeirante, cuja febre de construções continua, apesar dos problemas criados pela [Segunda Guerra Mundial]. Esta em nada afetou as atividades das olarias da Penha; ao contrário, não há mãos a medir para atender as necessidades do consumo." Ibid., p. 83.

Pelo mapa acima, podemos observar a presença de várzeas de grandes rios na região leste de São Paulo, inclusive próximos à área onde futuramente seriam implantados os conjuntos habitacionais que formariam a Cidade Tiradentes, que está localizada numa área que divide as microbacias do Aricanduva e Guaió[89]. Na porção leste da cidade ocorrem várias olarias, que abastecem a necessidade implicada no crescimento e realização da cidade como metrópole, dentro de um processo de trabalho semi-artesanal, e de um contexto familiar de organização empresarial[90]. Em relação a este contexto de produção, outra presença se coloca: a propriedade da terra e dos meios de produção. Torna-se uma característica do processo da produção nas olarias e também nos imensos bancos sedimentares de areia e silte das várzeas dos grandes rios da porção oriental paulistana a impossibilidade da terra para os trabalhadores o que constitui uma relação de trabalho que, embora de caráter artesanal, contém todos os ingredientes da produção estritamente capitalista no meio rural periurbano.

Em outro momento da obra de Azevedo, encontramos uma possível gênese de Guaianases e seu entorno. A mudança de nomenclaturas e a presença de outros nomes implicam uma mudança em relação ao espaço vivido e percebido, invadido pelo concebido.

> "Uns poucos km além de Itaquera, outro aglomerado se destaca, alojado no vale do Itaquera-Mirim. É **Guaianazes**, segundo a nomenclatura oficial, introduzida a partir do ano corrente [1945], é **Carvalho Araújo** para os que trabalham na Central do Brasil; é simplesmente **Lajeado** para os que nêle vivem. O primitivo núcleo surgiu a uns 2 km para NE, no vale do Ribeirão Lajeado, como simples pouso de viajantes, provavelmente no século XVIII. Mas a estrada de ferro, preferindo o vale

---

[89] Os rios Aricanduva e Guaió nascem numa área que, atualmente, é reivindicada como Área de Proteção Ambiental. Trata-se da Mata das Sete Cruzes que, conforme está sinalizado no capítulo 3 deste trabalho, é um dos poucos remanescentes de Mata Atlântica na Zona Leste de São Paulo e tal mata se encontra ameaçada pela ocupação urbana. As questões sócio-ambientais decorrentes dessa luta estão colocadas no fim deste trabalho.

[90] Sobre a organização do trabalho nas olarias e seu quotidiano, ver depoimento de Glória logo a seguir, no item 2.4.1.

> do Itaquera-Mirim, decidiu o seu destino: hoje, além do cemitério, lá não existem mais do que umas seis casas. Chama-se Lajeado Velho e ainda guarda, como relíquia de outros tempos, a capela de Santa Quitéria [...]"[91].

Este concebido se põe no momento em que existe uma certa mudança em curso. Áreas urbanizáveis enquanto potência marcam uma grande mudança no que diz respeito a posteriores processos de ressignificação dos conteúdos e práticas espaciais. A linha de trem coloca uma nova centralidade, que fora desviada de outra mais antiga, e coloca outras centralidades como possíveis: Guaianases, o nascente bairro suburbano, vai ramificando sua influência rumo às direções norte – onde havia outra centralidade, Lajeado ou Lajeado Velho, que se realizou enquanto centralidade até a construção da linha de trem da Central do Brasil – e à direção sul, onde está localizada a região da **Passagem Funda** e da **Fazenda Santa Etelvina**.

> "No extremo sul, em zona bastante acidentada, aparece a **Fazenda Santa Etelvina**, com grandes culturas de milho. [...] No campo da indústria extrativa vegetal, devemos registrar a extração da lenha e a produção de carvão vegetal, na zona ao sul de Lajeado (Passagem Funda, Santa Etelvina). Por meio de carroças e de carros de bois, o produto é conduzido até as vizinhanças da estação de Carvalho Araújo, de onde segue para a Capital"[92].

A Cidade Tiradentes é um fragmento que se formou, enquanto um sedimento, sobre o espaço ocupado e concebido, predominantemente, pela "Fazenda Santa Etelvina" e parte da região conhecida como "Passagem Funda". Esta região era povoada de muitas chácaras de fim-de-semana e veraneio das classes médias paulistanas e algumas outras pequenas fazendas, e mantinha uma vida rural em profunda conformidade com a vida urbana de uma metrópole que estava próxima, tão próxima a ponto de praticamente arrasar com toda a história e as práticas sócio-espaciais então existentes. Esta "terra

---

[91] Ibid., pp. 107 e 108.

[92] Ibid., pp. 115 e 121.

arrasada" veio significada por uma passagem do rural para o urbano, marcada por toda uma miríade de terras abandonadas, chácaras e sítios invadidos por outras famílias que, em consonância com o Estado – no momento da implantação dos primeiros conjuntos habitacionais – trouxeram o urbano, para esta região, na qualidade de periferia distante: sem as infra-estruturas mais básicas de transporte, saneamento básico, saúde, educação, equipamentos de lazer etc. Isto sem contar com todas as histórias, muito conflituosas desde os primórdios da região leste paulistana, da posse e propriedade da terra, as querelas jurídicas, as grilagens e parcelamentos do solo, os desmandos das administrações públicas etc., que datam de muito antes da COHAB sequer existir enquanto companhia. **Foi uma passagem para o urbano que excluiu o urbano como possibilidade.** E desta história que estamos tratando muito pouco restou. Mas nem tudo ficou no esquecimento, felizmente.[93]

O trabalho de Aroldo de Azevedo é muito importante para ilustrar todo o contexto desse rural que estava ainda começando a se realizar como urbanidade. E, a partir deste momento, propomos associar este testemunho acadêmico desse espaço-tempo (subúrbios orientais de São Paulo, década de 1940) aos depoimentos que apresentaremos a seguir. Trata-se de depoimentos de antigos moradores da atual Cidade Tiradentes que, tal como testemunhos de todo o processo de transformação da Santa Etelvina e suas chácaras adjacentes em Conjunto Habitacional Santa Etelvina I, II, III, Conjunto Barro Branco, Conjunto Castro Alves etc., colocam suas histórias e experiências de vida como faces de todo um processo de destruição de um modo de vida como conseqüência necessária para a realização da economia urbana, nos moldes

---

[93] "Na região onde é hoje a Cidade Tiradentes ficava a Fazenda Santa Etelvina. Com a chegada dos imigrantes italianos, a partir de 1876, e a inauguração da Estrada de Ferro Norte, o vizinho Lajeado começou a prosperar. Lá as pessoas tinham sítios de plantação, criavam gado e também exploravam olarias e um pequeno comércio. Essas foram por muito tempo as principais atividades do lugar. **Em 1908 uma linha particular da estrada de ferro passou a ligar o Lajeado a Santa Etelvina e funcionou até 1937.** Por ali, corriam vagões de carga que transportavam tijolos, pedras, lenha e produtos agrícolas, e também um bondinho de passageiros que levava pessoas de um lugar para o outro." [grifo nosso] SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Cidade Tiradentes**, p. 2. Os depoimentos constantes logo a seguir contêm a presença dessa estrada de ferro, quando o que havia era apenas as marcas deixadas pelos antigos trilhos.

capitalistas. Os conflitos, que já se colocavam na Santa Etelvina de forma profunda no quotidiano rural desses moradores, agora se colocam no contexto do crítico da urbanização imiscuída ao modo de produção capitalista. Diferentes faces de uma mesma moeda, o rural e o urbano de Santa Etelvina/Cidade Tiradentes marcam de forma profunda a vida de quem viveu quotidianamente todo este gigantesco processo. Entra em ato, portanto, as lutas pelo lugar como uma necessidade de sobrevivência em meio a tudo isso.

2.4. Santa Etelvina e seu quotidiano pela voz de quatro antigas moradoras

A composição destes depoimentos se dará de forma individual, como histórias individuais que compõem o movimento do coletivo. Em certos momentos, haverá um cruzamento entre dois depoimentos, de forma que um ajuda a elucidar o outro. Este é um exercício de composição de diálogos, não necessariamente feito de forma direta, dentre as entrevistadas.

Trata-se de mulheres que viveram toda a transformação de Santa Etelvina e seus arredores na imensa Cidade Tiradentes. Não há, necessariamente, um aprofundamento a respeito de todos os pormenores levantados nestes depoimentos, tal como a questão das disputas jurídicas e estratégias políticas envolvidas no processo de aquisição das terras do local pela COHAB, pois este é um objetivo que transcende os limites deste trabalho. Porém, evidentemente, surgem necessidades e indicações de pesquisas futuras, o que poderá envolver a elaboração de outros trabalhos.

No geral, como está claramente demonstrado no teor dos depoimentos, essas mulheres foram percebendo a transformação, que, ao mesmo tempo em que a realidade aparecia como uma estagnação do tempo histórico, o processo imprimia profundas mudanças, aos poucos, no quotidiano de cada um dos moradores da região de Santa Etelvina. Em outras palavras, não parecia que estava mudando, mas **tudo** estava mudando. São transformações do quotidiano que marcam a mudança nas temporalidades, atravessada pela espacialização da

metrópole, enquanto qualidade, em direção à Santa Etelvina. Era, enfim, o urbano chegando, com todos os seus desdobramentos possíveis....

2.4.1. Glória: a vida quotidiana de Santa Etelvina

Glória é moradora da região desde o início da década de 1950, aproximadamente. Atualmente, sua casa está localizada na Estrada do Iguatemi, em frente ao grande supermercado na entrada principal de Cidade Tiradentes. Assim, ela começa sua história de vida, imbricada nas tramas sociais e espaciais do seu local de moradia e de vida.

> "[...] o meu sogro comprou em 1950, a Fazenda Santa Etelvina vendia só lotes acima de 5.000 metros. Então, o meu sogro comprou junto com um tal de Valentim. Eles compraram junto, depois que terminaram de pagar, dividiram e deu a escritura pra cada um. Ele tem a escritura definitiva lá. Nós somos um dos raros herdeiros, porque todos foram embora. A gente que ficamos aqui."

Neste momento, entra em cena uma questão: todos foram embora, sobraram apenas alguns "raros herdeiros". Logo a seguir, Glória nos conta sobre as origens geográficas de seus pais, juntamente com processos de cercamento de terras e seu partilhamento para construção de chácaras e bairros semi-urbanizados, já na década de 1950.

> "[Viemos de Mogi das Cruzes], porque em Mogi [meu pai] também trabalhava na olaria. [...] Nós era [...] igual a andarilho. [...] Porque naquela época era fácil da gente mudar, arrumar a casa, qualquer um arrumava casa pra gente. E ele era da Igreja, então ia na Igreja, 'o irmão está assim, assim, ah vai lá na casa de tal fulano'. [...] Congregação [Cristã do Brasil]. E aí os irmãos sempre arrumavam casa pro meu pai. [...] Meu pai comprou lá em Guaianases, na caixa d'água, um terreno, um lote. [...] Um lote que na época os vereadores, **na época, os vereadores cercavam também as terras.** Porque os vereadores comandavam e continuam comandando tudo, né. Eles que fazem as leis, né? [...] Lá, em Guaianases, eles tinham uma turma de advogados e de vereadores. Também, diziam que eram dono de terra, né, como muita gente é dona aqui, então as pessoas respeitavam, né. Na época poderia chegar e cercar, as pessoas

> diziam 'cerca o lote aí!' Entendeu, igual esses sem-teto aí, fazem, eles não invadem fazenda? [...] Aí, eles picavam em lote e vendiam." [grifo nosso]

Os arruamentos que aparecem no mapa dos arredores de Itaquera, mostrado no mapa anterior, são devidos, em grande parte, a essa prática descrita por Glória. Os cercamentos (leia-se grilagem de terras) eram prática comum, segundo o depoimento, de pessoas ligadas ao Estado e ao poder Judiciário da época. Esta é uma amostra dos termos da ponta de lança do processo de urbanização da região leste de São Paulo, marcada por inúmeras formas em conflito com a lei, praticadas sobretudo pelas classes dominantes. Além disso, há que se observar os percursos feitos pela família de Glória, que, tal como "andarilhos", foram concebendo suas territorialidades, no seio da luta quotidiana por um lugar para ficar e reproduzir sua família. Observamos também a ligação do pai de Glória com a igreja (uma importante territorialidade) e as olarias da região, conforme fora tratado antes. A seguir, o depoimento de Glória nos remete à concepção de antigas paisagens, com todo o teor romântico de uma infância perdida no desenrolar da história urbana paulistana.

> "Ali [onde está localizado, atualmente, o Terminal Cidade Tiradentes] era uma chácara. Nós íamos buscar pêra ali naquela chácara. [...] em cada lado tinha um pé de pêra. De manhã, amanhecia forrado de pêra. Uma delícia a pêra que tinha ali. [...] Tinha um ribeirão. O ribeirão passava e nós morávamos mais pra baixo, e passava peixe com a peneira. Tinha muitos camarões, [...] e aquele lambari, aquele peixinho vermelho. E tinha a 'Chácara das Três Meninas', tinha os marrecos, vinham no ribeirão... Era tudo limpinho, você enxergava as pedras lá. Minha mãe lavava roupa [...]. E a gente pegava o peixe lá. [...] Os marrecos botavam ovos e a gente via os ovos lá no fundo do ribeirão. Mas a minha mãe não me deixava pegar não. 'Você não vai pegar não, não é nosso!' Vinha da chácara ali, vinha pelo ribeirão. Os marrecos vinham nadando, e eles botavam os ovos e caíam lá, perto de casa... A gente via e tinha vontade de pegar. A gente vivia uma vida muito assim, né, da roça, meu pai trabalhava numa olaria, minha mãe plantava, era uma vida assim muito, sei lá. Mas até que a gente vivia feliz, viu? [...] Tinha muito lima, pé de lima, que era fazenda, né, e muito pinhão! As pessoas vinham e pegavam

os sacos cheios de pinhão. Na época de pinhão, a gente comia pinhão e, nossa... assim, a gente só vivia comendo pinhão. [...] Nós não tínhamos nem carroça. Andava era a pé mesmo. As compras, onde é que a gente tinha que fazer, na Estação de Guaianases ou São Mateus." [Glória]

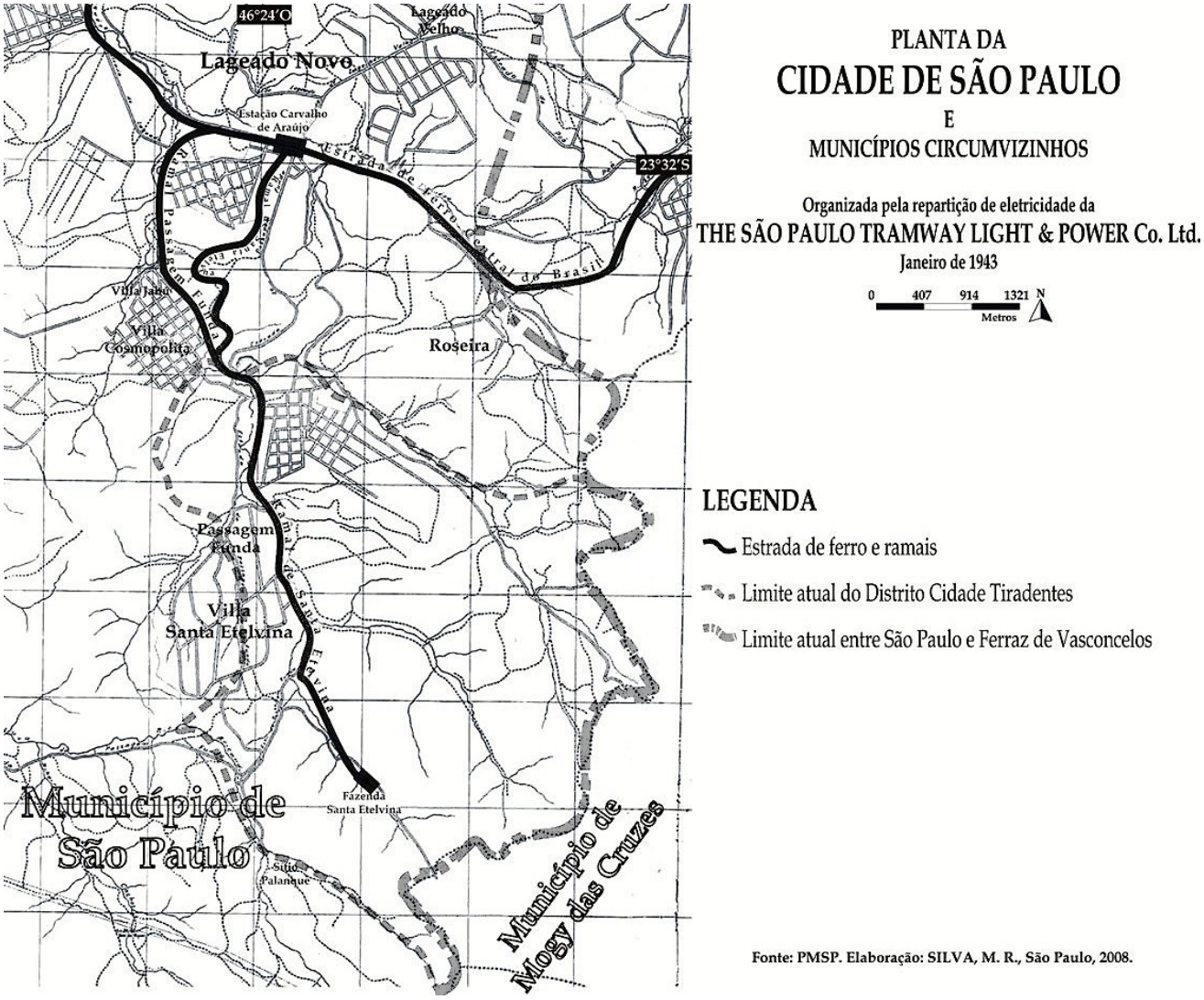
Foto 1: Guaianases e seus arredores, com seu aspecto linear decorrente da presença da Estrada de Ferro Central do Brasil. (AZEVEDO, 1945, p. 108).

Observamos que a memória guarda uma vida materialmente perdida no passado, mas que se recupera no momento da lembrança, que nos transporta ao tempo de infância de Glória. Os marrecos, as pêras que forravam o chão da chácara, a necessidade de andar quilômetros para fazer compras em outras localidades (as centralidades de Guaianases e São Mateus), a ética dessa vida rural que não permite "pegar o que não é nosso", toda a simplicidade de uma vida que, segundo Glória, era feliz. Essa "felicidade", um momento da nostalgia de Glória, se mistura aos risos que se formavam no momento do depoimento, que perfazem uma dor, num instante em que se tem a certeza de que as coisas nunca mais foram como eram antes. A propriedade da terra, toda a sua potência, consta como um momento nebuloso na memória de Glória. Afinal, quem era o dono da Fazenda Santa Etelvina?

> "Eu me lembro, era Fazenda Santa Etelvina ainda e esse **Pedro Conceição** tomava conta. [...] Eu sei que eu conhecia como Santa Etelvina e o Sr. Pedro tomava conta. O Pedro Conceição sabia quem era dono mas eu não me interessei em saber... [...] Isso são histórias que o meu marido contava. [...] Depois vendeu pro estado, que eu não sei quem foi uns donos, esse dono que tinha na Fazenda Santa Etelvina chegou a aposentar as pessoas que trabalhavam na fazenda. Então, ele tem um nome, só que eu não estou lembrada." [grifo nosso]

A memória, que não relaciona o vivido à propriedade privada da terra, não resgata o nome do proprietário das terras de Santa Etelvina como uma necessidade. Entretanto, o vivido se relaciona fortemente ao mundo do trabalho, que aparece na memória como o que se produzia, afinal, na dita fazenda. Assim, podemos estabelecer uma estreita relação entre a fazenda e as olarias da região. Esta é uma forte presença do urbano, já que a produção de tijolos e a extração de pedregulhos das pedreiras locais eram diretamente encaminhadas à construção das casas da região.

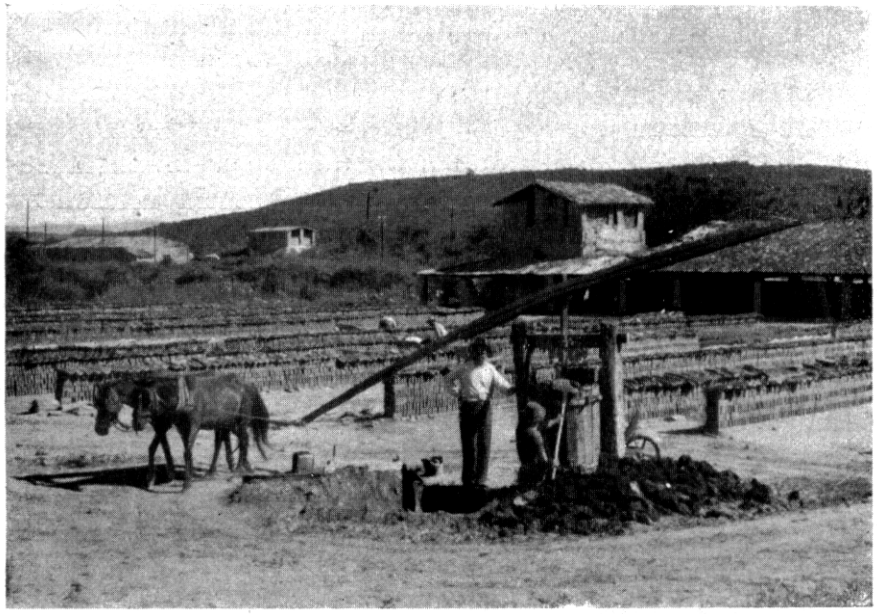
> "Na época, que eu me lembro, eles vendiam lenhas na olaria. [...] olaria já é dos anos 50. [...] **Nos anos 30 tinha bonde aqui**. O bondinho fazia ponto aqui na fazenda e na rua do correio, lá em Guaianases. O ano passado morreu uma senhora que andava nesse bondinho. [...] Levava passageiro. Bondinho igual aquele bondinho lá, [...] da João Mendes, que tinha... Era tipo um daquele lá, porque eu vi uma foto. [...] O trilho tinha também o trem que levava carvão, parece. [...] Porque quando nós mudamos pra cá, ainda tinha o trilho, ali na Passagem Funda. A gente atravessava ali. A pedreira aproveitou os trilhos que vinham, pra pegar pedra."



Mapa 5: A região de Lageado Novo (atual Guaianases) e da Fazenda Santa Etelvina, nesta representação da "Planta da Cidade de São Paulo", de 1943. A linha de bonde é apresentada neste mapa como "Ramal de Santa Etelvina", tendo em seu ponto final a fazenda com o mesmo nome. Observar mais uma vez os arruamentos já presentes, tal como a "Vila Cosmopolita" e "Vila Jahú".

Em relação às olarias, ficamos com um belo depoimento de Glória a despeito de seu processo de trabalho. Percebe-se que essa produção, além de colocar a família inteira no processo produtivo na fábrica, implicava em uma violência muito grande, o que compunha o quotidiano de quem produzia os tijolos num ritmo necessário ao crescimento da cidade de São Paulo. O trabalho de Glória, desde os oito anos de idade, se mistura com a construção de toda a sua vida, e é atravessado pelos ritmos e temporalidades da região e da metrópole, ainda materialmente distante da Santa Etelvina.

"Conhecemos aqui, conheci meu marido ele tinha sete anos, na escola eu conheci ele. Eu morava na Passagem Funda e ele morava aqui mesmo. Eles iam, depois meu pai mudou pra cá, nós estávamos na Souza Ramos, ele vinha ali na olaria, olhava a olaria também, que batia o tijolo, precisava um casal pra trabalhar na olaria: um pra colocar barro na fôrma e outro pra tirar e pôr no chão. Formar aquelas fileiras assim. E eu era, a gente chamava lançar tijolo, né? A lançadeira era a mulher, e o batedor era o homem. [...] Homem também podia trabalhar, mas era mais pra mulher, que era um trabalho mais leve. O homem tinha que abaixar, a mulher na época não usava calça comprida, usava por baixo da saia, né. Muitas mulheres tinham vergonha de usar saia comprida ou calça, né, e aquele panão aqui em cima [da cabeça]. [...] É, e eles tinham pipa, eles traziam aquele monte de barro assim, né, aí o homem tinha que cortar, e bater na fôrma, na banca, tinha uma banca. Na banca ficava areia, pra gente arear a forma, né, senão pra não grudar o bairro na forma, pra poder tirar. Tinha a tabuleta, duas madeiras assim [uma paralela à outra, que segurava o tijolo]. Tanto é que eu demorei a aprender isso, que eu pegava e amassava o tijolo. A tabuleta embaixo e a outra em cima, eu pegava... [...] [Eu] amassava, tinha que pegar levinho. Depois, soltar assim. Nossa, foi uma dificuldade, eu chorava, meu pai batia em mim por causa disso! [...] Era [tijolo] grande! Era parece que nº 26, depois foi pra 24, foi pra... foi diminuindo o tijolo. [...] Eu comecei a trabalhar com oito anos de idade, que a minha mãe ficou esperando neném, e aí minha mãe não podia abaixar. Aí, eu ia pôr no chão, se chamava pôr no chão o tijolo. Pegava da banca e punha no chão com a tabuleta. Minha mãe tirava da fôrma e punha na tabuleta. E eu pegava da tabuleta e punha no chão. E eu fazia aquela lingüiçona, depois meu pai ia lá, pegava e botava no barro de novo (risos). Aquela encrenca atrasava tudo."



Fotos 2 e 3: As olarias da região de Lajeado e Itaquera. (AZEVEDO, 1945, p. 118).

A composição econômica da região se fazia com as olarias, as chácaras e a fazenda. E, dentre as fazendas que existiam na época, Glória destaca a Santa Etelvina como uma das que liderava a economia da região, sempre responsáveis pela extração de lenha para as então lucrativas olarias. Além disso, destaca a presença de animais silvestres, indicativo dos ritmos de uma "natureza" ainda não completamente transformada pelos ritmos da reprodução urbana.

> "O que liderava na época era a **Fazenda do Carmo** e a **Fazenda Santa Etelvina**. [...] Então, era duas fazendas que lideravam, faziam sempre a mesma coisa. [...] Era duas fazendas que produziam carvão. Depois, lenha pras olarias, né. [...] É, depois só ficou mato, que eu me lembro era só mato. Muito mato, um matagal danado. A onça que fugiu do, teve uma época que a onça fugiu do circo, e ela estava aqui nos Têxteis, a gente morava no Souza Ramos, e a gente escutava ela andar aqui nos Têxteis. Minha mãe chamava nós, 'olha a onça!' Mas nós não saíamos pra fora! [...] Ficou nos Têxteis, depois recapturaram. Mas jaguatirica tinha, aquela que é igual um gato."

A economia invade a vida quotidiana e alimenta histórias que ficam no imaginário coletivo. O quotidiano é atravessado por essas histórias, de fazendeiros que, antigamente, escondiam ouro e prata no meio da floresta, como forma de resguardar suas economias. Essas supostas reservas de ouro e prata atraíam muitas pessoas para aquelas paragens.

> "Os fazendeiros, [...] eles tinham moeda de ouro e de prata, não é? Bem lá na antiguidade. Então, eles faziam os poços e enterravam as moedas, porque não tinha banco. E eles morreram, e disse que ficaram as moedas aqui, ali perto do morro, era a 'Fazenda Velha', que a gente chamava. 'Fazenda Velha', era ali que os fazendeiros enterravam as moedas. Eu ouvia as histórias, né, que aí as pessoas vinham com as pás, enxadas, as foices, pra tirar as moedas, que era ouro, né? As pessoas vinham lá da Passagem Funda, me lembro disso daí. Aí, quando chegava meia-noite, eles faziam voar pedra, pau, e eles vinham tudo, largavam tudo as ferramentas deles. Realmente tinha lá umas poças lá, quando a gente ia, a gente ia buscar lenha, a gente só tinha fogão de lenha. Não tinha gás, nem nada, aqui. Então, a gente ia buscar lenha lá e ouvia os troços cheio de mato, eu tinha medo de cair. A gente passava assim, pela beirinha assim."

Certas personalidades marcam a vida de Santa Etelvina e Guaianases das décadas de 1950 e 1960. Na região da Passagem Funda, primeira moradia de Glória na região, ocorre a presença de uma figura muito interessante, que muito tem a dizer a despeito das relações sociais vigentes na época. **Saturnino Pereira** é uma presença marcante na vida de Glória e de todos os moradores da região,

por conta do poder conferido à sua propriedade das terras da região. Esse poder se materializa nos momentos de conflito, quando este assume o papel de delegado, juiz etc., dentro de um contexto onde o urbano ainda não havia chegado com todas as suas regras e instituições.

> "Quando eu estava na escola, nos anos 50, era "Escola Mista da Passagem Funda", porque era menino e menina, né. Um barracão, então a gente fazia Escola Mista da Passagem Funda. Depois, o Saturnino [Pereira] doou pra prefeitura. Aí, já foi "Grupo Escolar da Passagem Funda". Agora é EMEF, antes era "Escola Municipal Saturnino Pereira", agora é EMEF. [...] Ah, na época ele era personalidade! Eu acho que não tinha mais do que o 4º ano primário, não tinha estudo. Ele tinha dinheiro e era esperto. [...] Mas ele chegou e já fez a fazenda, [...] e a população ali da Passagem Funda... [...] Ele entrava em tudo. Quando as mulheres brigavam nas olarias, era ele o delegado. Ele que falava se... a briga das mulheres na olaria era roubar galinha. Todo mundo tinha o seu galinheiro. Minha mãe na época também tinha. Era ele que falava, minha mãe, eu fui com a minha mãe várias vezes, porque a vizinha brigou. [...] Então, tinha vizinha, por exemplo, a casa das olarias assim, o terreno era tudo o mesmo. Tinha galinha no galinheiro da outra. Quando chegava assim a hora das galinhas se recolher, se ela gostava de lá, ela ia lá. Aí, deixava né, ela botar o ovo lá, e as mulheres pegavam, e a minha mãe brigou uma vez por causa disso. Porque a mulher começava a, a galinha chocou e a minha mãe começou a trazer galinha. Ela falou, 'não, essa galinha é minha, a senhora deixou aqui. Minha galinha faz tempo que está aqui, ela viu, sabia que não era dela'. E foi parar no Saturnino, 'vamos pro Saturnino!' (risos) E foi minha mãe lá, 'não, porque ela roubou', aí o Saturnino, eu me lembro direitinho que o Saturnino falou: 'Se o meu animal vai pra lá, e fica lá, ele não vai deixar de ser meu.' Aí, ele deu a causa pra minha mãe. Falou, 'não, a galinha é dela sim, ela vai pegar a galinha'. [...] Ele falava assim, 'vai pras suas casas, não briguem mais!'... [...] Ele andava nos cavalões, os cavalos dele eram bonitos. E a cela dele tudo brilhava, tudo prateada. Ele subia naquela celona e punha um chapeuzão. Ele era bem fazendeiro mesmo."

Quando o tempo vai passando, muita coisa vai se acabando, cedendo lugar a outros processos. Neste momento, a linearidade do depoimento recai no

instante em que Cidade Tiradentes começa a se concretizar, o que envolveu todo um longo percurso no tempo e no espaço. A transformação do local, ao que indica, não significou um drama a Glória, uma ruptura que a desestabilizasse. Era preciso continuar tocando a vida, se adaptar aos novos tempos, e aproveitar as oportunidades de trabalho oriundas da preparação do terreno para a construção de Cidade Tiradentes, no contexto das homéricas terraplanagens.

> "Eu sei que passava um monte de caminhão, de tratores, lá, pra fazer a terraplanagem, meu marido ajudou a fazer a terraplanagem, ele era caminhoneiro. [...] E principalmente ali do Etelvina, atrás da minha casa. Ele ficava lá no morro gritando, 'o almoço, ta pronto?' (risos) Aqui em cima, [Rua dos Têxteis], quase que ele tombou com o caminhão, porque era morro, ele vinha de ré, e punha a terra. E ele chegou bravo, porque quase que ele foi embora com a ribanceira o caminhão dele."

Quais caminhos foram percorridos pelo marido de Glória até chegar a este trabalho, de participar da terraplanagem que deu origem à construção dos conjuntos habitacionais? Os caminhos de se enveredar pelas tramas da sobrevivência, pelas fendas abertas no serviço público, que perfazem toda a trajetória profissional de seu sogro e seu marido, ambos já falecidos, intrincada ao processo de transformação do rural para o urbano em Santa Etelvina.

> "[Meu marido] trabalhava na prefeitura, porque esse Dr. Francisco Batista, ele era vereador, ele tinha uma força, então ele fez uma carta, meu marido levou na prefeitura, fez... Na época, não tinha concurso não. Anos 60, anos 70... [...] Porque só ele teria que conhecer as pessoas pra indicar. Aí, mandava pra Câmara Municipal, eles mandavam a carta, de lá eles já estavam empregados. Meu marido trabalhou seis anos na prefeitura. Depois ele achava que ele ganhava muito pouco. O pai dele ganhava bem. [...] O pai dele trabalhava na prefeitura na época dos anos 50. [...] O pai dele é que cuidava das ruas, a gente ia pra escola e ele estava varrendo as ruas, tirando matinho das ruas, tirando mato. [...] A rua era pedregulhada, cheia de terra, mas a prefeitura tinha que cuidar, tirar os matos... Com isso, o pai dele criou os quatro filhos, comprou esse terreno, pagou tudo, comprou um outro em Guaianases, pagou. E o meu marido falou que não dava nada o dinheiro, não quis, aí saiu, foi

> trabalhar no caminhão. Comprou o caminhão, quando eu casei ele tinha o caminhão. Realmente ganhava bem, [...] ele comprou o caminhão, começou a trabalhar, comprei todos os meus móveis à vista."

O trabalho nas olarias, o trato da rua que era feito por seu sogro na década de 1950, o trabalho com o caminhão na terraplanagem de Santa Etelvina... Percebe-se que tempo todo o trabalho da família do marido de Glória estava, de certa forma, ligado à construção civil: a cidade estava se reproduzindo numa velocidade muito grande, porém ainda não plenamente na Santa Etelvina da década de 1970. E é exatamente nesse período que as olarias, que tanto produziram os tijolos que alimentaram o crescimento da cidade de São Paulo, conheceram o seu fim, devido às limitações técnicas e econômicas deste ramo de produção. Além disso, as olarias foram sendo abandonadas pelos seus herdeiros, devido ao desinteresse em continuar tocando uma atividade cada vez menos lucrativa. Trata-se de um corte geracional atravessando pela economia política, onde os filhos não têm mais interesse em continuar com os negócios de seus pais.

> "Quando [o meu marido] tinha uns 14, 15 anos, ele batia tijolos. Depois, ele trabalhou também na rua, acho que em firma terceirizada, que tinha aquele negócio assim, que brita o asfalto... [...] era registrado e tudo. Aí, foi aí que ele foi pra prefeitura. Aí, da prefeitura, ele pegou o caminhão. [...] O caminhão dava muito dinheiro. [...] Ele puxava tijolo das olarias. [...] Depois, ele pôs basculante, tinha um caminhão de carroceria, puxava tijolo. Aí, o tijolo teve uma queda, foram acabando as olarias, e foi começando os blocos. [...] Foram acabando já na época dele. Aí, vinham vindo os blocos, tijolos baianos etc., e pra ele não dava mais. [As olarias não conseguiram produzir blocos] porque aí já teria que ter um maquinário diferente. [Os donos antigos das olarias] já estavam bem velhinhos já. Aí, os filhos não assumiram, né. Foi aquilo que eu falei, os filhos não queriam seguir o exemplo do pai, dar continuidade. Nenhum queria."

Este é um primeiro traço que indica a mudança desse rural contido no depoimento de Glória para o urbano, que estava se anunciando com o passar dos anos. E como o urbano se anuncia, no caso de Santa Etelvina? Ao passo em

que as olarias foram deixando de ser lucrativas, por conta do desenvolvimento da produção de tijolos baianos e blocos de concreto (incompatível com o maquinário das olarias, de repente tornado obsoleto), foi também ocorrendo um fenômeno muito interessante: as chácaras e as fazendas foram sendo abandonadas, pouco a pouco, pelos seus antigos proprietários. E o que aconteceu nessas chácaras e pequenas fazendas abandonadas, que não foram comercializadas para a COHAB? Terrenos livres para a implantação de loteamentos clandestinos e outras formas de ocupação urbana em conflito com a lei.

> "E pra cá, perto, próximo do terminal, ali era a chácara da tia do meu marido. A mãe dela morava ali, depois a mãe dela morreu, ela ficou aborrecida, ela morava no Carrão. Ela ficou aborrecida, ela vendeu assim a troco de banana. Um chácara grande! [...] Ela gostava muito da mãe, 'agora a minha mãe morreu, não fico mais aqui'. [...] [No] Castro Alves era plantação de japonês. Plantação que você olhava assim, parecia um tapete. [...] Verdura, couve, alface... Na época a gente tinha, a comprava só verdura do japonês. A gente ia comprar, todo final de semana. A verdura durava... [...] Tinha esse e tinha também ali pra baixo, pra baixo da minha casa. [...]"

O processo de transformação da Fazenda Santa Etelvina e suas chácaras ao redor na imensa "cidade" se deu com muitas zonas de sombra, com a passagem do rural para o urbano permeado pelas questões jurídicas de parcelamento da terra. Dessa forma, os mais diversos setores que foram compondo a então nascente Cidade Tiradentes são advindos de uma outra territorialização, de um outro espaço vivido. As paisagens que eram formadas por chácaras e a fazenda foram, pouco a pouco, cedendo lugar às paisagens rasgadas pela terraplanagem, pelo bloco e pelo concreto: era o nascimento da Cidade Tiradentes.

> "A maior parte era da fazenda. E os que tinham olaria, tinham olaria no Barro Branco, que agora tem prédios, aí eu acho que eles foram atrás de documentos, né, e quem não tinha, eles foram ou comprando, indenizando pra poder fazer essa imensa, que está agora, cidade! Aqui tinha muitas chácaras, muitas chácaras que eu me lembro ali, ali mesmo

> onde tem o Etelvina I, Etelvina II, né, que é só ali que continua com o nome da fazenda. Os conjuntos, pequenos conjuntos. Tem três conjuntos, Etelvina I, Etelvina II e Etelvina III. Setor II-B, Setor I, Setor B, Setor não-sei-quê, eu não sei muito bem. [...] Esses três setores fazem parte da Tiradentes. [Onde hoje é o Setor II-B] era uma chácara, nós moramos lá também. [...] Fizeram um conjunto, depois fez o CDHU. [...] Ali tinha uma chácara, que era a 'Chácara da Pedra Branca'. Na verdade, eu tinha um cunhado que era espanhol, que o pai dele veio da Espanha, eles se instalaram ali na 'Chácara da Pedra Branca', onde é a favela agora. Eles compravam aquela chácara, eles plantavam uva, uva e melancia, na época. [...] Minha cunhada até namorou com o espanhol e casou com o espanhol. Agora, ela mora em Caraguá. [...] O meu cunhado, ele ia na escola Saturnino Pereira, ele, a minha cunhada, depois ele casou com essa minha cunhada, o pai dele plantava, eles sobreviviam disso! [...] Tinha uns bambus assim, era cercado de bambu."

Em relação aos pais de Glória, colocou-se, o tempo todo, uma barreira no tocante à sua realização enquanto proprietários de terras. Para eles, a vida é toda atravessada por essa impossibilidade, ao mesmo tempo em que as chácaras, agora abandonadas por seus proprietários, vão servindo como territórios possíveis de moradia para outras pessoas: é o urbano em ato, a urbanização que levou consigo a impossibilidade deste urbano, desde seu início. As invasões e os parcelamentos posteriores do solo adjuntos dessas invasões, assim como a formação de favelas no entorno dos conjuntos habitacionais são a expressão dessa impossibilidade do urbano, que se territorializou e se entrecruzou a outras práticas espaciais urbanas. A Cidade Tiradentes, tal como uma "cidade", nasceu precária, periférica, vítima dos tempos e espaços da economia política da metrópole.

> "[Essas terras] são invadidas porque morrem os pais, os herdeiros moram no Centro, aí eles ocupam. Tipo lá, a chácara onde o meu pai morava, os herdeiros moravam no Centro, eles não queriam vir pra cá. [...] Meu pai morava em uma chácara de um turco. O turco vinha de final de semana. Ele vinha, minha mãe plantava banana, ia levar banana, ia levar verdura, né, e a gente morava de graça, só pra tomar conta. [...] Passar o final de semana, era o lazer que eles tinham, as pessoas do Centro. Eles punham

> caseiro... Tinha muita chácara com caseiro. Aí, eles foram morrendo, os herdeiros, como os herdeiros costumavam viver na cidade, eles não vinham pra cá. Só barro, não tinha asfalto, não tinha nada, não vinham. Vinham com os pais quando eram pequenos, eu me lembro quando o meu pai estava nessa chácara lá, vinha o pai com três filhos. Depois eles foram crescendo, daqui a pouco vinha dois. Depois, vinha um. Depois, aí ele morreu, e aí os filhos não vinham mais. Aí, meu pai saiu, minha mãe morreu também, meu pai saiu e invadiram, que era um alqueire de terras, um alqueire de terras são muito... muita terra, grande, invadiram. E agora virou Jardim Souza Ramos. **Mas não era do meu pai**. É que o meu pai arrumou um casamento e foi pro Cosmopolita, aí largou tudo ao deus-dará. E os herdeiros não vieram. [...] eles achavam que ninguém ia pegar. [...] Achavam que ia ficar como os pais deixaram. Porque os caseiros iam embora e a casa ficava. [...] A casa está lá, até hoje." [grifo nosso]

Aqui se colocam os territórios das gerações, que pouco a pouco foram, tal como causa e conseqüência, "abandonando" as terras: os filhos, quando eram pequenos, faziam a reprodução do território da família e suas práticas espaciais, ou seja, passar os fins-de-semana na chácara dos pais. Assim que os filhos foram crescendo, outro processo invade esses territórios, pois a impossibilidade dessas chácaras se realizarem enquanto tal, por conta da presença-ausência de uma urbanização que ainda começara a estender seus tentáculos em direção às terras de Santa Etelvina. Este compreende um corte temporal nas gerações e seus territórios, atravessados pela economia urbana e os tempos da metrópole. Além disso, como já fora assinalado, a passagem do rural para o urbano não envolve somente o movimento da compra e venda, este tipicamente capitalista; a **posse** da terra, por intermédio dela mesma, realiza essa passagem. As invasões são um grande demonstrativo de todo este processo, quando somente a posse, **sem a propriedade**, já realiza potencialmente a passagem deste rural para este urbano.

> "Andou aí umas pessoas querendo reintegração de posse, mas eram imobiliárias. As imobiliárias iam lá, via os documentos, ia na prefeitura, no estado, mais no estado. [...] tem bastante [chácara] que tem [documentos]. [...] Porque antes não era igual hoje. Hoje você compra

> uma propriedade, eles dão um contrato de venda e compra... esquece! Antigamente, não, você acabava de pagar, eles davam a escritura definitiva. Já ia lá no cartório, lavrava lá no cartório, cartório de Guaianases."

Assim, fecha-se o ciclo. As imobiliárias, dotadas de outros interesses diversos ao daquele que compete ao proprietário da chácara que possuía uma relação de aproveitar o qualitativo das chácaras, vêm colocar o limite à reprodução do rural enquanto rural. Era o espaço inteiro enquanto valor-de-troca que entrava em ato, com vistas ao urbano tal como virtualidade possível. Dessa forma, a transformação física desta região se dá por outros processos, eivados pela violência da espoliação e expropriação. Um exemplo disso é o próprio terreno onde atualmente mora Glória, que em duas oportunidades diferentes foi indevidamente tomado em suas partes, mesmo com a escritura definitiva tendo sido lavrada em 1950, e sem nenhuma indenização aos prejudicados. A primeira vez em que isso aconteceu, em 1969 ou 1970, se deveu à necessidade da reprodução dos negócios da família Matheus, esta muito influente na Zona Leste da década de 1960.

> "Na verdade, eles tomaram [pedaço de nossa terra] duas vezes! [...] Abriram uma ruazinha, mas não tanto. Mas tirou a parte do terreno. [...] Vicente Matheus, que é do Corinthians. [...] Eles entrou lá, porque já conheciam a minha sogra, assim... [...] A minha sogra, coitada, a minha sogra estava sozinha, meus cunhados trabalhavam. E eu não estava casada ainda. Minha sogra estava sozinha em casa, minha sogra não assina. Então, eles chegaram lá, e falou, 'a senhora não assina aqui, tal, a senhora arruma o dedo da senhora', passou a esferográfica aqui [no dedo indicador] e pronto! Quando ela viu, a máquina veio tirar tudo, e ela começou a chorar... [...] [Ela] assinou sem querer, porque eles falaram, 'a senhora permite?', passou esferográfica assim, ela contando, 'eu não sabia!'. Não sabia que aquilo era assinatura dela, era um consentimento. [...] Ele aproveitava a pedreira dele, que eram três irmãos, era o Nico, o Vicente e o Isidoro. [...] E aí, eles aproveitaram pra vender a pedra deles, né, e o pó de pedra. [...] Não teve [negociação], porque o meu marido trabalhava e só ficava eu e minha sogra. E eu não podia pegar o direito dele. Se ela falasse, eu tinha que concordar. [...] Se eu fosse uma filha,

> ainda respondia. Mas eu era também uma intrusa, porque eu fui através do filho dela. [...] A dona era ela. Se ela autorizou... 'Vocês vão fazer o quê aqui?', 'vamos fazer isso, isso e aquilo'. Depois, ela chorava lá dentro da casa dela, que não podia fazer nada."

As estratégias de reprodução do espaço são inúmeras, já que neste caso a sogra (também já falecida) de Glória não tinha condições de lutar contra esta apropriação indevida; era uma escala maior do que a do seu corpo, uma ordem distante que a escala do corpo não dominava, e não tinha condições de dominar. A enganação, a má-fé, muito além das questões de ética e moralidade, está perfeitamente aliada aos processos de concentração de terras e realização das taxas de lucro dentro do modo de produção capitalista; torna-se, portanto, uma questão que só pode ser compreendida enquanto estrutural. E foi exatamente esta estrutura que condicionou, alguns anos mais tarde, a segunda vez em que a terra da família de Glória foi tomada. Desta vez, por volta de 1985, a Cidade Tiradentes já começara a existir, e já havia os seus primeiros moradores. Por conta de uma necessidade de se alargar a Estrada do Iguatemi – mais uma vez a necessidade dos fluxos – por conta da ocupação populacional em ato, seu terreno foi, mais uma vez, tomado sem direito à indenização.

> "A segunda vez foi... [...] o meu marido autorizou, ele estava ali, né, e [o engenheiro responsável] falou, 'você deixa nós passar aqui? Porque se for atrás dos papéis, vai demorar muito. Se vocês autorizarem, a gente faz e depois vocês recorrem'. Mas ninguém foi recorrer. [...] Porque o meu marido, por exemplo, o meu cunhado, minhas cunhadas, não ligam pra nada! Eles são muito sossegados. E eles tiraram muito terreno ali. Se for recorrer agora, vai mais de vinte anos, então nem compensa. [...] Só se for pros filhos dos meus filhos, netos dos meus netos... Que iriam se beneficiar disso. [...] Está na escritura, escritura nós temos tanto de terra quanto, e tem o tanto que ficou também. [...] Só que eles não assinaram nada, [...] o engenheiro. [...] Tem, tem a metragem e tem como ele era e tudo. Que o engenheiro, ele tirou. [...] É, aí tinha só aquele caminho assim, tinha um portãozinho ali, né. Que era um ponto de ônibus, as pessoas ficavam sempre na minha escada. Depois, tiraram tudo o meu jardim, que eu tinha um jardim bem grande, beiraram a minha casa. A minha casa ficou no barranco. Nós tínhamos medo da casa cair, que ficou

> um tantinho assim... Quando chovia, escorregando terra, morria de medo. Meu filho falava, o Beto, falava, 'mãe, tira os meus brinquedos de lá!' (risos) Porque ficava assim, né, os brinquedos dele, até hoje ele cuida dos brinquedos, né. 'Mãe, não deixa meus brinquedos lá não, se a casa cair vai quebrar.' (risos)"

O depoimento de Glória combina muitas lembranças com risos, que parece que as vão tornando menos dolorosas. E a dor, imiscuída ao quotidiano, aparece como uma adaptação aos novos tempos. Em outras palavras, as pessoas vão "levando", vão se "acostumando", pois a vida passa e a sobrevivência, mesmo em meio a tantas adversidades, é uma necessidade. Esta é uma **ambigüidade**, nos termos apontados por Lefebvre[94], que é uma composição do quotidiano.

> "Ah, a gente acaba acostumando, né? [...] Acostumando, porque a vida leva a gente, a gente vai... [acostumando] com o lugar, com a região, com a vida, que a gente sobrevive. Onde eu ando, eu já passei há muitos anos, aí eu vejo as modificações. Quebra uma casa, constrói outra, constrói um monumento, vem uma pessoa com dinheiro, constrói um prédio, aí eu vejo a transformação. E cada vez que você vê a transformação, é uma coisa nova que você está vendo. [...] **Também por não poder sair do lugar**. Meu marido nunca quis sair daqui. [...] Porque ele gosta do lugar também, ele nasceu ali, nasceu lá na Estrada do Iguatemi, nasceu e foi criado ali. Ele e o irmão dele nasceu ali. [...]" [grifo nosso]

O percurso do depoimento de Glória foi marcado por uma série de lembranças que foram muito importantes na composição histórica do

---

[94] "Fora dos períodos críticos (aqueles em que a problemática vence o adquirido estabilizado; em que a conjuntura enfraquece a estrutura; em que a estratégia se torna preponderante e quando a exigência de uma opção se apresenta e marca uma bifurcação no devir social), os grupos humanos vivem sob o modo da ambigüidade. Eles iludem os problemas que não tomaram ainda um caráter de urgência e que mesmo não se colocam ainda. A consciência (e por este termo consideramos sempre uma consciência às vezes individual e social, ainda que possa haver conflito entre esses dois aspectos) se ressente disso. individual e social se satisfaz com uma aparência de estabilidade definitiva. Ela se satisfaz de uma aparência de estabilidade definitiva; ela se empasta, tornando-se realidade tranqüila e 'ser' ao invés de perseguir a possível e de 'ser' sua presa. Então os dramas se atenuam, a comédia de detalhe vence, sobre a tragédia de conjunto. [...] As relações entre os indivíduos nos grupos, e as relações dos grupos entre eles se desdramatizam. [...] Sem paixão, uma imparcialidade (ilusória) e uma objetividade (enganadora). [...] O reino da ambigüidade é também o reino da banalidade no quotidiano". Cf. LEFEBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne II,** p. 221, tradução nossa.

quotidiano de Santa Etelvina e sua região entre as décadas de 1950 e 1970. Esta é uma grande contribuição de seu depoimento, ao mesmo tempo em que indicou a necessidade de recorrermos, em uma oportunidade posterior, à família de Pedro Conceição, ex-administrador da Fazenda Santa Etelvina, segundo indicação de Glória. O depoimento logo a seguir, tomado cerca de três semanas depois, trata exatamente disto, de uma parte do quotidiano da Santa Etelvina vista de outro prisma possível.

2.4.2. O depoimento de Luzia Conceição

Luzia Conceição é nora de Pedro Conceição, responsável pela administração interna da Fazenda Santa Etelvina. Pedro Conceição, falecido por volta de 1983, se constitui como uma importante figura na compreensão dos processos de construção histórica e social da fazenda, assim como sua família. Sua história nos remete a espaços e tempos muito distantes, os quais numa metrópole onde a imigração é sua forte constitutiva, torna uma raridade uma família que tem suas origens mais ancestrais em uma mesma localidade. Esta história, muito interessante, compõe o belíssimo depoimento de Luzia.

> "Luzia Conceição. [...] Nasci [...] perto assim da Pedra Branca, acho que por aqueles lados, nos fundão ali... É onde a minha mãe morava, depois nós moremo aqui pelas pedreira. [...] meus pais, acho que nasceram bem por aqui também. [Meus avós] também... [...] Estou com 79, em janeiro [de 2008] eu faço 80 [anos]. [...] Quando eu nasci [...], nós moramos numa casa ali em baixo, ali naquela avenida ali, [Avenida Souza Ramos]... [...] numa casa que tinha lá, era do tempo da... era ainda da fazenda. [...] Tinha um casarão... Da Santa Etelvina, onde tem a Tiradentes, lá em cima [nas adjacências da atual Avenida dos Têxteis], porque era grande a área do patrão do meu sogro, né. Era, como é que chama, **Nelson Resende**. [...] Nelson Resende. [...] Era fazendeiro, que acho que ele morava em São Paulo, que a mulher dele que vinha. Não sei se eles ainda são vivos, mas ele faleceu. [...] E sabe, tem um sobrinho que mora naquela casa ali, eles também têm sobrinhos, tem dois sobrinhos que também foram criados tudo junto assim, né. Ele também já sabe mais coisa do avô, também, né. Ele mora ali, é o Geraldo Conceição. Tem bastante coisa, tem bastante

> família. As outras famílias do meu sogro tudo mora fora. [...] Passei a minha infância inteira aqui, aí depois eu mudei lá pra baixo, depois eu subi, vim pra cá, aí nós tinha, como é que fala, as minhas filha mora na COHAB, a COHAB vai desmanchando, e a COHAB até desmanchou a casa que nós morava, aí depois passamos pra cá. Moramos nuns barraco, depois nós viemos pra cá. Nós estamos aqui até agora."

Juntamente com Glória, Luzia mora, atualmente, na região da "entrada" da Cidade Tiradentes, uma área onde muitos processos de valorização aparecem em curso[95]. No depoimento de Luzia, finalmente aparece o nome do dono da fazenda: **Nelson Resende**, uma figura que se colocava, no quotidiano, muito distante de sua propriedade. Ao que parece, fazia parte de um grande grupo de proprietários de terras que não tinham uma ligação de moradia com a região, morava e vivia a maior parte de seu tempo na metrópole. Além disso, temos a presença da **Rádio Bandeirantes**, como intermediária entre a Fazenda Santa Etelvina e a COHAB.

> "Foi o senhor Nelson mesmo [quem construiu a casa onde morei]. Porque ele fez pro meu sogro duas casas. Aí, meu sogro queria ficar nessa casa do meio, que é essa que desmancharam, ó, que foi no Barateiro[96]. Aí, ficou essa. Aí, nós viemo morar pra cá, né. Já tava tudo velho, arrumando as coisas, meu marido trabalhou também pra ele, meu marido trabalhava também num mato, na roça. [...] Era fazenda lá da Cidade Tiradentes, era fazenda grande, tinha galinha, tinha gado. [...] Aí, vendeu os eucalipto lá pras fábrica, cortava eucalipto, meu marido trabalhou bastante pra essas pessoas. E o meu sogro, que também tomava a área muito grande. Aí, vendeu pra... vendeu pra **[Rádio] Bandeirantes**. É da Bandeirantes que vendeu pra **COHAB**, né. [...] Pois é, eles vinham de helicóptero pra vir. [...] Porque vão passando, né, acho que vende, né, aí vendeu pra COHAB. A COHAB faz cinco, vinte anos. [A Rádio Bandeirantes] não colocou [antena] não, não tem nada na fazenda. [...] Depois vendeu tudo, vendeu

---

[95] Vamos ver mais adiante de que forma esses processos de valorização vão se compondo no percebido dos moradores da Avenida Marcio Beck Machado, atual entrada principal da Cidade Tiradentes. Para maiores detalhes, atentar para o depoimento de Cláudia e sua mãe Áurea.

[96] Trata-se de uma casa cuja foto encontra-se na parede da sala da atual residência de Luzia. Essa casa da foto foi a moradia de Luzia durante um bom tempo, entre as décadas de 1970 e 1980. Ela foi demolida há mais de vinte anos e no seu terreno foi construído um supermercado.

> pra COHAB, né? A Bandeirantes vendeu tudo, né. Na Bandeirantes meu marido trabalhou também. [...] Continuou [a fazenda], é, era eucalipto pra cortar. Todo eucalipto cortado."

Muito embora a Rádio Bandeirantes nunca tenha instalado sequer uma antena de transmissão na Santa Etelvina, esta foi uma outra presença na vida de Luzia. E também é interessante destacar a forma como a relação entre sua família e o lugar sempre foi mediada pelo trabalho, pois eles trabalharam para todos os proprietários que apareceram no local. Valter, filho de Luzia, conta também como foi este processo, quando a Rádio Bandeirantes, numa associação com outras empresas, foi paulatinamente retirando as árvores da já desativada fazenda, preparando o terreno para o nascimento da Cidade Tiradentes.

> "É, no começo, ficaram três anos aí, fizeram uns barracos, vinha com aqueles caminhaozão pra Suzano, ficaram três anos aí tirando lenha. [...] A gente ficou aqui uns dez anos, uns dez anos pra tirar as madeiras. [...] No começo tinha a lagoa, onde estava aquele hospital ali, aquela área todinha ali, ó, era lagoa ali. [...] Tinha uma lagoona ali." [Valter]

A casa da fazenda e o quotidiano sempre marcado pelo trabalho de Luzia e sua família. A descrição da casa da fazenda é invadida pela necessidade de trabalhar para os patrões, já que se colocava uma impossibilidade para Luzia e sua família se reproduzirem como proprietários de terras e detentores de suas próprias fontes de renda.

> "[A casa da fazenda] era de tábua, era várias tábuas. Era a fazenda que eles trouxeram muitos móveis. [...] É que o meu sogro tinha a casa dele, que era casa de teia e de tijolo, né, era tudo bonito que tinha né, aí minha sogra era muito religiosa [...] Porque eles passavam um mês, porque quando tinha férias, eles traziam os netos, netos que vinham passear, ficavam mais de semana. E a minha sogra que cozinhava pra todo mundo. [...] [Os patrões] vinham de carro, né, era de carro que eles vinham. [...] Um período assim, que a minha sogra estava aí, que os patrões iam chegar, tem que fazer comida pra eles, né, que eles ficavam. Porque o casarão aqui era muito grande. Eles tinha, você sabe aqueles banheiros grandes, era diferente, né? A água que vinha, sabe que esquentar água no fogão, porque era fogão a lenha, né? [...] Era no fogão de lenha, porque quando fui morar nessa casa, depois que eles foram

> embora, abandonou tudo a fazenda, né, pra vender pra outro, eles já estavam terminando, já não estava mais bonito, né? Eles terminaram, né, foi acabando as coisas."

A impossibilidade da propriedade da terra para a família de Luzia andou paralelo à velhice de seus sogros. A única possibilidade para eles: a doença, a cama, a prostração e a falta de dignidade dessa velhice. Enquanto isso, Luzia cuidava dos velhos e via as coisas mudando: a COHAB começando a construir os conjuntos habitacionais. A velhice de Pedro Conceição e sua esposa, no limiar da década de 1980, combinou com a velhice e o desaparecimento da Fazenda Santa Etelvina e o início de uma novo estágio para a configuração da região. As terras de Santa Etelvina, que estavam desde meados da década de 1970 com seus dias contados, teve o seu golpe final com a construção dos primeiros conjuntos habitacionais.

> "[Meu marido] cuidava lá do trabalho da mata, né. [...] Ele trabalhava muito. A minha sogra cortava os eucaliptos tudo pequenininho assim, foi plantação, minha sogra tinha o trabalho da roça assim. Minha sogra, ela punha a horta... O meu sogro tomava conta, mas ela gostava de sair, sabe? Os filhos plantavam, ela gostava muito de plantar, com um chapeuzão, que ela era italiana, né, e gostava quando chovia, quando a primeira chuva... [...] Ela trabalhou muito, depois ficou numa cadeira também, ah meu Deus. [...] Era uma cadeira assim, ficou ruim dos ossos também... Ninguém agüenta, né, ficar na idade, e depois ficar forte e andando. [...] O Pedro [Conceição] foi primeiro. Nessa casa aqui, eu cuidava dela, quando eu morava aqui nessa casa[97], quando meu sogro morreu, aí nós sempre ficava junto com ela, né, não deixava sozinho, né, nós cuidemos muito. Aí, nós viemos tudo pra baixo, nós saímos da fazenda pra ir morar com ela. Aí, a COHAB já vendeu tudo lá, né, a madeireira já estava vendendo tudo lá, viemos pra baixo. Dava dó, de ficar assim, de ver ela tudo junto, depois se acabando, velhinha, depois ele também... Cuidei deles, dos velhos, sabe, cuidei deles dois, os filhos moravam muito longe, e sobrou pra nora, né, a nora cuidou. E gostavam, a Bandeirantes também foi muito bom patrão. Cuidou muito de nós."

---

[97] A casa antiga, onde se encontra o atual supermercado.

Quando Nelson Resende vendeu a fazenda e a Rádio Bandeirantes a comprou, quem ficou responsável pela área? Aparece, neste momento, a figura distante do "doutor" **Saad**, juntamente com a figura próxima de Benedito, o responsável pela administração da fazenda. Desta vez, não se produzia mais a lenha para as olarias, que pouco a pouco deixavam de existir. Agora, era preciso preparar o terreno para a construção dos conjuntos habitacionais. Tratamos de meados da década de 1970.

> "É, doutor **Saad**. O doutor Nelson passou pra esse dono, esse era o doutor Saad, que ele vinha de helicóptero ver o mato. E os filhos, ó, pedia pros filhos do Sr. Benedito, que era o encarregado, pra limpar uma área bem grande, na frente da casa. Que era pra [o helicóptero] descer. E os filhos faziam tudo isso, os meninos, era tudo pequeno, mocinho né, o Pedro e ele, que era os maiorzinho, e o outro, que era o [...], esse menino era pequeno. Quem fazia o serviço era esses dois, mandava limpar... Aí, ele ia limpar lá nos matos, ele ia de Jeep pra ver os matos." [grifo nosso]

Luzia, durante toda a sua vida como trabalhadora doméstica, teve intenso trânsito entre os responsáveis pela área, antes da chegada da COHAB. Enquanto os eucaliptos da região eram cortados pelo filho e pelo marido de Luzia, ela cozinhava para todos os responsáveis pelo serviço de "limpar" o terreno. Enquanto fazia a comida para seus patrões, cuidava de seus nove filhos. O mundo do trabalho era coincidente ao mundo das outras instâncias de sua vida, era tudo a mesma coisa, tudo coincidia diretamente.

> "[...] O dono da Bandeirantes? Vinha porque eles carregava... Era o seu Benedito, seu Benedito, conheço, ele que vinha pra tomar conta, que eles cortava os eucalipto, ele era o seu Benedito. Nossa, eu fazia comida pra essas turma, fazia no fogão de lenha, fazia aquelas marmita todo dia, todo dia comia almoço e janta, pros pessoal que ele trazia... [...] Olha, eles ficaram até cortar os eucaliptos... O meu filho também, quando ele era mocinho, ele foi ajudar... [...] É, sempre cuidando lá de fazer comida, a gente cuidava das filharadas da gente, que é nove, nove filhos [risos].

A partir deste momento, coloca-se o drama de sua família, quase que completamente destruída, atropelada pelos caminhões do "progresso". Ela nos conta a história de seus filhos, que trabalhando desde muito cedo, encontraram

a bebida como o único possível. Trabalhadores da Rádio Bandeirantes e depois trabalhadores da COHAB, não conseguiram reproduzir os territórios de sua família.

A impossibilidade para a reprodução da família de Luzia está cifrada em sua trajetória dentro da Santa Etelvina. Uma trajetória marcada pela constante necessidade de se mudar, de casa em casa, porém nunca para a **sua** casa. Desde que nasceu e desde que se casou, Luzia se mudou várias vezes, sempre na esteira das transformações presentes na região. A casa da fazenda, dentro do mundo rural de Santa Etelvina, foi uma concretude que, durante um largo período de tempo, foi responsável pela possibilidade da continuidade de sua família. Contudo, após o fim da fazenda, Luzia se viu dentre as determinações da Rádio Bandeirantes e da COHAB, o que lhe impôs a necessidade de constantes mudanças de endereço. Além disso, todo esse processo foi acumulando, no decorrer dos anos, uma grande insegurança jurídica em relação às suas moradias e, inclusive, à sua moradia atual.

> "É, morei na casa da fazenda. [...] Ah, os meus filhos, quer ver, eu tenho dos três, a minha caçula agora está com 30 e poucos anos, foi também nascida por tudo esses lados aqui, né, ela tem os dois filhos, esse também, né, que é o mais velho. Mas o mais novo, eu já morava na fazenda, porque nós, quando esse mais velho nasceu, nós já morava na fazenda. Porque o meu marido, quando nós casemos, ele tinha um armazenzinho ali né. Era uma casinha que ele fez ali. Aí, quando eu fui aumentando mais as crias, daí nós passemos pra fazenda. [...] O serviço da fazenda não dava nada, vendendo tudo comprado ao que eles têm... [...] Aí a pessoa nem vinha pagar... Daí, nós mudemos lá pra fazenda, o pai dele falou, 'venha pra cá', os filhos dele, as crias, os filhos casados, disse que é pra ficar tudo junto lá. [...] Da [casa da] fazenda, passemos nessa, né?[98] [...] Aí, a COHAB comprou tudo, foi comprando, comprando, aí desmanchou essa, que nós não tinha nem casa. Eles pegaram o caminhão, puseram minha mudança... [...] Puseram a mudança no caminhão, desmancharam toda essa casa, tão bonita, né, era bem feitinha, tinha

[98] Referente à casa onde está o atual supermercado.

> bomba de puxar água... [...] É, e minha irmã, que tinha ali na Serra D'água, que morava ali, tinha duas casinhas de barro, tudo de chão... [...] peguei todas as coisas da minha mãe, aí quando veio a mudança e pôs nós no caminhão e vamos morar lá. [...] Quando o meu marido morou, parece que apareceu o assistente social, mas ainda por enquanto não mexeu aqui com a gente não." [Luzia]

As presenças impostas pelos proprietários da fazenda e pelo Estado são percebidos de uma forma muito confusa para Luzia. Tudo aparece, no teor de seu depoimento, tal como uma fatalidade, como "coisas da vida" que não são possíveis de ser questionadas. E este traumático processo, advindo de uma trajetória profundamente invadida pela economia política urbana que determinou os rumos da metrópole como um todo, Luzia vive a tragédia social colada à sua vida quotidiana. "Acostumar-se com os tempos" significa uma percepção de que o corpo, tal como no caso da sogra de Glória no momento em que viu a terra de seu marido ser "abocanhada" duas vezes, não é capaz de dominar essas escalas. Esse atropelamento pode ser muito bem expressado pelo fato que, cerca de dois ou três anos antes deste depoimento, acometeu Luzia: ela sofrera um acidente provocado por um ciclista, enquanto caminhava nas ruas de Cidade Tiradentes, e teve o osso de uma perna fraturado por conta disso; desde então, depois de passar por vários médicos, vários hospitais, invadidos pelos descaminhos dos investimentos públicos no setor de saúde, ela sofreu, no seu corpo, toda a conseqüência dessa perversa articulação de escalas: ela não anda mais sozinha, apenas com o auxílio de uma bengala. Os grandes setores empresariais, em conjunto com os poderes públicos, são os grandes atores de uma trajetória na qual a família de Luzia não pode deixar de sucumbir aos desígnios da bebida e das outras formas de violência duramente presentes na vida quotidiana de milhares de pessoas na metrópole paulistana.

> "Ah, meu Deus, a gente está acostumado com os tempos, né? E era tudo melhor, não tinha muitos crimes, né, mas agora a gente tem que ter cuidado pra gente ir pra lá, não é? A gente vê tantos mala, né, dentro da Cidade Tiradentes. E acontece isso, acontece aquilo... [...] Eu mesma, quando podia andar, levava os meus netos já pequenos, né, quatro que ficou sem pai. Mataram o pai deles também, crime, né? E deixou a mãe

> com esses quatro filhos. [...] Era o meu genro, né? [...] O menino dele agora tem dezessete anos... [...] Fazem nove anos. [...] [Foi] em Ferraz de Vasconcelos. E depois eu fui pegar as crianças com a minha filha, que ficou doente. Você vê quando perde..., parece que a pessoa fica doente. Aí, ela ficou só e nós perdemos as crianças, tudo os quatro, morou tudo aqui comigo. Agora um está com vinte e poucos anos, o menino mais velho, aí eu tenho a [...], está com vinte e pouco, tem uma que está com vinte anos, fez no mês passado, aí tem a outra que está com dezoito anos... Agora eles estão se virando sozinhos, não estão mais com a vó, não quis sequer ficar com a vó, porque precisava trabalhar e estudar também, [...] e ainda precisaram de estudar mais, não é? E tem o menino, que é o caçula dela, que tem dezessete, que é o [...], esse está com a mãe em Ferraz. Mas ela ficou doente, então eu precisei dar uma ajuda pra ela. [...] Negócio de bebida. Tem quarenta e poucos anos, está bêbada, a moça mais bonita da minha família era ela, achava que ela era tão bonita. [...] E agora ela está se curando, está se tratando lá no hospital de Ferraz e eu comprei até remédio pra ela. Parece que deu pneumonia nesses dias. Está magra que só ela. Não é mais aquela moça bonita. Está mais velha do que eu. Ela mesmo fala, 'estou mais velha do que a senhora'. Ela ficou tão, ela é pequenininha, morena, ela era a mais bonita do que as outras." [Luzia]

O sofrimento pela sua família destroçada é colocado no quotidiano no contexto das lutas pelo lugar, e também das lutas no lugar. Em Cidade Tiradentes, viver é sempre lutar, sempre continuar lutando, contra todas as adversidades que a vida metropolitana impõe. Esta história, aliadas a muitas outras histórias, marcam a tragédia social brasileira[99]. E esta tragédia, aliada a muitas outras tragédias cifradas nas trajetórias e práticas quotidianas, perfazem seus territórios e suas territorialidades. E é justamente neste ponto que temos o

---

[99] Em alguns momentos da obra de Vera Telles essa constatação a respeito da "tragédia social brasileira" se refere às diversas formas de pobreza e negação da cidadania para uma imensa parcela da população do país. Nos três livros da autora aqui utilizados – todos constantes nas referências bibliográficas ao final deste trabalho -, notamos que seu percurso se deu na passagem entre várias teorias sociológicas acerca do tema da pobreza urbana como negação dos direitos sociais, o que pôde compor seu mais recente livro, "Nas tramas da cidade..."; tal percurso teórico-metodológico teve importante influência em nosso texto. Assim, salientamos que a tragédia social cifrada nos termos da flexibilização da economia vai redefinindo certas práticas sociais imiscuídas a territorialidades várias, advindos das trajetórias dos sujeitos da metrópole. Trata-se de uma das idéias que balizaram nosso trabalho, e que ajudou a constituiu a tese que aqui se apresenta.

depoimento de Áurea[100], vizinha de Luzia, que explica melhor as trajetórias da família Conceição.

> "Quando eu mudei aqui, tinha só essa casa, e esta aí. Essa daí já é mais antiga do que a minha. [...] [Foi construída em] 78. [...] Quando eu mudei aqui, já fazia uns seis, sete anos que já tinham construído essa casa, que tinha um moço, um sobrinho da Dona Luzia que morava aí, seu Antonino, filho do Waldomiro Conceição, né, irmão do seu Pedro Conceição. Era o filho do irmão dele que morava aí e tomava conta da área da Santa Etelvina, junto com o avô. Eu conheci o pai do seu João, o Pedro Conceição. [...] E essa casa foi construída pra pôr um pra ajudar ele, ele era como administrador. E realmente, agora onde mora a Dona Luzia aí, diz que isso daí é da COHAB, não é mais... É que a COHAB comprou isso daí. [...] A história é o seguinte: essa área toda que você está vendo era tudo de Santa Etelvina, e que era da Resende e Cia. E quando a COHAB entrou pra comprar, a COHAB comprou tudo, menos esse lote aqui. Esse lote aqui ficou, o outro ficou, o de cima, tinha dono, ficou, entendeu? [...] Esse da Dona Luzia entrou na compra da COHAB, entendeu? [...] Ela mudou aí, porque o marido, o seu Pedro Conceição era funcionário da COHAB. Ele era funcionário da COHAB, ele morava ali no Juscelino[101], aí como tinha essa casa vaga da COHAB, eles trouxeram ele pra cá. Ficou morando na casa dele a filha dele, aí ele mudou pra cá. Por isso que eles moram nessa propriedade da COHAB. Aí, ele ficou aí até falecer." [Áurea]

Neste momento, torna-se muito claro as idas e vindas da família de Luzia dentro do contexto de transformação do local, agora na tutela dos desígnios da COHAB, que parece nunca ter se interessado em resolver a questão da propriedade das casas por onde a família de Luzia passou. As mudanças nos tempos da metrópole marcam profundamente a história de vida de Luzia, que produzem toda essas contingências em sua vida quotidiana.

---

[100] A trajetória de Áurea e sua família está colocada em vários momentos desse trabalho, sobretudo no capítulo 3, que trata dos territórios.

[101] Conjunto Habitacional Juscelino Kubitschek, no distrito de Guaianases, próximo ao Conjunto Habitacional Inácio Monteiro, este localizado na área compreendida pelo distrito Cidade Tiradentes.

> "Muito simpática a Dona Luzia, uma vida sofrida [...] Que vida sofrida, minha gente, principalmente com esse filho que ela vive com ele. Uma vida sofrida, toda a vida ela sofreu muito, né, com os primeiros filhos... já os que veio por último já não, que seguiu a religião dela, né? Que ela é Testemunha de Jeová, mas esses primeiros aí, todos eles deu trabalho. Todos os mais velhos. Valtinho, Pedro, agora é testemunha, largou, mas todos bebiam muito e... droga. Usaram muito... [...] Dona Luzia disse que acha que os filhos dela começou a beber porque ela saía pra trabalhar, e eles ficavam tudo em casa. E o pai punha eles pra ir buscar pinga. Eles ia buscar pinga pro pai e iam bebendo a pinga no caminho. (risos) Principalmente os dois mais velhos, o Valtinho e o outro. [...] É, e os dois ficaram alcoólatras, né. [...] A Dona Luzia, ela não teve estudo nenhum, sabe [...] É uma pessoa ótima, é uma vizinha que é uma mãe. Muito excelente. É o filho que bebe, mas quando bebe, fica falando pra lá, a gente não dá ouvido, pronto. E ele quando não está na bebida, recebeu você bem, não recebeu? [...] Ele não estava bêbado. Se ele estivesse bêbado, você nem entrava. [...] Ele deixa entrar, mas ele não deixava vocês conversar. [...] Sabe, ele já entrava na conversa, é assim. E, de repente, ele já sobe nas nuvens, é assim, ele está muito fraco bêbado, né." [Áurea]

O sofrimento de Luzia e sua família são decorrentes de um processo perverso de produção e reprodução do espaço urbano que excluiu a grande maioria da população da possibilidade desse urbano. O quotidiano, um nível nunca conquistado em toda a sua vida, aparece como uma possibilidade que não se realiza dentro desse contexto. Essa história é a mesma de muitos outros que, de uma forma ou de outra, sucumbem à urbanização crítica e que, no caso da região de Santa Etelvina e Cidade Tiradentes, sempre conheceram o mais pesado desse crítico em suas trajetórias.

E é justamente a propósito das trajetórias urbanas que começamos a tratar de um movimento que se fazia presente, aos poucos, no momento em que a urbanização chegava a essas terras. Na década de 1970, como será tratado logo a seguir, muitos planos foram concebidos para a Zona Leste, e a indicação clara de que essa seria um vetor de crescimento e desenvolvimento urbano

possível. Porém, sem nunca ter questionado o sagrado estatuto da propriedade privada da terra, diga-se de passagem.

2.5. Os planos para a Zona Leste e a gênese dos conjuntos habitacionais

> "Casa própria representa a segurança da família não perder o abrigo, de construir o lar, mas não é só isso. É a possibilidade de **entesourar, acumular**, o que não significa enriquecer, mas dispor de um bem de grande valor diante do baixo preço do trabalho assalariado"[102]. [grifo nosso]

A casa própria representa o chão por onde o trabalhador caminha, o alicerce de sua reprodução, a possibilidade concreta de poder construir uma vida. É o local de sua família, é o **seu** lugar, no mais estrito termo da propriedade, dentro de uma sociedade que não se reproduz senão, nos termos jurídico-econômicos, dentro do estatuto da propriedade privada da terra. E, tal como o autor acima destaca, é a possibilidade de entesourar, de fazer o seu "pé-de-meia", de ter um bem fixo para se proteger dos descaminhos da economia e das trajetórias da vida que decorrem desse movimento; essa economia, como bem sabemos, ao mesmo tempo em que coloca a possibilidade do emprego também dispõe a negação do trabalho, particularmente nos tempos pós-fordistas de desemprego estrutural. A casa própria, tal como um bem de grande valor-de-uso, é também o seu valor-de-troca: pode ser alugada ou mesmo vendida. E isso também define as territorialidades e suas capilaridades dentro do processo de reprodução do urbano em grande parte das periferias de São Paulo.

É neste ínterim que se colocam intervenções do Estado no tocante às políticas públicas que visaram o chamado "desenvolvimento" da Zona Leste de São Paulo, desde fins da década de 1960. Essas intervenções partiram do pressuposto de que era necessário estender a oferta de moradia para os grandes contingentes que chegavam a todo instante nas rodoviárias paulistanas, atrás

---

[102] BRANT. **Trabalhar e viver,** p. 77.

dos então fartos empregos industriais que cediam a São Paulo o título de "locomotiva do Brasil". Esta locomotiva cresceu às custas de um modelo nacional de desenvolvimento econômico pautado no agravamento das disparidades regionais no território brasileiro, o que fez São Paulo, às custas da depressão econômica verificada em outras regiões do Brasil, sobretudo os estados da região Nordeste, atrair uma boa parcela dos investimentos industriais; isso trouxe – a ainda tem trazido, apesar da desindustrialização verificada na economia paulista desde a década de 1980 – um grande contingente de mão-de-obra para a então pujante indústria paulista.

E a grande questão que se colocava neste momento, para os administradores da nascente metrópole, que estava começando a se consolidar enquanto tal, era: onde toda essa gente vai morar, afinal? Havia uma flagrante necessidade de se elaborar uma política habitacional consistente para uma enorme população que, ao chegar nas terras paulistanas, não tinha outra alternativa a não ser engrossar o contingente das favelas que já começavam a abundar nas paisagens da região central de São Paulo em meados da década de 1960; outra alternativa, esta mais utilizada por conta da abundância de terras ainda disponíveis nas periferias urbanas em todas as direções da cidade, inclusive na Zona Leste, era comprar um pequeno lote em um bairro recém-loteado e ali começar com uma edícula, que ao passar dos anos iria ganhando mais um cômodo na medida em que a família crescesse ou por outras necessidades. Tratava-se da figura da **casa autoconstruída** na periferia, muito estudada por diversos autores nas décadas de 1970 e 1980 e já mencionada no capítulo anterior.

Essas periferias, tomadas por casas construídas paulatinamente nos fins-de-semana e feriados, ou quando era possível ao trabalhador proprietário do terreno contar com a ajuda de parentes ou amigos, ou ainda por outras pessoas contratadas, fez a cidade de São Paulo ter terras plenamente urbanizadas a mais de vinte e cinco quilômetros do seu centro, um quadro completamente díspar de duas décadas anteriores. Este explosivo crescimento, apoiado pelo expediente da força de trabalho industrial, não veio acompanhado por políticas

públicas[103] que dessem conta de urbanizar, de fato, essas periferias distantes. Essa urbanização *ipso facto* compreende a construção de uma estrutura de saneamento básico, transporte, pavimentação das ruas, saúde, educação etc., todas as estruturas que muito tardiamente foram sendo conquistadas pelas populações que sofriam nessas periferias urbanas sem sequer ter alcançado o quotidiano.

Em relação aos desdobramentos que tais políticas imprimiram na construção da metrópole, o tempo todo se coloca a relação entre o privado e o público como uma contradição, um paradoxo não-conciliável. Os interesses privados, na concepção e construção da metrópole paulistana sempre estiveram acima dos interesses do público, o que, inevitavelmente, atingira a imensa maioria da população. O caso dos transportes, por exemplo, é um grande demonstrativo disso.

> "O conflito entre transporte individual e transporte coletivo tem sido central no debate sobre o deslocamento urbano. Se, por um lado, a chamada crise do petróleo teve o papel de despertar o poder público para a realidade de que era inevitável criar uma rede sofisticada de vias expressas – implantando um modelo americano capaz de permitir um deslocamento rápido por automóvel – jamais foi concretizada, na prática, a diretriz que recomendava a prioridade para o transporte coletivo"[104].

O autor acima trata do momento em que a crise do petróleo de 1973 começa a atingir os pressupostos para os planejadores da metrópole que, de

---

[103] Aqui, não trabalhamos com a premissa do planejamento urbano ou qualquer sorte de planejamento como "redentor de todos os problemas urbanos", pois somos muito advertidos que tais problemas são decorrentes de uma economia que, internamente, os produz. Trabalhamos também na perspectiva de que todas essas formas de planejamento não são capazes de superar essa estrutura econômica, pois eles sempre se baseiam no caráter fetichista da mercadoria e na propriedade privada da terra. Não negam, portanto, os fundamentos dessa sociedade, já que essa sociedade inteira se mostra aprisionada nessa estrutura. Podemos nos remeter, inclusive, ao texto de Engels, "Contribuição ao problema da habitação", quando critica a fórmula "proudhoniana" de promoção das moradias urbanas para a classe trabalhadora ao afirmar a propriedade privada da terra aos próprios. Assim, a perspectiva de que superar o aluguel por intermédio do pagamento mensal da prestação da casa perfaz o modelo de todas as políticas habitacionais brasileiras que, em nenhum momento, afrontou o estatuto da propriedade privada da terra e foram capazes de zerar o "déficit habitacional".

[104] Op. cit., p. 105.

certa forma, haviam desistido de implantar a imensa rede de vias expressas previstas no PUB de 1968. No entanto, apesar dessa dita crise, desde os primeiros planos diretores para São Paulo, o transporte coletivo nunca tem sido colocado como uma real prioridade. Assim, desde o PUB esse problema se põe de forma aguda, aliado a interesses privados que colocam o transporte coletivo como um negócio lucrativo tal como qualquer outro, aliado à ideologia de motorizar a população, tendo o carro como o símbolo de uma metrópole onde as dificuldades de deslocamento são estruturais.[105]

O desdobramento dessas políticas, totalmente atreladas aos interesses privados como se viu, produziu uma imensa metrópole praticamente inviável do ponto de vista das possibilidades de circulação. O crescimento horizontal de São Paulo foi, estruturalmente, tomado por estas premissas, que impossibilitaram, para milhões de pessoas e por muitas gerações, a mobilidade que era necessária até mesmo para realizar a economia urbana. Ao mesmo tempo em que os fluxos se tornam muito importantes no período financeirizado do capitalismo mundial, ocorre uma nítida barreira a estes fluxos. Em períodos de rapidez e de mobilidade generalizada, que estão ao nível do discurso, a imobilidade de milhões de pessoas é a regra na metrópole paulistana[106]. E este é um drama também para os moradores de Cidade Tiradentes, tal como se verá a seguir.

2.5.1. A Zona Leste que se apresenta enquanto um vetor possível de crescimento

Na esteira da febre pelo planejamento que estourou na São Paulo da década de 1970, destacamos o papel que o PMDI teve na consolidação da Zona Leste como a área mais propícia à instalação de grandes conjuntos habitacionais

---

[105] ZIONI, Silvana. **Metrô e Sistran: o transporte urbano volta para os trilhos e cai na rede.** In SOMEKH e CAMPOS (org.). Op. cit., p. 145.

[106] Agradecemos à Prof. Dra. Odette Seabra por ter colocado essa idéia no momento da qualificação deste trabalho.

na metrópole paulistana. Tratava-se de uma área onde as pontas-de-lança da urbanização já estavam colocadas, embora essa urbanização ainda estivesse plenamente consolidada, já que áreas urbanizadas ainda ladeavam áreas rurais, cuja estrutura urbana ainda se mostrava muito precária para a absorção dos grandes aglomerados populacionais previstos nos planos. É neste momento em que entra em cena o papel do Estado como o grande impulsionador do desenvolvimento da porção leste de São Paulo.

> "Ao contrário de afirmações equivocadas e conclusões precipitadas atribuindo à COHAB-SP a escolha de terrenos inadequados, mal localizados e sem infra-estrutura, sua atuação nesse campo foi adequadamente planejada. Foram atendidas as diretrizes dos programas habitacionais do então SFH observando inclusive as diretrizes urbanísticas estaduais, metropolitanas e municipais, e adequando o tipo de oferta habitacional ao perfil da demanda cadastrada no seu sistema de inscrição permanente. [...] As diretrizes urbanísticas do município e as recomendadas pelo PMDI restringiam o crescimento da cidade para as zonas norte (limitada fisicamente pela serra da Cantareira) e sul (região dos mananciais e posteriormente 'congelada' pela Lei de Proteção de Mananciais). [...] Na região oeste não havia terrenos disponíveis e o município já estava conurbado com o de Osasco. Nessa região, foram empreendidos grandes conjuntos habitacionais nos municípios de Carapicuíba (terrenos remanescentes do antigo matadouro municipal de São Paulo) e de Itapevi (antiga pedreira também pertencente a São Paulo), ambos servidos por linha de trem. Foi também adquirido um grande terreno pertencente ao BNH em Osasco, próximo à rodovia Castelo Branco, no qual estava previsto um empreendimento de 10 mil habitações já aprovadas pelo então BNH."[107]

Neste momento, pareceu impossível direcionar o crescimento urbano em direção a outras áreas da cidade. De acordo com o ex-diretor técnico da COHAB-SP, **Ubirajara Garcia**, que teve profunda participação na concepção dos grandes conjuntos habitacionais na Zona Leste na década de 1970, "nunca em São Paulo você escolhe, você aproveita a oportunidade que tem de

---

[107] CHERKEZIAN, Henri. **¿Donde está la plata?,** p. 19.

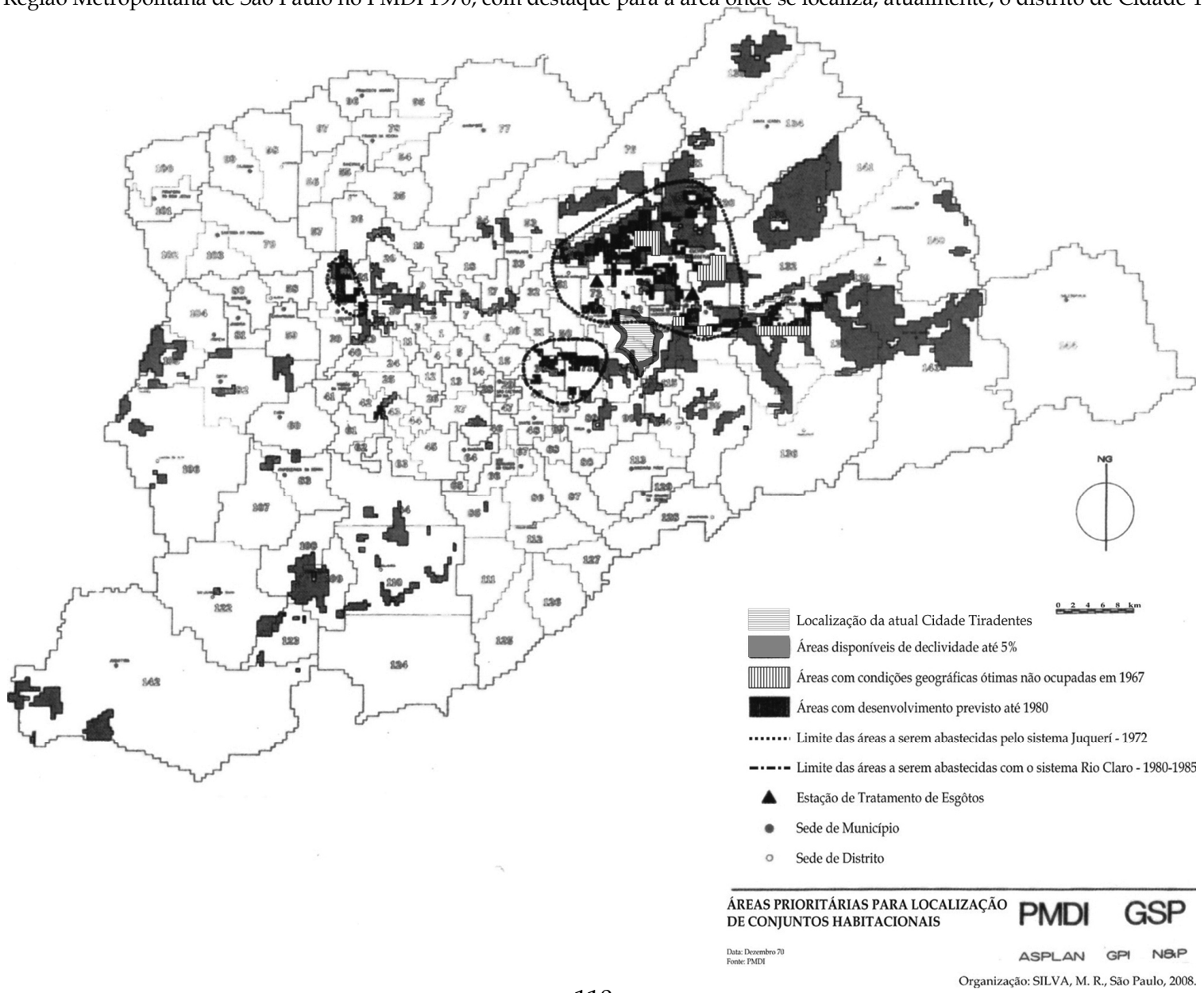
terreno."[108] Esta "oportunidade de terreno" foi o ponto crucial para as políticas de construção de conjuntos habitacionais pela COHAB-SP após 1975; o PMDI-70, portanto, aproveitava a possível conurbação São Paulo – Rio, que passava justamente pela região onde está a atual Zona Leste. O custo geográfico diminuía e fazia dos subúrbios orientais apontados por Aroldo de Azevedo caírem, de uma forma definitiva, nas redes do processo de urbanização orientado pelo Estado.[109]

---

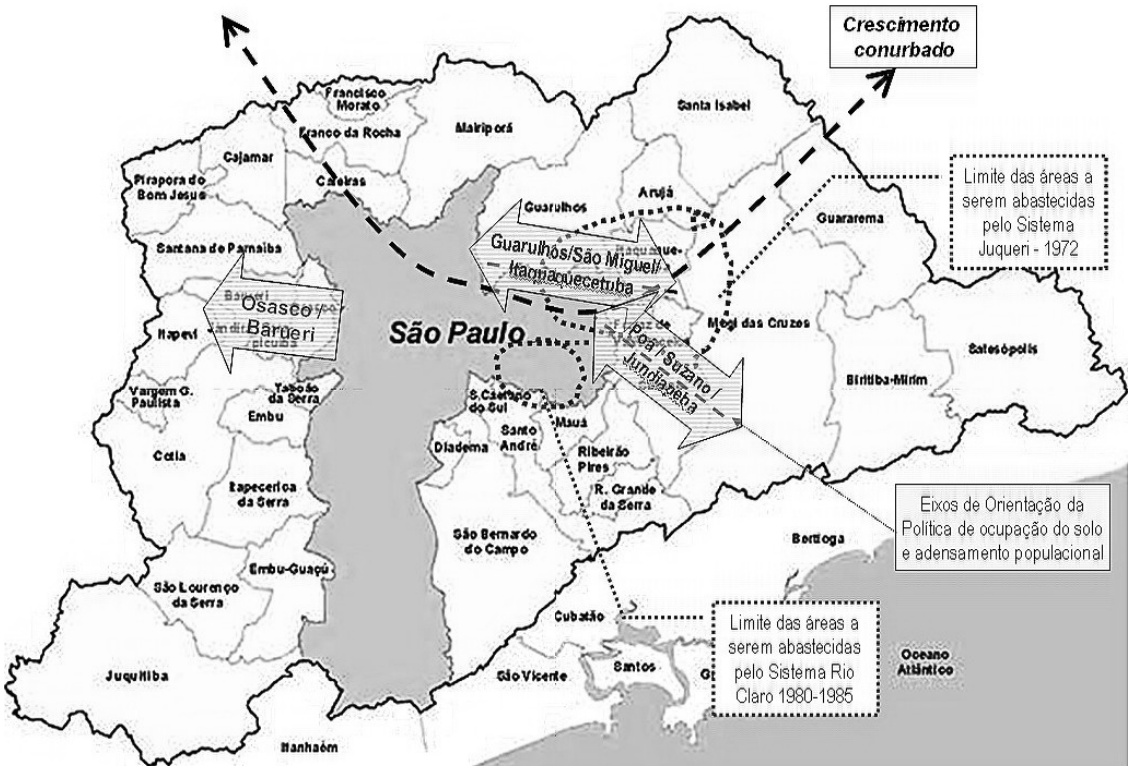
[108] Entrevista de Ubirajara Garcia, concedida ao autor em 30/10/07. Mais à frente, há um momento em que sua trajetória dentro da COHAB é descrita com maiores detalhes.

[109] "[...] As restrições impostas pela legislação limitando a execução de empreendimentos dentro do território do município e a falta de grandes terrenos, acabaram direcionando o crescimento para a região leste para onde convergiam todas as diretrizes metropolitanas no desenvolvimento do vetor leste, eixo de conurbação Rio-São Paulo. E também nessa região estava previsto e já se encontrava em execução um grande programa de expansão das redes da SABESP [Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo] de adução de água – Sistemas Juqueri e Rio Claro –. Aliás, água se constituía um dos grandes problemas daquela região. [...] Orientou o PMDI, em sua primeira diretriz, que a presença de empreendimentos ligados ao SFH assumirá papel indutor do desenvolvimento urbano. E que as dimensões e a localização dos conjuntos habitacionais deverão ser vistas do enfoque mais global da estratégia de ocupação do solo." CHERKEZIAN. Op. cit., p. 19.

Mapa 6: A Região Metropolitana de São Paulo no PMDI 1970, com destaque para a área onde se localiza, atualmente, o distrito de Cidade Tiradentes.



O mapa anterior mostra as áreas prioritárias para a localização de conjuntos habitacionais de acordo com o PMDI, em seu documento original. Neste mapa original, percebe-se a classificação do PMDI em relação aos terrenos disponíveis para implantação de grandes conjuntos habitacionais, e também a classificação de áreas possíveis de acordo com a declividade dos terrenos. As áreas mais claras – inclusive dentro do polígono onde atualmente se localiza a Cidade Tiradentes – são as áreas classificadas pelo plano como "áreas disponíveis de declividade até 5%". As demais áreas assinaladas por cores mais escuras têm outras classificações, tal como o polígono assinalado a oeste de Cidade Tiradentes, marcado como uma "área com condições geográficas ótimas não ocupadas até 1967". Na re-confecção deste mesmo mapa, Cherkezian nos aponta outros atributos do plano, que logo depois seriam concretizados com as intervenções do Estado na região.



Mapa 7: PMDI – Zonas Prioritárias de Atendimento – 1970, segundo Cherkezian (2006), sem escala.

A confecção deste croqui se baliza nas orientações que o PMDI colocou em relação ao crescimento urbano dentro da Região Metropolitana de São Paulo. Em relação às políticas habitacionais futuras, o plano previa o seguinte:

> "1) Os programas habitacionais para a Grande São Paulo deverão ser vistos como importantes fatores para a indução da ocupação do solo e adensamento populacional. Recomenda-se concretamente que a política de ocupação do solo e de adensamento populacional se oriente no sentido Oeste-Leste, dentro da chamada Zona Prioritária de Atendimento definida a Nordeste, pelo eixo Guarulhos – São Miguel – Itaquaquecetuba, a Leste, pelo eixo Poá – Suzano – Judiapeba, e a Oeste pelo eixo Osasco – Barueri. [...] 2) Os projetos e outros previstos para a zona prioritária de atendimento deverão receber tratamento prioritário na política habitacional a ser promovida. [...] 3) Deverão ser fornecidas as necessárias condições de habitabilidade para a implantação dos programas habitacionais. Deve-se, assim, ter em vista a convergência para a Zona Prioritária de Atendimento dos principais programas de infra-estrutura urbana como água e esgotos, transportes e comunicações, recomendadas pelo PMDI. Estas condições de habitabilidade não interessam apenas a programas ligados ao SFH, mas também àqueles particulares e de construção isolada e mesmo à população fora das faixas de financiamentos oficiais. 4) A política habitacional deverá contribuir substancialmente para a melhoria do equipamento urbano social e de infra-estrutura local, de maneira a aumentar a oferta de terrenos com todos os melhoramentos."[110]

A partir desse momento, **reitera-se o discurso de que a ocupação dessas áreas prioritárias para localização de conjuntos habitacionais teria como objetivo o desenvolvimento urbano dessas mesmas áreas.** É nesta esteira que entra a Zona Leste como um vetor de implantação destes grandes conjuntos com fins de indução da ocupação urbana, agora com previsão de instalação de todas as estruturas urbanas, previstas neste plano, que iriam muito além dos conjuntos que seriam implantados futuramente. O projeto era muito mais

---

[110] GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado (PMDI)**, p. 55.

ambicioso, e se pretendia completo no tocante à constituição de uma novo direcionamento para o crescimento metropolitano: quatro zonas industriais foram concebidas, em diversos pontos da Zona Leste, para absorver a possível mão-de-obra que ali residiria. [111] Programar a cidade é o mesmo que programar o quotidiano de quem vive esta cidade...

O Estado, contando com uma configuração econômica que ainda balizava a indústria como a maior potência da economia regional paulista, parece não ter previsto que neste momento em que se implantava, por força do planejamento de escala intra-municipal, zonas industriais possíveis para a Zona Leste, as indústrias estavam começando a **sair** de São Paulo e indo em direção ao interior do estado ou mesmo para outras regiões do Brasil. O mesmo processo econômico que deu origem à concentração da produção industrial brasileira dentro da Região Metropolitana de São Paulo agora é responsável pelo seu esvaziamento. Este vazio recai na queda da oferta de empregos e, na Zona Leste, as chamadas Zonas de Uso Predominantemente Industrial (ZUPIs) não puderam se realizar enquanto tais; quem sofreu por conta de todo esse processo foi a população da Zona Leste, obrigada ao martírio quotidiano de um transporte coletivo estruturalmente insuficiente às necessidades de uma

---

[111] "Reforçando a orientação do PMDI, em 1971, a antiga Coordenadoria Geral de Planejamento - COGEP concluiu que um dos vetores preferenciais de desenvolvimento industrial deveria ser direcionado para a região de Itaquera-Guaianases. [...] A institucionalização das diretrizes para a geração de empregos para todo o desenvolvimento previsto pelo PMDI ficou durante anos em discussão pelos órgãos de planejamento do Estado e do Município. Das 4 ZUPIs [Zonas de Uso Predominantemente Industriais] estabelecidas em 78, somente uma foi de fato ocupada quase uma década depois de instituída. [...] Mesmo passados vários anos do 'boom' de ocupação, a região leste ainda necessita de investimentos e medidas que possam atender à população lá residente e dar maior sustentabilidade a todo o investimento já realizado pelo setor público como rede de transportes (metrô, trem, radial), infra-estrutura de saneamento básico. O grande contingente populacional com mão de obra disponível, justifica uma grande operação de incentivo à instalação de indústrias e serviços. [...] Esta região poderia vir a se constituir a 'zona franca' da cidade de São Paulo, e uma alternativa para as empresas que hoje se instalam em outros municípios, com vistas à redução de custos operacionais, especialmente o ISS. Em 2005, através do Decreto Municipal Nº 45.983/05, a prefeitura concedeu incentivos fiscais aos contribuintes ou aos responsáveis tributários que realizarem investimentos na área leste. [...] E felizmente, no início de 2004, a Reitoria da USP aprovou um projeto básico de um novo campus - USP Leste, em uma região de 4 milhões de habitantes, cuja necessidade desse tipo de serviço público especializado já era por demais conhecida segundo levantamentos feitos pela Secretaria de Educação do Estado." Ibid., pp. 20 e 21.

população de mais de 4 milhões de pessoas que simplesmente não conseguem se inserir nos parcos empregos que a região, como um todo, oferece. O quadro mais dramático disso se expressa nas áreas mais afastadas da Zona Leste, tal como a Cidade Tiradentes, onde os 459 empregos existentes em 2000, segundo os dados oficiais da prefeitura de São Paulo, não são nem de longe suficientes para atender os mais de 200.000 moradores do distrito.

Entretanto, isso não significa que a Zona Leste seja uma área de total imobilidade para a economia urbana. Muitos processos de valorização do espaço condicionam também o quotidiano dos moradores de Cidade Tiradentes. Tais possibilidades de valorização estão plenamente colocadas no quotidiano de quem vive a região, conforme estará tratado nos depoimentos mais à frente. Conforme Cherkezian anuncia em seu texto, os incentivos fiscais para implantação de indústrias na região e até mesmo a implantação de um braço da Universidade de São Paulo na porção leste da metrópole são claros condicionantes do processo de valorização que, de uma forma mais pungente que nunca, estão em pleno curso. São processos de valorização que exigem muitos estudos futuros, já que esses grandes equipamentos urbanos condicionam, enquanto possibilidade, uma transmutação muito grande no tocante à estrutura metropolitana. E isto é também um dos objetivos de nosso trabalho, demonstrar essa possibilidade se realizando na Cidade Tiradentes, desde os tempos de Santa Etelvina.

Em relação a essa porção da Zona Leste, esta valorização vem de muito tempo, tal como assinalamos acima. Os depoimentos das antigas moradoras demonstraram que a vida rural, impossível para atender às necessidades de uma metrópole que atraía um vasto contingente de mão-de-obra para a sua realização econômica, estava se tornando cada vez mais distante. Os tempos anunciaram a presença do urbano em Santa Etelvina por intermédio da implantação dos conjuntos habitacionais. A implantação desses conjuntos habitacionais se deu também com muitos conflitos, e as lutas pelo lugar começaram a ocorrer em outro nível, no nível do **urbano** propriamente dito.

Em relação ao Estado, o que existe é uma grande complexidade no entendimento de suas questões específicas, já que o ele não é, de forma alguma, um monolítico. As práticas e os discursos muitas vezes contraditórios e conflituosos dentre as pessoas que alimentam as práticas do Estado compõem o campo de lutas e práticas espaciais intrínsecas à realização de políticas habitacionais. O depoimento da Profa. Dra. Maria Ruth Sampaio, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, demonstra muito bem este limite, no qual o Estado, não sendo um bloco homogêneo, se reveste de pessoas que estão a todo tempo construindo e redefinindo seu campo de práticas e as colocam neste ínterim. Ela trata do momento em que trabalhou na COHAB – SP, por volta do final da década de 1970, quando os grandes projetos dos conjuntos habitacionais estavam em pleno curso e processo de implantação; mais especificamente, ela põe o contexto da concepção da Cidade Tiradentes nesse meio.

> "[...] eu trabalhei na COHAB muitos anos... [...] Então, eu vivenciei algumas [...] coisas. E nessa época uma grande preocupação da COHAB era com o inadimplente. Não só com o inadimplente como também com ocupação irregular. [...] Naquele tempo não tinha muita condução, o grande problema era o transporte, porque fizeram os conjuntos lá e o metrô só chegou depois. Então, teve muita revenda, e esse mesmo formato da revenda... Revenda significa que aquele que comprou não era o mutuário inicial. Então, o que acontecia, acontecia que era uma irregularidade... [...] Depois a COHAB acabou regularizando, porque como é que ela ia conseguir fazer. Acho que mais da metade, não me lembro exatamente a proporção, mas uma proporção considerável comprou dela. Então as pessoas revenderam e depois que eles foram acertar a situação deles com a COHAB, como tinham que acertar culturalmente... Quer dizer, era substituição do mutuário. Agora, na Cidade Tiradentes, [...] era [...] 32 quilômetros do centro da cidade. Não tinha nada! Então as pessoas foram pra lá por carência de habitação, chegaram lá, não agüentaram a barra, porque pra chegar lá era duas horas e meia de viagem! Era quase outro município, ou melhor, era quase cidade do interior. [...] Quem morava na Zona Leste considerava que morava em área rural e morava mesmo. [...] Agora, também tinha

> população que trabalhava lá mesmo, porque tinha comércio lá, de certa forma. Quer dizer, tinha gente que vivia lá mesmo."[112]

A atuação da companhia de habitação na Cidade Tiradentes reconheceu seus limites, que estão expressos no teor deste depoimento. Além disso, anuncia que este tipo de urbanização, enquanto um grande e rentável negócio para alguns, aconteceu dentro de um contexto no qual a COHAB tinha muito dinheiro para investir na construção de grandes conjuntos habitacionais.

> "[...] nenhum conjunto da COHAB foi feito completo. Eles punham os prédios lá e não punham nenhum equipamento. Não tinha posto de saúde, não tinha escola. O máximo que tinha era uma escola, porque também era demais não ter uma escola. Não tinha posto de saúde, não tinha equipamento comercial, não tinha ar de cidade. Porque se você põe uma população de trinta mil pessoas num lugar, isso já seria um núcleo urbano, não é? [...] Não era intencional. Isso era pra mostrar serviço. O BNH estava no auge, então eles tinham dinheiro para construir. E naquele afã de produzir, em vez de produzirem inteiro, eles produziam pela metade: construíam o apartamento e largavam as pessoas lá. E eram todos apartamentos iguais, do ponto de vista do projeto arquitetônico, uma tragédia, não é? Tinham uma mania de fazer terraplanagem, então arrasavam os terrenos e a terraplanagem é o lugar onde mais se pode roubar, porque dimensionar um movimento de terra é uma coisa meio difícil. Aliás, não é difícil, mas não se fazia. Então, muita gente ganhou dinheiro nessa coisa."

As relações entre o político e o econômico não são relações meramente casuais dentro do modo de produção capitalista. A política, em certos momentos, **é** a economia, é a sua outra face, a sua outra aparência, são termos que se reconhecem plenamente e se realizam no espaço nos termos em que apresentamos. O espaço é inteiro tomado de assalto, como uma mercadoria, um atributo capaz de produzir e auferir lucro. Entretanto, esse processo se dá de forma muito contraditória, o conflito é o que se apresenta de forma mais intensa neste processo. E para além da corrupção apontada pela Prof. Maria Ruth,

---

[112] Entrevista concedida ao autor em 23/05/2007.

possível dentro da trama de negociatas decorrentes da execução de terraplanagem e outras etapas da construção dos conjuntos, trata-se de um "desvio da lei" que muito bem serve para azeitar a realização dessa economia que constrói e produz lugares como Cidade Tiradentes.

Em relação ao Estado, este enquanto um mero apêndice da mercadoria, se realiza no tocante às políticas públicas por ele desenvolvidas. E não exclui também o técnico, o modo de fazer advindo deste técnico. **Ubirajara Garcia**, ex-Diretor Técnico da COHAB-SP, nos esclarece de que forma o Estado e suas políticas vão se compondo de acordo com as condições materialmente estabelecidas, por conta da economia e dos tempos políticos vigentes em escala nacional e local.

Como veremos a seguir, a propósito de seu depoimento, existe um **diferencial** de sua prática profissional em relação àquela de Henri Cherkezian: sua proximidade maior com a **prática** da implantação dos conjuntos habitacionais, o que lhe conferiu uma possibilidade singular de análise do processo de construção dos conjuntos. Seu contato mais próximo com essa realidade está imiscuído à sua trajetória profissional, em parte colocada neste depoimento. Tal trajetória marca as suas travessias por várias fases da reprodução das moradias urbanas pelo Estado, entre as décadas de 70 e 80.

> "Eu sou arquiteto formado pela FAU, na década de 1970. [...] Estive mais vinculado ao planejamento urbano no começo da atividade profissional e depois eu entrei na área habitacional pela COHAB. A minha entrada pela COHAB foi mais ou menos um engano. Foi engraçado porque eles estavam precisando de um estagiário, fui lá, me inscrevi [...] pra vaga de estagiário, aí fui chamado, tive uma entrevista e fui contratado. Aí mandaram procurar um engenheiro chamado Valter Capela, meu professor, grande professor. Valter Capela chegou e começou a me entrevistar, falar do que fazia, ele me perguntou, 'que faculdade você está fazendo?', falei, 'estou fazendo a FAU, na USP', 'ih, eu pedi um estagiário na engenharia'. Eu já estava quase me despedindo quando ele falou, 'vem aqui... lá você tem aula com o tal professor, tal professor?', na época nós tínhamos aula com o Rufino, com o Sampaio Wilken, dois cobras na área

> de infra-estrutura, 'porque basicamente nós vamos precisar de você pra desenvolver projeto de infra-estrutura. São redes de água, esgoto, drenagem e incluindo estação de tratamento', tudo isso. [...] Isso daí foi em 1968, foi antes de me formar. Fui tendo uma visão de infra-estrutura depois, entrei na área de terraplanagem também, que foi quase uma conseqüência. [...] E no fim minha especialidade virou essa. E essa especialidade que me deu no fundo, foi junto com a terraplanagem, a possibilidade de atuar em conjuntos habitacionais de grande porte, que era a expectativa da COHAB. Isso na segunda etapa, já formado, eu comecei a trabalhar na área de projeto de conjuntos habitacionais. Agora, eu já estou falando de 78, mais ou menos, porque eu me formei, aí eu fui chamado para uma construtora pra trabalhar com eles. [...] [Nessa época,] eu era [...] chefe de departamento. Eu fui chefe do Departamento de Projetos e depois saí pro Departamento Técnico, que quando juntou obra com projeto." [Ubirajara]

A trajetória profissional de Ubirajara coincide com a trajetória percorrida pela COHAB na década de 1970. Os conjuntos habitacionais foram sendo concebidos aos poucos, tal como sua possibilidade técnica de financiamento e de execução das obras, assim como no financiamento em relação aos mutuários futuros. Assim como Henri Cherkezian, Ubirajara destaca o período entre 1975 e 1982 como um período muito importante em relação ao volume de dinheiro disponível na COHAB e também pela possibilidade dessa companhia realizar seu papel de equacionamento do "déficit habitacional", cada vez maior na São Paulo de meados dos anos 70. Depois de 1975, a COHAB, já com sua estrutura financeira recuperada por intermédio da adesão do município de São Paulo ao Planhap, o dinheiro começa a vir juntamente com a oferta de terrenos possíveis para a implantação dos grandes conjuntos. Agora, quais seriam as possibilidades técnicas para a implantação desses conjuntos? A COHAB-SP, segundo Ubirajara, implantou o seu próprio *know-how* para tanto, de acordo com a experiência já efetivada em Carapicuíba, que sendo um conjunto considerado como "porte médio", não teve o efeito técnico que precisaria, tal como uma "escola", no sentido de conhecimentos técnico-científicos consolidados, para implantação de grandes conjuntos habitacionais. Era

preciso, para tanto, criar essa "escola" a partir da experiência da implantação de Itaquera I, II e III.

> "E voltei pra COHAB em 75, final de 75 e início de 76. [...] Ela estava retomando as atividades e ela recebeu do BNH e do INPS uma série de áreas grandes. Entre ela, está Itaquera I, que deve ter 1.400.000 m², 1.500.000, Itaquera II e III, que é o José Bonifácio, que tem um milhão ou 2.300.000 m². [...] Então, começamos por Itaquera I. Só que tanto em Itaquera I, quanto em Itaquera II e III, nós conseguimos ter uma metodologia de trabalho um pouco mais disciplinada, ou seja, nós começamos, embora num prazo curto, fazendo uma setorização, um sistema viário principal, e definir os grandes bolsões de intervenção, isso foi no nível de projeto. [Antes] houve uma experiência em Carapicuíba, que é um conjunto nosso, de grande porte, Carapicuíba foi o primeiro... Na realidade, foi de médio porte, que a gente considerava, porque teve uma segunda etapa muito distante. Se não me engano, era uma coisa de 4.000 unidades inicialmente, e depois teve uma segunda etapa com 5.000 unidades. Então, a primeira experiência com conjunto grande foi Itaquera I e Itaquera II e III, essas foram as primeiras experiências."

A economia invade sobremaneira o campo do político. Em meados da década de 70, o cenário econômico do Brasil pós-milagre econômico, embora em paulatino crescimento da recessão e do desemprego, não afetou as finanças que fizeram a COHAB-SP essa grande companhia de promoção de habitação popular, a principal indutora do crescimento urbano paulistano rumo ao leste. Além disso, a população em geral, ainda não atingida completamente pelos descaminhos da economia brasileira em compasso com a economia mundial (devido ao primeiro choque do petróleo, em 1973), ainda conseguia, por intermédio dos empregos então fartos e bem pagos – em relação a períodos posteriores, nos quais é conhecida a política de arrocho salarial do regime autoritário então vigente –, acumular dinheiro nas cadernetas de poupança e no FGTS. E, ainda mais, cabe destacar a nova metodologia de custeio que o órgão então responsável pelo financiamento da habitação no Brasil, o BNH, implantou em relação aos futuros mutuários das políticas habitacionais da COHAB-SP, na construção dos grandes conjuntos. Assim, a COHAB, que entre 1969 e 1974

estava com sua estrutura financeira paralisada, pôde retomar suas atividades e lançar a Zona Leste como o grande celeiro de suas primeiras experiências no setor.

> "Nessa época, [...] o BNH estava entulhado de dinheiro, e foi uma época mais milagrosa em arrecadação do Fundo de Garantia, e além da arrecadação do fundo, as cadernetas de poupança eram as primeiras alternativas de investimento da população. Com isso, você tinha recursos disponíveis. Também foram, nessa mesma oportunidade, por volta de 75 ou 76, foi reavaliado o critério de financiamento. Então, você tinha um limite muito pequeno de financiamento, pra faixa de 1 a 5 [salários mínimos]. Esse limite foi ampliado e com isso você podia produzir. O valor limite anterior, eu nem sei a moeda mas, eu acho que era UPC, era 320 UPC's, de repente passou pra 500 UPC's e o financiamento passou pra um prazo maior, de 20 pra 25 anos. Com isso, você viabilizou uma série de coisas."

Estender o crédito à população em geral foi a alternativa encontrada pela COHAB, o que por algum tempo deu muito certo, pois contava com uma estrutura econômica que ainda produzia muitos empregos. Todo o aparato financeiro e técnico possível para a implementação dos conjuntos estavam em ótimas condições de se firmar. Ubirajara destaca que o BNH, em consonância com a COHAB-SP, conseguiu construir esse aparato técnico-financeiro de modo a produzir um *know-how* pautado em uma visão sistêmica do processo de concepção e implantação dos grandes conjuntos habitacionais.

> "[...] a COHAB foi sempre um agente centralizador de financiamento para outros órgãos. Um deles é a SABESP, porque o BNH, ele tinha a linha de crédito específica para a aplicação e tinha as linhas de crédito suporte, que eram as linhas de crédito de infra-estrutura. Essas linhas de crédito... então, a SABESP tomava dinheiro pra água e esgoto, a prefeitura pra pavimentação e drenagem, pra contenção, se fosse o caso... a intervenção era completa sem ônus direto para o morador final, que esse daí foi o grande momento, vamos dizer assim. Então efetivamente nós atendíamos quem, um não dava, mas dois e três salários mínimos, efetivamente, e ele era capaz de absorver o custo da prestação. [...] Mário

> Trindade foi o que deu as diretrizes do BNH, foi o fundador do BNH no estágio evolutivo. [...] Ele tinha as fontes de recurso entrando e tinha a distribuição dos recursos como ela deveria fazer pra viabilizar um programa habitacional. Então, você tinha financiamento pra infra-estrutura, financiamento pra equipamentos... então, vou construir um conjunto aonde eu tenho cinco escolas de primeiro grau. Essas cinco escolas tinham uma linha de crédito vinculada. Centro esportivo tinha linha de crédito, saúde, equipamentos comunitários, eles tinham uma linha de crédito. Ele ia mais além: ele financiava o capital de giro de empresas que... porque, ele ia jogar, do zero, a produção de materiais de construção pra um número inimaginável. Então, ele criou as linhas de crédito, [...] que era linha de crédito pro produtor de material. Então, você apresentar um plano, um planejamento pra triplicar a capacidade de produção da sua fábrica, você ia lá, apresentava, eles desembolsavam dinheiro pra você fazer frente ao período que seria altamente especulativo e iria fatalmente fazer o plano abortar, porque você não ia ter produção de material. Então, era o BNH, uma coisa que foi sempre criticada graciosamente, mas merece alguém com o mínimo de inteligência e que não tenha frustrações específicas... você não pode, como foi uma criação do governo de exceção, você rejeitar, mesmo cientificamente, é burrice isso."

As mais diversas linhas de crédito existentes explicavam a eficiência da estrutura financeira da COHAB, segundo Ubirajara, e a viabilização de seus programas habitacionais. O financiamento, que ia muito além da construção propriamente dita dos conjuntos, era também direcionado aos órgãos e empresas que realizariam toda a infra-estrutura necessária, bem como os produtores de materiais de construção. Tal como Cherkezian, Ubirajara destaca a importância da estrutura do BNH para a concepção desses conjuntos. Este foi o caminho para a experiência positiva, segundo Ubirajara, para implantação dos conjuntos Itaquera I, II e III.

> "Essa concepção levava você ao que, a um projeto organizado, a atitude do projeto, com relação ao projeto, era importante. O Itaquera I e o Itaquera II e III, ele foi concebido integralmente, não detalhados, mas a concepção foi integral. Com isso, você tem uma implantação numa

> primeira etapa, por etapas, mas entre a primeira etapa e a última etapa, não demorou mais do que cinco anos, os dois. Agora, você, com dois conjuntos, um de 14.000 unidades habitacionais, outro de 23.000 unidades habitacionais, sendo construídos em cinco anos, quase que simultaneamente, ao todo, os dois deram sete anos, **foi uma experiência muito positiva**." [grifo nosso]

Entretanto, essa "experiência positiva" de Itaquera não se estendeu ao processo de implantação dos conjuntos Santa Etelvina e Barro Branco. De acordo com sua opinião, a lenta implantação desses dois conjuntos, entre doze e quinze anos, assim como o processo rápido de terraplanagem, aliado a uma lentidão na construção das unidades habitacionais, deixou os solos da região completamente desprotegidos, o que implicou num encarecimento do custo total dos conjuntos. O desnível, agora, se coloca entre o técnico e o político, pois as três mudanças de governo[113] significaram a paralisação das obras e sérios problemas, tanto para a COHAB quanto para quem começava a chegar aos novos conjuntos habitacionais. E o desnível se coloca também ao nível do discurso, pois os problemas da implantação de Santa Etelvina e Barro Branco foram atribuídos à ausência de um plano diretor e ao não cumprimento das etapas pré-estabelecidas de construção desses conjuntos.

> "Os dois grandes conjuntos que formam a Cidade Tiradentes, que é o Cidade Tiradentes propriamente dito e o Jardim Barro Branco, eu não me lembro agora, mas deve ser coisa de 8.000 m² de terreno, essa metodologia de implantação, você sair de um Plano Diretor, [...] para ir setorizando, ela não foi obedecida. Então, isso foi a primeira questão problemática do Santa Etelvina e Barro Branco. [...] Porque nesse período,

---

[113] Os governos estaduais entre 1975 e 1985, condicionantes do ponto de vista político dos governos municipais, foram ocupados por: Paulo Egídio Martins (15/03/1975 a 15/03/1979), Paulo Salim Maluf (15/03/1979 a 14/05/1982), José Maria Marin (14/05/1982 a 15/03/1983) e André Franco Montoro (15/03/1983 a 15/03/1987). No âmbito municipal, eis os prefeitos: Olavo Setúbal (17/08/1975 a 11/07/1979), Reinaldo Emídio de Barros (12/07/1979 a 14/05/1982), Antônio Salim Curiati (15/05/1982 a 14/03/1983), Francisco Altino Lima (interino, 15/03/1983 a 10/05/1983) e Mário Covas (11/05/1983 a 01/01/1986). Trata-se de um período no qual a Ditadura Militar no Brasil entrava em crise e o partido de oposição ao regime, o PMDB, começava a se firmar na cena política no ínterim das primeiras eleições diretas para os governos estaduais (1982) e das prefeituras das capitais (1985).

> [...] nós enfrentamos três mudanças de governo, e as concepções mudam. A concepção original, a forma de intervenção, ela era ditada por uma série de adequações que foram feitas. Pra você ter idéia, Santa Etelvina, **eu acho que o tempo total de implantação de Santa Etelvina, ele foi de 12 a 15 anos**, Santa Etelvina e Barro Branco! [Para ter] todas as unidades ocupadas! Segundo problema, [...] Santa Etelvina e Barro Branco, [...] a velocidade inicial que se pretendia imprimir, gerou o quê, **uma terraplanagem geral!** Entrou-se em grandes áreas de Santa Etelvina e Barro Branco, com um processo lento de ocupação. Com isso, o solo ficou desprotegido, [...] o terreno, as características do terreno são muito problemáticas, é um silte, que é muito propício a uma erosão... E sem uma cobertura vegetal, o que teve que se refazer de obras lá, a qualifica... a estabilidade do terreno foi monstruosa. Então, até Santa Etelvina I, II, III, ainda foi uma seqüência razoável, depois não se conseguiu... Então, a Santa Etelvina, ela não teve essa preocupação que se teve no Itaquera I e Itaquera II e III." [grifo nosso]

Este é o momento em que as questões políticas vitimizam os técnicos. A terraplanagem, em descompasso com a implantação do sistema viário e também com a construção das unidades habitacionais, tornam o conjunto altamente inviável. Esta inviabilidade, que em sua concepção decorre das mudanças políticas, são decorrentes de muitas outras questões. As temporalidades políticas da metrópole, juntamente com o econômico que ainda não aparece no teor do depoimento de Ubirajara, atravessam a concepção da cidade, e colocam o Estado, de forma altamente dramática, enquanto um campo contraditório e conflituoso de práticas. Em suma: não foi possível para a nascente Cidade Tiradentes o "êxito" da implantação dos conjuntos de Itaquera.

> "A terraplanagem, ela determina o sistema viário, e os platôs de implantação do prédio. Houve uma série de adaptações, todo um órgão público está sujeito à concepção, principalmente quem lida com a habitação, a concepção de uma diretoria, de uma nova política que se estabelece. Na hora em que você atravessa três mudanças de política, os resultados são complicados. E como não existia um Plano Diretor original, determinando a ocupação do todo de uma maneira mais racional, essas alterações mudaram o próprio prazo de implantação do

> Santa Etelvina. [...] quando você tem um Plano Diretor, eu falo, 'não, eu preciso obedecer isso por causa disso, disso e disso'; quando você está com um terreno em aberto, teoricamente se pode fazer qualquer coisa em cima dele." [Ubirajara]

O processo de compra das terras antes formadas pela Fazenda Santa Etelvina se deu, nos termos antes apontados pelos depoimentos das moradoras antigas, como um processo de aquisição que determinou, de uma vez por todas, a passagem desta região do rural para o urbano. As terras que foram compradas pela COHAB foram adquiridas a um preço muito baixo, pois se valia de chácaras e fazendas abandonadas, que não conseguiam mais se realizar enquanto tais. Junto à decadência da atividade econômica de produção das olarias, que começaram a desaparecer, e o crescimento da metrópole, já orientado na direção leste pelo PMDI e os demais planos predecessores, tudo estava preparado para que a região fosse oficialmente incorporada ao estoque de terras da COHAB.

> "Como era o processo de compra das áreas. Nós tivemos uma vantagem legal, que era o seguinte: existia umas zonas denominadas Z-8 100. Isso foi, num determinado momento, uma vantagem tremenda pra COHAB. A COHAB, ela na Z-8 100, ela podia construir, só era permitido à COHAB construir. [...] Essas Z-8 100 eram umas áreas de expansão urbana, mas como diretriz elas eram de baixa densidade, e tinham que ser submetidas a uma avaliação preliminar da prefeitura, enquanto que a COHAB, ela tinha liberdade de ocupação. Então, resultado, o objetivo que foi, não sei se é o aconselhável, mas o resultado objetivo foi o seguinte: a COHAB se transformou na maior compradora de áreas, e ela oferecia o preço que ela determinava. [...] O proprietário estava lá, com uma fazenda numa área urbana, ele não podia... a viabilidade dependia da COHAB. Então, ele vendia na COHAB, no preço sem grandes, é... não se trucidava o proprietário, mas também era o mais... era dentro do limite de viabilização do empreendimento. [...] Santa Etelvina foi comprada assim. Foi um cheque com um valor desse tamanho, que apresentou ao proprietário, 'quer ou não?', o proprietário falou, 'quero'. Mas a um preço de alqueire, praticamente, o preço foi muito barato, muito barato. Tanto é que com todo o investimento que se fez em infra-estrutura lá, você ainda

> tem um conjunto barato. Mas a opção foi assim, na época era o presidente da COHAB o José Celestino Borroul, então era um sujeito negociador muito hábil."

No entanto, mesmo com os preços muito baixos que condicionaram a negociação da compra dos terrenos e que, segundo depoimento, se refletiram no preço final das unidades habitacionais aos mutuários, os conjuntos Santa Etelvina e Barro Branco se viram profundamente prejudicados pela nova configuração econômica brasileira, em conformidade com a economia mundial. A década de 1980, no Brasil, significa o período conhecido como "década perdida", em que toda a economia brasileira se encontra paralisada, o desemprego atinge níveis alarmantes e a inflação ultrapassa, sobretudo no final da década, mais de quatro dígitos anuais. Uma configuração político-econômica tão caótica que tornava inviável a manutenção de toda a estrutura financeira do BNH, montada para os padrões de acumulação vigentes na década anterior. Desta vez, o econômico entra em claro descompasso com o técnico e o político, e os maiores prejudicados foram primeiros mutuários desses conjuntos.

> "Agora, Santa Etelvina foi um drama, viu, a implantação, foram desafios técnicos permanentes. [...] Bom, isso daí realmente, quando o Mário Covas assumiu, ele... Isso tem sido rotina mais ou menos constante, quando há uma mudança de governo, a suspensão dos contratos, todos os contratos são sob suspeita, aí são examinados. Agora, esse prazo é um prazo complicado, você pode três, seis meses... e nesse período, acontecer justamente um período de chuvas. Então, a retomada foi muito lenta, e isso causou complicações muito grandes. Agora, em paralelo com isso, importante se colocar que houve um problema de ordem política, mas a configuração da economia tinha mudado também. [...] Da economia brasileira, [...] o milagre econômico, que foi [...] uma deformação em todo mundo, achando que fosse uma condição permanente, **de repente se sentiu que fugiu o terreno por debaixo do seu pé**. As primeiras coisas que acontecem, é a diminuição dos recursos, tanto do trabalhador, que você diminui o emprego, diminui o depósito de FGTS, diminui a poupança e resultado: essas obras foram muito afetadas por uma configuração complicada, uma nova configuração." [grifo nosso]

O caos atinge a todos os órgãos do Estado, que se vêem impossibilitados de continuar trabalhando nos termos de uma economia que não dava nenhuma margem de futuro. Esta foi a derradeira crise do BNH, o que levou a sua extinção em 1986. E a crise do BNH significou também o fim de um período no qual o Estado brasileiro tinha uma grande intervenção nas políticas habitacionais, nos moldes centralizadores que mantinha no período autoritário.

> "Outro problema é que, enquanto num período, você podia trabalhar [...] sem uma preocupação com o endividamento dos órgãos envolvidos, então eu vou citar um exemplo, a SABESP. A SABESP passou a ter um problema de endividamento, ainda não era, não foi o ponto crítico, mas começou a se pensar, a ter restrições da prefeitura, da SABESP, de tomar o dinheiro pra execução de obras. Depois, então, foram uma série de condições [...] complicadas. Então, o BNH, o processo de desgaste do BNH, [...] ele suportava a inflação de até dois dígitos anuais. Na hora em que você chegou em quatro dígitos, [...] qualquer expectativa ou projeção a longo prazo não existia."

Em um período tão difícil para a perspectiva do planejamento, a sua crise coincide com a crise do papel do Estado. Neste momento de fim da Ditadura Militar no Brasil e abertura política, o então crescente ideário neoliberal do período financeirizado da economia mundial coloca em xeque o papel do Estado e do planejamento enquanto uma prática eficaz. Segundo Ubirajara, o paradigma atual de intervencionismo pontual está muito aquém de toda a escola de planejamento urbano que havia na década de 1970, e não é capaz de efetivar uma mudança nos paradigmas de construção da cidade como um todo.

> "O Henri [Cherkezian] era o nosso 'conseguidor' de dinheiro. Nossa, nós íamos lá no BNH, 'não, precisa de 20 milhões de dólares, precisa de 50 milhões de dólares', o Henri que conseguia. [...] E ele foi muito hábil nesse período. [...] Então, ele tinha que vender primeiro... criar confiança lá na nova diretoria, na nova administração, como no serviço que ele fazia, porque ele era diretor da companhia, de repente ele virou assessor. [...] Ele era diretor de planejamento, [...] ele era questão de recursos, de obtenção de recursos, de alocação de recursos, distribuição... muito hábil! [...] Hoje, [...] o liberalismo é uma corrente que é um pouco diferente, as

> coisas acontecem muito sem uma previsão. Nós tínhamos o hábito de planejamento, planejamento era concebido como planejamento de curto, médio e longo prazo. O prazo era acima de 20, 25 anos, então o processo de intervenção numa área que você ia ocupar, ela precedia um planejamento, uma fase de conhecimento, fase de diagnóstico, de controle de diagnóstico, a fase de proposta de alternativa, a fase de desenvolvimento da alternativa selecionada e a fase de implementação. Então, isso daí é o planejamento tradicional. Hoje, não existe mais isso, acabou, e num determinado momento, não sei se felizmente ou infelizmente, não gosto de discutir muito isso, mas o período do planejamento, inclusive PMDI, todas essas coisas, eles ocorreram, porque tinha Asplan, Emplasa em grande atividade, tinha empresas particulares, que nem a Asplan, você tem uma série de grandes empresas de projeto, e tinha grandes empresas no Estado, de planejamento. Hoje, essa configuração, ela não existe mais, certo? Então, é difícil... [...] Hoje é a intervenção, essa configuração é complicada."

O planejamento enquanto concepção, enquanto paradigma, encontra-se em um ponto do crítico. Este ponto do crítico, por várias razões, questiona o valor do planejamento ao mesmo tempo em que questiona o valor do Estado. Essa instituição, no momento em que se vê impelida à ação, coloca-se na questão "como fazer"? E este "como fazer" recai no projeto arquitetônico, no caso da concepção dos grandes conjuntos habitacionais no ponto de vista morfológico também. Outra questão que se coloca: afinal, de quem é a arquitetura que fez da Cidade Tiradentes esses "mares de prédios"?

> "Isso daí [...] é um erro, um acerto eventualmente, um erro eventualmente, depende do enfoque que você queira... Se você quiser chegar e falar, 'pô, vocês carimbavam nas plantas os projetos de arquitetura, e repetiam indefinidamente', isso pode ser considerado como um erro, [...] porque você cria uma paisagem constante, uma monotonia, você não dá condições de criatividade... Mas o objetivo na época era criar um 'x' número de unidades e a concepção quase fordiana de produção de habitação, nós demos os primeiros passos na época, que era você tentar dar um pulo no que se chama de... do que era uma primeira etapa. **Racionalização**, racionalização da construção, essa foi a primeira etapa, e

> a segunda, de **industrialização da construção civil**. Nós combinamos, a primeira etapa foi rapidíssima, muito rápida, com estrutura pré-moldada, estrutura em blocos pré-moldados, de concreto a primeira vez foi feito lá. Itaquera I, a firma que fez teve que treinar mestre, treinar pedreiro pra fazer aquele tipo de coisa, então a evolução tecnológica, ela foi maravilhosa. A utilização de equipamentos, grua, não se concebia você usar gruas em obras de COHAB, mas na hora em que você tem 500, 1000 unidades pra fazer, já você pode pensar na utilização de uma grua. Então, realmente nós fomos carimbando os projetos." [grifo nosso]

A técnica exigia a produção "fordista", racionalizada, rápida, pois era preciso construir no espaço mais curto de tempo possível. Desde muito antes da implantação dos conjuntos habitacionais, como já fora assinalado anteriormente, a ligação da região da Santa Etelvina com o setor da construção civil era muito importante, por conta da presença das olarias e das pedreiras que já abasteciam a construção de casas da metrópole e também das adjacências. E essa presença da construção civil pós-COHAB vem com toda a técnica, a serviço da racionalidade e da rapidez; os instrumentos de construção de 1.000 unidades de habitação de uma só vez puderam se realizar apenas da forma como se realizou: industrialização da construção civil, linha de montagem, produção em série e em larga escala, tal como no ritmo industrial de produção. **Foi por intermédio da técnica que a Cidade Tiradentes trouxe, de forma definitiva, a metrópole para Santa Etelvina.**

> "A COHAB sempre teve uma característica durante muitos anos, ela tinha uma equipe interna, por que, porque você não achava no mercado o projetista e o executor de obras da COHAB. [...] Porque não havia, não era, porque o perfil de projetista de conjuntos habitacionais, grandes conjuntos habitacionais, é um pouco mais complicado. O ponto básico é o projeto de terraplanagem, não se fazia projetos de terraplanagem, até nós darmos as regras de como seria feito projetos de terraplanagem pra habitação popular. Não existia! Quem fazia terraplanagem era quem abria estrada. Então, o empresário não sabia como fazer e o projetista não sabia como projetar. Então, esse desenvolvimento disso foi uma etapa complicada. O significado de você ter as diretrizes de um projeto fixados

> pela infra-estrutura também é um ponto básico, porque não é usual de um arquiteto que pega um lote e vai fazer o projeto, faz um projeto e depois ele vai ligar na infra-estrutura. [...] era um desejo da COHAB. Era quase que uma diretriz nossa de trabalho [...], a diretriz da produção industrial. A uniformização era quase uma conseqüência disso, porque você não podia, falei 'fordiana', porque você não poderia fabricar o modelo T, que foi o Ford modelo 1928, 1929, que foi um... todo mundo poderia ter um carro em função da industrialização, se você não tivesse a padronização. Então, você saía na rua e só via carro modelo T. Então, a mesma coisa, eu acho que ainda hoje nós somos muito rígidos em alguma coisa, em ter o nosso projeto. O projeto, ele deveria de ser uma linha de definições. Hoje, passado o tempo, a gente vai revendo as posições. Naquela época, era importante ter a repetitividade, hoje eu diria que deveria acomodar, dar condições pro arquiteto desenvolver o projeto..."

O que é importante, que serve como paradigma para uma época, num instante diferente deixa de servir para a outra. Assim, compreendemos que o repetitivo dos projetos arquitetônicos que se colocavam advinha também de uma falta de *know-how* que ainda estava se desenvolvendo, em relação ao projeto e implantação dos conjuntos habitacionais. A inexistência de profissionais no mercado para atender a este ramo, na época, foi uma marca que colocou esse limite à reprodução dos conjuntos habitacionais.

A combinação, portanto, de uma necessidade não satisfeita de profissionais capazes de pôr a termo esses grandes projetos e da diretriz de crescimento urbano já apontada no plano diretor de 1970, juntamente à abundância de terras na Zona Leste e também de verbas na estatura financeira da COHAB-SP fez com que os grandes projetos, feitos exatamente para serem grandes e "eficientes" no que diz respeito ao "equacionamento do déficit habitacional" se realizassem da forma como se realizaram. Uma grande repetição de prédios sobre prédios, onde o pulsar da vida quotidiana imprimiu suas marcas. Nos grandes conjuntos habitacionais da Zona Leste a marca registrada é posta pelos moradores, que, a despeito do concebido imposto pelo Estado, constroem suas práticas quotidianas dentro dos territórios possíveis: as

garagens não-previstas nos projetos dentro dos prédios dos conjuntos, o "puxadinho" para os andares superiores das casas térreas para atender as necessidades de uma família que cresce (mais um filho que nasce, o filho que casou e não tem a sua própria casa, o neto que nasceu deste casamento, entre outras situações); o uso de áreas de recuo dos prédios para construção de bares, lanchonetes, salões de cabeleireiros etc., a despeito das áreas destinadas ao comércio, os chamados "centros comerciais". Isso sem falar também no que ultrapassa o planejado nos termos do financiamento das casas e apartamentos da COHAB: a histórica inadimplência dos mutuários, prédios inacabados invadidos por outras famílias ou tomados pelas redes mafiosas e criminosas como ponto de venda e consumo de drogas etc., sem contar com o entorno que atrai, por conta da promessa de uma futura "valorização" do espaço e também pelo acesso a mínimas infra-estruturas urbanas, uma grande quantidade de famílias que, aos poucos, vão tecendo as favelas que desde muito tempo foram pontuando as paisagens de Cidade Tiradentes.

Tudo isso não significa, entretanto, que a Cidade Tiradentes esteja fora dos circuitos permanentes de valorização da metrópole. Os projetos para a metrópole grassam aos montes desde os primórdios, e até hoje essa composição de projetos vai tecendo as tessituras urbanas da Zona Leste e de toda metrópole paulistana.

> "Veja bem, as diretrizes do vetor leste, ela existe desde 1960 e poucos, 1969, 1970, [...] essa diretriz que era a conurbação São Paulo – Rio de Janeiro. Então, essa foi a diretriz de desenvolvimento. A diretriz dos grandes projetos também levavam pra Zona Leste, que eram as estradas, as marginais, a Radial Leste com a configuração que ela tem hoje, o metrô, a ferrovia, então, que na época se pensava muito em modernização da ferrovia, isso foi fundamental pra uma escolha nessa região. A ocupação era ainda, a densidade ainda era muito baixa, Itaquera ainda era considerada agrícola, Estrada do Pêssego se chama Estrada do Pêssego em função dos produtores de pêssego, goiaba, ameixa..."

Neste ponto de nossa entrevista, Ubirajara foi questionado se não houve oportunidade para COHAB comprar terrenos mais próximos do centro da cidade. O que aconteceu, segundo sua opinião, foi uma questão de financiamento que fundamentou para a alocação dos terrenos onde seriam implantados os conjuntos que formariam a Cidade Tiradentes. Em suma, foi mais barato para a COHAB implantar Santa Etelvina e Barro Branco, pois estavam todos no limite de financiamento possível nos meados da década de 1980.

> "Houve, houve e foram feitos. O que aconteceu, quando foi desapropriado o metrô, a faixa do metrô leste, você teve nesgas de terreno que sobraram. O metrô era da Prefeitura de São Paulo, o metrô não era do estado nessa época. Então, as nesgas de terreno foram transferidas pra COHAB, então hoje você encontra uma coisa de 10.000 unidades no eixo ao longo do Brás, Bresser, aqui quase no Centro, são os prédios de 16 andares, 20 andares. [...] Por que, porque quando aconteceu isso daí, as experiências nas áreas do metrô foi posterior. **Santa Etelvina precede, porque você trabalhava no limite do financiamento.** Naquela oportunidade, não dava pra você fazer prédio com elevador, que foram os prédios implantados na região da linha do metrô. O Santa Etelvina era vinculado a prédios de, no máximo, cinco pavimentos. [...] Custo e oportunidade, como hoje a CDHU trabalha muito na região leste, é onde você ainda dispõe de terreno." [grifo nosso]

Finalmente, a Zona Leste foi concebida, ao nível do planejamento, como uma região completamente diferente do que é hoje. Além de um "depósito de gente", seria uma região industrializada que não vingou enquanto industrial. Portanto, a crítica que Ubirajara faz à doutrina neoliberal reside na não aceitação de que o mercado regule, segundo suas próprias leis, a configuração espacial da produção e dos empregos.

> "Existia um Plano Diretor da Cidade, ele [...] previa aquela região com núcleos fortes de emprego. Se você pegar as ZI's, na época a ZI, que era a Zona Industrial, de serviços, de negócios e implantação de serviços, ela praticamente ocupava uma boa parte da Estrada do Pêssego, da Radial Leste... então, essa região ela se contava como uma região que o emprego,

> o empresário iria à procura de mão-de-obra. Então, você dava as condições dentro do zoneamento, estava lá. O que aconteceu é que a configuração de São Paulo mudou, as indústrias saíram de São Paulo, a ocupação deixou a desejar a implantação de indústrias naquela região. [...] Aí, eu volto ao liberalismo, você deixar à vontade do mercado de disciplinar as coisas, certo. Então, o mercado é complicado, então o sujeito que mora, o empresário que mora na Granja Viana, ele prefere ter a indústria dele não na Zona Leste, onde está a mão-de-obra, a mão-de-obra sai de lá da Zona Leste e vai até a Raposo Tavares. Essa é a lógica. (risos) [...] Hoje, então, você compra um tíquete e você vai pra onde você quiser durante duas horas. [...] [As] pessoas que [acordem às] três horas da manhã..."

A sua trajetória profissional vai deixando as marcas na sua forma de conceber o movimento de reprodução do espaço metropolitano, o que, de certa forma, condicionou sua saída da COHAB. Esse momento de sua saída se deu no momento da eleição de Luíza Erundina, em 1988, para o governo municipal de São Paulo. Mais uma vez, sente-se vitimizado pelos acontecimentos que, pouco a pouco, vão excluindo o saber fazer técnico do planejamento e da engenharia e vão colocando no lugar, segundo sua concepção, decisões políticas à frente de decisões técnicas. Este é o golpe de morte desferido contra o planejamento tradicional, o responsável pela estruturação da Zona Leste como o grande depositário dos conjuntos habitacionais paulistanos.

> "Eu fiquei na COHAB até quando entrou a Erundina, aí depois eu falei, [...] 'não vou agüentar a COHAB', mudanças... essas mudanças são complicadas, [...] porque cada um tem a sua concepção, **não se formou em habitação popular ainda um conceito que desse, em que a força de um pensamento técnico, científico, de pesquisa, de diretriz, se sobrepusesse a uma decisão política.** Então, veja bem, é muito complicado isso, você, todo mundo pensa em habitação popular, mas não dá pra você pensar em habitação popular, ou você trabalha, ou você se envolve no assunto, mas isto é Brasil, né? [...] Agora, um sujeito entra na Gerdau, fabricante de aço, isso, aquilo, 'vou mudar o presidente da Gerdau...'. Mude o presidente 20 vezes, a Gerdau continua trabalhando, a Petrobrás continua trabalhando. Por que não a concepção de habitação

> popular? [...] nós já deveríamos estar mais preparados tecnicamente pra enfrentar situações e tem um negócio que os arquitetos não gostam, mas eu sou arquiteto, eu posso falar. **Um projeto de conjunto habitacional é essencialmente um projeto de engenharia, não é de arquitetura.**" [grifo nosso]

A eventual vitória da técnica na concepção dos conjuntos habitacionais da Zona Leste não aparece dessa forma no depoimento de Ubirajara. Para ele, a falta desse pensamento técnico e científico, que fosse capaz, realmente, de alocar a grande massa de população que não tem onde morar, ainda não existe e nunca existiu de fato. O que houve, para ele, foi apenas um momento em que a prática desse planejamento nos termos tradicionais parecia ter um terreno fértil perante a sociedade em geral. Entretanto, as fissuras e as cisões sociais, decorrentes dos descaminhos da economia e do imaginário político brasileiro, não permitiram que este tipo de planejamento continuasse, por conta da crise do Estado da década de 1980 e a vigência do período neoliberal no Brasil, desde a década de 1990. Sua trajetória pós-COHAB tem muito a dizer sobre todo esse processo, essa escola de planejamento que, em seu nascedouro, já veio com os seus dias de glória contados.

> "[Depois que saí da COHAB] trabalhei oito anos praticamente na iniciativa privada fazendo prédios e enfim. [...] a COHAB era um mundo aquilo lá, eu sou entusiasmado, eu era apaixonado pela COHAB. [...] Então, a COHAB, eu era apaixonado. Agora, a visão... se você quiser ter uma visão integrada do negócio, você vai... [...] você mexe com todas, todas, todas as interferências das técnicas possíveis. Eu tive a oportunidade de ficar um tempo em projetos e um tempo assumindo obras e projetos. [...] Projetos e as obras, então te dá uma visão completa."

Este é o plano da crise, que atinge a todos, que se faz no quotidiano no interior das práticas que competem a cada um. O destino da técnica, ao lado do destino de Ubirajara, colocam os termos do crítico que assevera a necessidade de se pensar e de se fazer um outro urbano e uma outra urbanidade, desta vez para todos. E esta é a grande dificuldade e foi a grande limitação da técnica que, dentro do contexto de um Estado que ainda se recuperava de anos de

autoritarismo, juntamente com a herança de uma economia que não respondia ao tipo de planejamento que se fazia, coloca o crítico em outro patamar: desta vez, nem o Estado e nem a ideologia do planejamento como redentor se mostram suficientes para atender a todas as demandas do urbano, que só fizeram se acumular em todos esses anos de liberalismo econômico, esses tempos do pós-fordismo.

O nascimento da Cidade Tiradentes é a expressão desse movimento no espaço urbano paulistano, e tem muito a dizer para além da prática do vivido dos moradores de conjuntos habitacionais. É um mundo a ser desvelado, que pode pôr uma outra compreensão dos conteúdos dessa urbanização crítica. Esse é o momento de prepararmos terreno para que os moradores da atual Cidade Tiradentes coloquem seu vivido, por intermédio de seus depoimentos, no período posterior à implantação dos conjuntos habitacionais.

2.6. A produção do espaço pós-conjuntos: o nascimento da Cidade Tiradentes.

> "A seqüência foi, primeiro os descobridores de São Paulo, que é o Padre José de Anchieta, conjunto que é Itaquera I, na realidade são três conjuntos: Padre José de Anchieta, Padre Manuel de Paiva e Padre Manuel da Nóbrega, [...] na área do Itaquera I são três conjuntos. [...] São os três fundadores de São Paulo. Depois foi o mentor da independência, que foi o José Bonifácio. E depois foi o mártir da independência, que foi o Tiradentes. [...] O 'José de Anchieta' foi [batizado pelo] José Celestino Borroul, grande figura, grande... o maior administrador público que eu conheci, além do Olavo Setúbal. [...] Depois, o 'José Bonifácio' também foi ele. Mas ele sempre entrava em contato com a câmara, sempre tinha um pouco de consulta pra ver se o nome era... Agora, Tiradentes eu não sei se foi ele também, ou quem foi o responsável." [Ubirajara]

As representações do espaço, assim como o espaço ele mesmo, necessitam do desvendamento de sua história; de tal forma, é possível compreender o que está nos sedimentos da concepção do espaço. Os nomes dos conjuntos habitacionais supracitados têm muito a dizer sobre o papel dos

técnicos responsáveis pela construção dos conjuntos da Zona Leste: quando a COHAB se une às ditas "personalidades históricas", como responsáveis pela "fundação de São Paulo", a concepção personalista se mescla ao que se desejaria enquanto constituição do espaço. Trata-se do espaço pelo poder, pelo desejo de, por intermédio dos nomes, impor a marca do Estado, das classes dominantes, desde o momento em que se coloca tais nomes em homenagem a essas chamadas figuras históricas. Esta é a expressão do uso do espaço como um campo de práticas com vistas ao poder, da concepção do espaço como uma estratégia de classe. Na análise de alguns conjuntos urbanos que estavam começando a pontuar as paisagens urbanas francesas, Lefebvre nos reitera essa idéia.

> "Esses novos Bairros [Lacq-Mourenx e Pinède d'en Bas, ambas no sul da França] mostram as diversas soluções oferecidas aos realizadores dos conjuntos urbanos. Encontramos tanto grandes empresas construtoras que vendem ou alugam apartamentos de preços elevados, com tipos diversos de co-propriedade e diferentes modalidades de empresas municipais ou departamentais associadas ou não a empresas privadas ou a filiais de Caixas Econômicas."[114]

A estratégia de classe é a mesma que coloca a luta como uma necessidade do quotidiano. Não há vida possível, nos termos de uma vida cindida, sem a luta. E, em relação às lutas ocorridas na Zona Leste, compreendemos que elas se colocam na trama de redes sociais e das práticas espaciais em sua totalidade. As formas possíveis de construir laços de sociabilidade são duramente invadidas pelo crítico do urbano. E dentro desse crítico e dessas redes e teias de sociabilidade, vão se constituindo as formas de inserção no mundo do trabalho e também nas grandes cadeias de consumo. Em Cidade Tiradentes, conforme será demonstrado a seguir no depoimento de Cláudia[115], grandes redes do

---

[114] LEFEBVRE. **De lo rural a lo urbano,** pp. 110 – 111. Tradução nossa.

[115] Cláudia convive com a presença-ausência dessas grandes redes de comércio varejista nas teias de sua luta pelo terreno onde reside e trabalha, conforme se verá adiante em seu depoimento.

comércio varejista vão colocando a possibilidade de transformar a fisionomia local.

> "Mesmo nas regiões mais distantes da cidade, os circuitos do mercado e os grandes equipamentos de consumo compõem a paisagem urbana, provocando mudanças importantes nas dinâmicas familiares e na economia doméstica, nas formas de sociabilidade e redes sociais, nas práticas urbanas e seus circuitos"[116].

A implantação desses grandes conjuntos comerciais nas periferias é responsável por vários processos diversos. Um deles, para além da mudança na paisagem, indica a percepção de que o lugar está "valorizado" e, portanto, mais caro. Dessa forma, essa valorização, além de representar mais uma alternativa de lazer (o passeio no shopping center ou no hipermercado que tem uma praça de alimentação, anseio de muitos que, ao menos no nível da aparência, desejam ingressar no mundo do consumo), representa a possibilidade de incrementar a renda familiar por intermédio do aluguel ou mesmo da venda do terreno e da casa. No entanto, isso só é plenamente possível onde existe a segurança jurídica da propriedade privada da terra, o que não é o caso da grande maioria dos habitantes de Cidade Tiradentes.

A economia urbana, dentro da constituição dessas áreas mais distantes do centro da cidade, se alia ao processo quotidiano da luta pela sobrevivência. Dentro de todas essas lutas, o jogo entre o legal e o ilegal, entre a vida e a morte são colocados no contexto totalizante das práticas espaciais de muitos moradores das periferias da Zona Leste. O plano da luta, ao mesmo tempo em que se coloca no plano das práticas do quotidiano, se mescla ao mundo do trabalho, como já assinalamos, e colocam essa possibilidade.

O estudo de Telles (2006) sobre as trajetórias urbanas no seio da transcrição dos conteúdos da cidade coloca o caso do vivido de alguns moradores dessa região da cidade de São Paulo. Muito próximo à Cidade

---

[116] TELLES e CABANES (org.) **Nas tramas da cidade...,** p. 12.

Tiradentes, o distrito de Guaianases comporta muitas características no tocante ao entendimento das teias sócio-espaciais que se formam no âmbito da apropriação e o vivido nos lugares. A autora aponta, por exemplo, o caso de Francisco, um morador dessa região, que se torna um perueiro em 1984, quando trabalhava em uma metalúrgica e sentia a necessidade dos seus colegas de se locomoverem até este posto de trabalho. Em 1993, quando a empresa onde trabalhava fechou as portas e se mudou para o interior, Francisco se firmou na ocupação de perueiro; em boa parte de sua vida, tem construído toda a sua convivência com máfias de perueiros e certas "cooperativas" que controlam a complexa e caótica rede de transportes públicos nessa região da cidade. Trata-se de uma relação que se estende a inúmeras escalas e redes sociais, configurando territórios e compondo um campo de práticas. E a convivência com as máfias e cooperativas de transporte colocam a todo instante o sentido das redes sociais que vão se territorializando, e colocam também uma linha muito tênue entre as legalidades e ilegalidades, as zonas de sombra e de luz[117].

As zonas de indiferenciação entre o legal e o ilegal e outros estatutos sociais vão se colocando numa teia de produção de formas várias de violência. No caso da produção da metrópole por intermédio dos processos de segregação desde muito tempo, as formas de violência se colocam nestes termos, e tem sido uma constante preocupação de quem estuda a cidade e o urbano.[118]

Segregação urbana, exclusão e violência. Muito mais do que simples palavras, colocadas lado a lado de modo aleatório, são três faces da mesma moeda, a criação e a manutenção de territorialidades do crítico, que impede que muitas pessoas tenham a possibilidade de ascender ao quotidiano. Este é um nível de segurança que por muitas vezes é negado, e essas formas de violência, que definem de uma maneira muito tênue a vida e a morte, se colocam no contexto do crítico de maneira dramática para uma grande parcela da

---

[117] TELLES. **Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade.** In TELLES e CABANES (org.). Op. cit., pp. 106 a 108.

[118] MARICATO. **Metrópole na periferia do capitalismo...,** p. 74.

população. Muito próximo de Cidade Tiradentes, por exemplo, no Jardim São Carlos, ocorre a presença de João, o militante, que sempre é ameaçado de morte pelos grileiros da região. "Como ele diz, 'é assim a zona leste, na base do ferro e fogo': histórias de policiais corruptos, de gente que é morta, assassinatos encomendados por grileiros, violência desmedida contra moradores". E, neste contexto de indiferenciação entre o legal e o ilegal, de um jogo que constantemente decide a vida e a morte, João é morto em 2003.[119] De tal forma, o "ferro e fogo" da Zona Leste de São Paulo se estende a todas as periferias urbanas paulistanas, e marcam um processo que se faz apoiado na produção do crítico como condição essencial de reprodução dos territórios da economia capitalista.

Trata-se de uma sociedade onde os termos do crítico estão colocados numa teia de relações sociais frágeis, tensas, e que compõem toda a atmosfera da metrópole. Os tempos de flexibilização da economia expressam o aumento das formas de desemprego e subemprego, aliadas a uma percepção de que não há futuro possível dentro de uma estrutura que é incapaz de proporcionar o urbano para todos. Todas essas formas de eliminação do outro por intermédio do jogo de vida e morte nos leva a existência de uma gigantesca desmobilização social. Harvey nos coloca todo esse movimento da seguinte maneira:

> "O anseio utópico cedeu lugar ao desemprego, à discriminação, ao desespero e à alienação. As repressões e a raiva estão hoje evidentes em todo e qualquer lugar. [...] A cidade encarcera os subprivilegiados e os marginaliza ainda mais com respeito à sociedade mais ampla."[120]

No entanto, o corpo se coloca, se posiciona em um contexto como tal. Esse corpo reivindica seu espaço, por intermédio de sua pulsão, por meio da luta pela moradia e pelo lugar. A vida concreta e a concretude das condições estabelecidas se mesclam a uma necessidade de colocarmos a percepção a

---

[119] TELLES, Vera da Silva e ALVES, Eliana. **Territórios em disputa: a produção do espaço em ato.** In: TELLES e CABANES (org.). Op. cit., p. 369.

[120] HARVEY. **Espaços de esperança**, p. 25.

respeito desse espaço como importante para desvendar os conteúdos de uma metrópole que se reproduz nessa qualidade.[121]

Habitar os lugares da metrópole significa ter uma dimensão de totalidade por intermédio dos deslocamentos quotidianos, a memória, o tato, o viver os espaços, ainda que de forma alienada e alienante. As trajetórias, muito mais do que deslocamentos quotidianos, são postas em um contexto de lutas, pois vivenciar a metrópole enquanto fragmentada supõe que a economia urbana não se realiza sem essa necessidade.

Apropriar-se de uma metrópole fragmentada, hostil e avessa à maioria das pessoas é uma impossibilidade que, em certos momentos, se torna possível. A possibilidade de apropriação do espaço total se coloca no momento em que a luta se constitui. Lutar pelo espaço e lutar pela vida são condições postas pelo estabelecimento de inúmeras redes e territórios diversos, além de ser um imperativo dentro do contexto do crítico. Muito além do restrito espaço da moradia, existe uma rua, um bairro, uma cidade. E a cidade precisa se fazer presente no momento em que a casa em si não é mais suficiente para suprir as necessidades humanas[122]. Assim, o plano do crítico sobre qual nos preparamos para desvendar os conteúdos dos conjuntos se desenrola nos depoimentos dos moradores pós-conjuntos. Dessa forma, abre-se a perspectiva de trabalharmos o

---

[121] "[...] o espaço do habitar tem o sentido dado pela reprodução da vida, tratando-se do espaço concreto dos gestos, do corpo, eu constrói a memória, porque cria identidades, através dos reconhecimentos, pois aí coabitam objetos e o corpo." CARLOS. **O espaço urbano...,** p. 119.

[122] "Nós devemos a Gaston Bachelard em sua 'poética do espaço', algumas páginas inesquecíveis sobre a Casa. Quanto à Martin Heidegger, o habitar tem um papel essencial na sua doutrina. A terra é o habitar do homem, esse 'ser' excepcional entre os 'seres' (os 'sendo'), como sua linguagem é a Continuidade do Ser absoluto. Esta filosofia que não se quer mais metafísica e que contesta a etiqueta 'existencialista' que os leitores pouco advertidos lhe cola à testa, fez a interrogação radical: 'o que é habitar?' Há, segundo o autor, uma ligação entre o construir, o habitar, o pensar (e o falar). O habitar, na sua essência, é poético. É um traço fundamental da vida humana, e não uma forma acidental ou uma função determinada. [...] A habitação, a continuidade, o fato de se fixar ao solo (ou desligar-se), o fato de se enraizar (ou desenraizar-se), o fato de viver aqui ou lá (e por conseqüência partir, ir embora), esses fatos e conjuntos de fatos são inerentes ao ser humano. Eles constituem um conjunto às vezes coerente e prenhe de contradições, de conflitos virtuais ou atuais. O homem (o homem enquanto espécie) pode dizer-se faber, sapiens, loquens, ludens, ridens etc." LEFEBVRE, Henri, in RAYMOND et al., **L'habitat pavillionaire,** pp. 7-9. Tradução nossa.

plano do crítico por meio desses depoimentos e visarmos abrir outras portas e outras formas possíveis de elucidação dessa metrópole.

2.6.1. O plano do vivido pós-Cidade Tiradentes: alguns depoimentos

O momento que veio logo após a implantação dos conjuntos habitacionais em Santa Etelvina, como vimos, deu origem à atual Cidade Tiradentes. E a Cidade Tiradentes constrói uma imensa história, cifrada no teor dos depoimentos de quem a viveu desde os seus primórdios. Trata-se de territórios aonde as histórias e as práticas diversas vão se entrecruzando e compondo novas territorialidades, todas advindas do processo de luta imiscuída ao quotidiano. O quotidiano, este que condiciona o corpo, sua história, suas práticas, condiciona também as relações sócio-espaciais. Este é o contexto de um crítico, de um momento da reprodução da metrópole paulistana que praticamente obrigou ao exílio milhares de pessoas que, aos poucos, foram chegando e povoando as unidades habitacionais dos conjuntos de Tiradentes e muitos outros nas periferias paulistanas. Era o nascimento de um novo bairro, um novo fragmento, o que combinou com a supressão de tudo o que havia antes em termos do vivido e do percebido. Enfim, chegou o urbano e seus agentes também.

Os agentes desse urbano pioneiro em Cidade Tiradentes, que colocam por força de sua voz o que estava em jogo em suas vidas e a vida da metrópole em geral, aparecem neste ponto de nosso trabalho como os condutores de um fio que nos leva a entender outras complexidades intrincadas ao urbano. São histórias de abandono, de exílio, de descuidado e do sentimento de enganação, nos termos de uma história que vai se fazendo estruturada na segregação urbana e da negação do urbano para todos, por conta dessa impossibilidade colocada. Ao puxar os fios, tecemos uma rede de histórias e práticas que, no seu entrecruzamento, colocam os conteúdos envolvidos na construção do

quotidiano em Cidade Tiradentes. Trata-se de histórias entrecruzadas, vividas em conjunto, que ocorrem tão-somente por força da relação.

Luiz, morador da Cidade Tiradentes desde 1984, taxista da chamada "Praça do 65", na Avenida dos Metalúrgicos, coloca suas impressões iniciais sobre a Zona Leste e a Cidade Tiradentes do início da década de 1980.

> "[...] Era um lugar sem infra-estrutura nenhuma, era um lugar que foi construído como um dormitório aí, e de qualquer forma, e jogaram o pessoal aqui dentro. Quer dizer, que as pessoas que tiveram que se virar por conta própria, em todos os sentidos. Agora, hoje não, hoje mudou muito, hoje a coisa melhorou 100% ou até 300%. E hoje nós estamos vendo aí, nós temos padaria, nós temos um comércio todo, está vindo uns mercados novos aí pra cá, tem hospital, tem escola técnica, tem outras coisas mais. Então isso aí trouxe uma evolução muito grande e isso está valorizando cada vez mais o nosso bairro. [...] aqui não tinha nada, meu irmão, aqui era... Jogaram a gente aqui dentro, como quem diz 'se vire aí, ó', é ao deus-dará, nos entregaram à sorte aqui. A única coisa que tinha aqui era criminalidade, todo dia aparecia dez morto aí, em cada canto aí..." [Luiz]

O abandono, a presença-ausência do Estado, duramente sentida na fala de Luiz, coloca os termos de uma situação onde, realmente, cada um teria que "se virar", era o jogo do cada-um-por-si. A criminalidade, esta velha companheira das periferias paulistanas e outras periferias Brasil afora, não poderia deixar de fazer parte deste mundo onde o que parecia existir era somente a lei do mais forte. Esta lei, mesclada a todo o jogo que define e coloca os termos da vida e da morte, tal como um jogo de luzes e sombras, coloca seus conteúdos nas práticas sócio-espaciais dos pioneiros dos nascentes conjuntos habitacionais. A segregação urbana, conseqüência necessária da prática do Estado perfeitamente incluída nos projetos das classes dominantes, é o desdobramento de um processo onde a grande maioria da população se vê obrigada a rechear as periferias. Contudo, mesmo com toda a precariedade dos tempos épicos de ocupação da Cidade Tiradentes, verifica-se que, de alguma forma, o "progresso" chegou, calcados nos termos da ampliação da oferta dos

equipamentos de consumo, de algumas estruturas básicas governamentais, de toda a sorte de melhorias que, desde muito cedo, fizeram parte das agendas de reivindicações da população local. Contudo, quais os significados dessas melhorias, em relação ao custo de habitar um local que se "valoriza"? O progresso produz a valorização do espaço, e essa valorização, com todas suas conseqüências quase inevitáveis, já impossibilita o acesso de mais uma parcela da população a essas melhorias. Este é um raciocínio que, no fio condutor da composição dos depoimentos, vai sendo delineado e vai-nos mostrando o quão presente se faz essa valorização do espaço no quotidiano.

> "Ah não, hoje não, é aquilo que eu te falei, saímos do inferno e viemos para o céu. Quer dizer, que hoje a gente vive no céu praticamente... Quem é morador aqui sabe disso, a forma como isso aqui se transformou de repente, entendeu? [...] O que está acontecendo é que a população está se organizando, tem associações, o pessoal foi se organizando e foram reivindicando, né? E outra, os empresários também, por sua vez, vendo o excesso de gente que tem aqui, começaram a investir, e estão visando o lucro deles, é ou não é? Todo mundo sabe que o investimento é em torno disso, se fosse um lugar que não oferecesse benefícios pra eles, eles não iam investir em nada aqui." [Luiz]

Este é o momento em que as melhorias são devidas a alguns traços presentes no corpo do quotidiano: associações e organizações diversas em plena consonância com a ação dos empresários. Esses são os conteúdos que, em Cidade Tiradentes, são profundamente marcantes em sua paisagem: a quantidade de organizações não-governamentais, associações de moradores, institutos em prol do desenvolvimento social, grupos de jovens diversos, sem contar com a presença, desde 2000, de muitas estruturas de serviços públicos: bibliotecas municipais, centros educacionais, o hospital etc. São presenças que indicam que o crítico do lugar seria compensado, de certa forma, por essas redes de assistência e desenvolvimento social. Mas, como já se sabe, nos tempos de pós-fordismo e produção flexível, onde os empregos somem e os problemas sociais se tornam mais agudos, é necessário essa intervenção no bojo de agentes econômicos que visam a administração da pobreza enquanto um grande

negócio. E, no esteio de grandes empresas que se vêem impelidas a substituir o Estado nas suas funções mais básicas – tal como o cuidado de uma praça pública – entra em cena Sérgio, trabalhador de uma praça administrada por uma grande empresa multinacional que, ao mesmo tempo em que "cuida" da praça, faz a sua própria propaganda, como o selo de "responsabilidade social". Sérgio nos oferece também uma boa qualidade de impressões a respeito do lugar e de seus conteúdos vividos e percebidos.

> "De sete anos pra cá, quando eu entrei aqui, teve muita criminalidade, muita morte aí... Desde 2005 muita coisa tá mudando, rapaz, tá mudando pra melhor. [...] É, pra cá, tá mudando pra melhor, porque a gente sempre ouviu que tinha projeto de hospital, o hospital nunca saiu, teve abaixo-assinado, teve uma grande multidão aí, políticos, né, veio pra conversar com o povo, mas nunca tinha feito. Mas, graças a Deus esse ano [2007] saiu o hospital, benefício pra nós também, né, queremos que nós, todos nós, não só eu, mas todo mundo, quer o hospital 100%, que é onde eles estão falando que é o ano que vem. Tem muitas gestantes, [...] já ganhando filhos aí, tá sendo tratados. É aquela margem, né, uns gostam, falam bem, são bem tratados e outros tem aspectos negativos também, né, a gente não pode agradar a todos. [...] Tem dias que o médico atende numa boa vontade e tem outros que fazem rodízio e atendem numa má vontade, ta entendendo, que nem no caso do PS. Foi construído o hospital e eles maltratam o atendimento do paciente, bota todo mundo passando no hospital, ta entendendo?"

A satisfação pela presença do hospital, ao mesmo tempo em que é tratada como um resultado da vitória da luta pela população da Cidade Tiradentes por um grande equipamento de saúde é atravessada pela impressão de que nem mesmo essa "vitória" é capaz de agradar a todos os que precisam desse serviço. Percebe-se também, neste ínterim, que a relação entre os Postos de Saúde e o Hospital, recém-inaugurado, ocorre de maneira tensa, conflituosa, não havendo uma integração que fosse desejável ao entrevistado. Os humores no atendimento ao público que, segundo o depoimento, são variáveis conforme a pessoa que atende e a situação, perfazem toda a teia de relações sociais dentro de um universo onde as carências são muitas, principalmente a carência de

empregos. A impressão colocada no tom deste depoimento é que a luta se faz no quotidiano, no dia-a-dia, nos termos das condições materiais estabelecidas. Desta forma, conhecem seus limites e suas barreiras.

> "Porque o povo luta, ta entendendo, porque nós estamos precisando de muitas coisas, eu creio, acredito também, tenho fé que vai melhorar ainda mais daqui pra frente, já ta melhor, vai melhorar ainda mais, ta entendendo, que nem a criminalidade, baixou o número, ta entendendo, não tô mais vendo ocorrência por aqui por perto, ta entendendo, e assim vai melhorando as coisas, conforme o... que nem, o transporte também, ta melhor, né, e eu acredito no positivo, mas tem gente que gosta do negativo, porque sempre tem alguma coisa pra reclamar, tanto nos pessoal que tá fazendo manutenção da praça, do hospital, do posto, das escolas, sempre tem aquele pessoal que sempre vai reclamar, ta entendendo, não tem quem não vai reclamar. [...] a crítica que sempre o pessoal faz em termos gerais, engloba a área da saúde, educação, transporte, a parte do trabalho também né, essa iniciativa importante... tem muito desempregado, porque nós somos povo e precisamos de ajuda, né, das partes superiores pra tar nos ajudando e abrindo mais áreas de serviço. Tem muitos pessoais ali, dos meus também, que tão precisando. Tão precisando de trabalho, são pais de família, correm pra lá, correm pra cá, ta vendendo seus produtos, como camelôs, e vem a prefeitura, fiscalização, pra tirar, ta entendendo? E eles vão trabalhar aonde?"

As zonas de bloqueio e os seus limites são conferidos ao desemprego, que parece ser um drama que atinge a muita gente no contexto da Cidade Tiradentes. As impossibilidades impostas por uma economia que a todo tempo propõe a eliminação dos empregos e ao mesmo tempo em que nega qualquer oportunidade de trabalho reafirma, paradoxalmente, este mundo do trabalho. A presença-ausência do trabalho enquanto possibilidade marca de forma substancial a vida de quem habita as periferias distantes de São Paulo. Além disso, outras instâncias da vida são completamente invadidas pelo crítico da economia, que parece reduzir tudo a uma mera relação de valor-de-troca. A luta, também instrumentalizada por esse desígnio, compõe os objetivos e as

práticas das associações de moradores, o que causa uma grande desilusão por conta de sua incapacidade de atender aos anseios de toda uma população pelo urbano constantemente negado.

> "São várias [associações de moradores], né, que tão por aqui, e sempre tem que estar contribuindo com valores, pra ta adquirindo uma cesta básica, né, um leite, ou até mesmo ta conveniado pra ta pagando um mutirão. O povo ta aprendendo, que tão desempregado, não tem oportunidade, quer concorrer a uma vaga de emprego, um concurso é muito disputado, ta entendendo? Você vai ver, você anda essa Cidade Tiradentes de ponta a ponta e você vai perguntar, 'você ta empregado?', 'que profissão você tem?', 'tem registro em carteira?' e a maioria não tem registro em carteira, porque não tem oportunidade de ser registrado, ta entendendo? Esse é um aspecto, em termos gerais, do negativo, ta entendendo, e o positivo é tudo que nos beneficia, ta entendendo? Um estudo de qualidade, a educação de qualidade, ta entendendo, em todos os gerais... Porque nós precisa aprender, não desaprender, ta entendendo."

A quantidade de associações de moradores está estruturada dentro de um contexto que propõe a sua captura por interesses diversos, quase sempre de cunho privado. Numa economia onde todo e qualquer possível é constantemente trazido para dentro do movimento da economia política, torna-se muito difícil para o possível se realizar. Na discussão a respeito dos direitos sociais, as práticas associativas se encontram atravessadas pela representação de discursos e práticas que se colocam de maneira extremamente contraditória.[123]

---

[123] "É nessa articulação entre movimentos sociais e práticas associativas, direitos e espaços públicos democráticos que se pode ver os registros de uma sociedade civil em formação, entendendo por isso não simplesmente uma sociedade que se estrutura nas regras de organização dos interesses privados. Mas uma sociedade na qual as relações sociais são mediadas pelo reconhecimento de direitos e representação de interesses, de tal forma que se torne factível a construção de espaços públicos que confiram legitimidade aos conflitos e nos quais a medida de equidade e a regra de justiça venham a ser alvo do debate e de uma permanente interlocução." TELLES. **Direitos sociais: afinal, do que se trata?,** pp. 161 e 162.

O assistencialismo e as redes de paternalismo são muito presentes em um lugar onde a falta de trabalho e de renda é a tônica regente, e expressam a indistinção social entre interesses públicos e privados, atrelados à compreensão e à prática dos conteúdos acerca dos direitos sociais. São tramas que se misturam às tramas e às redes das máfias diversas e do crime organizado, que, da forma que se territorializam e ramificam suas influências das mais variadas formas, colocam também os limites e os bloqueios à possibilidade do urbano e também do quotidiano, nível da prática social que ainda oferece alguma segurança, embora alienada. É o movimento que é apontado por muitos autores que destacam que a ausência de Estado em muitos sentidos, aliados ao desemprego estrutural e à falta de perspectivas possíveis para o futuro, leva à existência e à plena reprodução dessas redes e territorialidades mafiosas.

> "**É assim, tem síndico, que ta esse morador morando, conversa com o morador, 'ah, cê vai vender? Ah, tal...', dá um susto na pessoa, e que é assim, a pessoa é estelionatário, pega os apartamentos dos moradores, assusta, e começa a repassar pra outros!** Vai alugando os apartamentos, ta entendendo? [...] Vai com o dinheiro que pediu, estipulou, vai embora... [...] Tem apartamento que é [vendido por] 2.000 [reais], pessoa pra se livrar mesmo, e que tem aquele negócio do medo, pra se livrar do apartamento, 'ah, 1.500, 1.000 reais, 2.000..., to indo embora', ta entendendo... Tem outros que é 15.000, 20.000 e tal, e isso daí acontece porque o estelionatário que tem, né, nesses lugares daqui, 'não, te dou 1.000 reais, 2.000, 3.000 e você vai embora.' [...] Porque a pessoa já está visando naquilo lá, [...] esse estelionatário, que se estipula síndico (enfático), [...] e ta repassando pra outros, está alugando os apartamentos. E pessoas que entram nos apartamentos sem saber, né, depois que descobrem aquele que o atual dono, né, que se intitula dono pras pessoas, depois que vai descobrir, esse novo morador, sem saber de nada, eles são inocentes, e quem vai pagar o pato, são esses atuais. **São coisas que os outros moradores só diz de boca.** E tão pagando condomínio, já tão pagando propina pro próprio estelionatário, que se dizem síndico, não é? Não digo todos, mas alguns... [...] A moradia aqui é assim, ta entendendo, e a pessoa que concorda com o rolo, 'ah, eu to morando', ta concordando com o rolo, [...] mesmo assim tão inocentes... [...] Tem muita denúncia,

> realmente, a COHAB não pode dizer que não saiba, ela sabe sim. Eu acredito assim, que a COHAB ta dando um tempo pra pessoa ir lá, se apresentar, pra ta regularizando, ta entendendo? Então, antes que venha a ordem de despejo, ta entendendo, porque tem donos legítimos que ta viajando, ta entendendo, deixou a chave com o síndico, né, e o síndico usou de má-fé. [...] E aí, ta essa briga, até o dia de hoje, em alguns prédios, aqui, ta entendendo? Que eu tou sabendo, que um prédio, isso daí, que o dono ta jogando na justiça pra ta tirando o inquilino que ele nem pôs, ta entendendo?" [grifo nosso]

As redes do crime organizado, que se territorializam das mais variadas formas, tornam-se duramente presentes no quotidiano desses moradores citados neste depoimento, que também é marcado pelo não-dito: "isso é o que eu ouvi dizer", "foi o que me disseram", "é o que o povo diz"... Assim, essas ilegalidades, que também são uma forma de acumulação primitiva, conhecem no roubo e na extorsão um terreno fértil para o lucrativo negócio de aluguel de apartamentos. Faces de um capitalismo rentista, essa prática se alia à necessidade constante de moradia, que nunca é suprida. A expressão disso está no papel exercido por algumas associações de moradores, que segundo o nosso entrevistado, não passam de associações de fachada que lucram com o rentável negócio de grilagem de terras públicas (e seu posterior parcelamento) para fins de ocupação de uma enorme massa de pessoas que ainda sequer conquistaram o direito de morar.

> "Quando eu me associei numa associação, eu não tava ciente daquilo que tava acontecendo, porque diziam que era legalizado, pela lei, pela prefeitura, tá entendendo? Depois que eu fiquei sabendo que é tudo pessoas de... vamos se dizer, gato! Pega o dinheiro, se beneficia e dão um 'perdido', vai embora, ta entendendo? Isso aconteceu com uma associação, onde fica o 'combate à dengue', ali também, ta entendendo, ali tinha uma associação e a pessoa foi embora, levou bastante dinheiro junto, inclusive o meu e de muitos moradores. Eles fizeram uma promessa de um terreno... tem pessoas que deu R$ 100,00, pra ta adiantando dois meses, ta comprando um lugarzinho e um prédio lá na Santo André. Aí depois nós ficamos cientes que era tudo mentira, ta

> entendendo, tudo mentira, e o nome da pessoa, como eu digo, pra não prejudicar ninguém, isso daí a pessoa usou de má-fé, e tem muitas associações que não é legalizadas, ta se beneficiando, fazendo promessas de casa, casa, e não tem casa! [...] **Porque a necessidade, ela é muita! Ela é gritante!** E o pessoal ta com falta de informação pra saber da realidade. Que nem um caso que aconteceu, né, eu entrei em três associação, falei, 'gente, ta alguma coisa errada!', e eu fui o voz ativa do... dessa associação, que era pequenininha, falei, 'peraí, vem cá, você que ta proposto, colocando essa proposta de terreno invadido, minha filha, não é assim não, invasão, pelo que eu saiba, dá cadeia!' Invasão de órgão público, terreno particular de prefeitura do governo, ó, to fora e eu dei incentivação pro povo ta reclamando, ta entendendo? [...] E a gente paga um carnezinho, cinco reais por família, pra duzentas pessoas, olha quanto dinheiro que a pessoa não ta aglobando aí, e dizendo, incentivando o povo a invadir uma coisa que não é deles legalmente..." [grifo nosso]

***

O crítico de uma realidade que fez juntar, em um mesmo pedaço, pobres de todas as partes da cidade e também de outras cidades e estados, todos que, por várias razões, não conseguiram se encaixar em outras regiões da cidade, não tiveram alternativa a não ser encontrarem a Cidade Tiradentes como a única moradia possível. E o encontro, forçado porque a metrópole não colocou alternativas a essa população senão o exílio, produziu a realidade de um lugar onde as condições de moradia eram as piores possíveis. A segregação urbana produz as suas próprias redes de sociabilidade, que só se possibilitam no momento em que se relacionam à teia das condições materialmente estabelecidas. É neste momento que começamos a nos referir ao depoimento de Dalva e seu marido, Roberto.

A riqueza do depoimento de ambos nos leva à consideração de que o quotidiano, por vezes, produz o seu outro, a sua própria crítica. A formação política desse casal que, após tantas idas e vindas, após uma vida sacrificada

conseguiu reproduzir os territórios de sua família[124], colocam a luta como um ingrediente básico da vida dentro de um contexto de extrema adversidade. O vivido, assim, expressa muito bem a nossa preposição a respeito da luta como um ingrediente para compreendermos o crítico da urbanização em uma região distante da cidade. Voltemos à Cidade Tiradentes de 1984, momento de sua ocupação inicial, seu campo de práticas e de lutas.

> "[Aqui] não tinha lugar pra comprar pão, era uma perua que vinha de manhã, 6:00 da manhã, chamava Beto, ele vinha com a perua oferecendo pão e leite pra gente, certo, e depois ele voltava 6:00 da tarde. [...] Não tinha ninguém, nessa rua aqui só tinha eu, a mulher daqui do lado, nessas ruas e nessa rua. Não tinha ninguém, você olhava e era assim uma visão terrível. E o ônibus era um ônibus que ia pro Glicério, ele saía daqui... [...] Ele saía de baixo do 'meia cinco', assim, tanto que os ônibus têm os números dos setores. Então, lá em baixo é [a linha de ônibus] 3065, que saía, do terminal embaixo, e ia até o Glicério, e aí o pessoal pegava o ônibus pra ir pra lá, mas quando ele vinha... Era um ônibus só, e passava de uma em uma hora. [...] [Até o Glicério, o ônibus levava] umas duas horas. Porque agora, com essa facilidade, pela Radial, se a gente pode ir

[124] O pai de Roberto, já falecido, tinha uma ligação com o Partido Comunista Brasileiro, além de ter relações pessoais e profissionais com Luís Carlos Prestes, importante personagem da história política brasileira do século XX. Esse legado de formação política, segundo Roberto, veio de seu pai. Em relação aos cinco filhos do casal, todos já com mais de vinte anos de idade, eles possuem um alto grau de instrução: são todos universitários. Apesar de Dalva não considerar isso tão incrível assim, essa é uma exceção em lugares como Cidade Tiradentes, onde os níveis de instrução da população são mais baixos do que no restante da metrópole. A tabela abaixo mostra o grau de escolaridade de Cidade Tiradentes em comparação com a Região Leste 2 e o município de São Paulo, com dados de 1996.

Distrito / Região		Anos de estudo						
		População Total*	Menos de 1	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Completo	Ensino Superior Completo	Não determinado
Cidade Tiradentes	N.A.	148.237	9.339	87.129	32.389	16.401	1.060	1.919
	%	100,00	6,30	58,78	21,85	11,06	**0,72**	1,29
Região Leste 2	N.A.	1.788.144	146.347	1.001.133	353.749	225.771	32.064	29.080
	%	100,00	8,18	55,99	19,78	12,63	**1,79**	1,63
Município de São Paulo	N.A.	9.198.955	820.460	4.414.936	1.660.850	1.538.202	613.245	151.262
	%	100,00	8,92	47,99	18,05	16,72	**6,67**	1,64

*Pessoas com 4 anos ou mais. Adaptado de Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – SEMPLA, apud SLOMIANSKY, 2002.

Para além da estatística, isso pode ser observado também em muitas famílias onde apenas um, dois ou no máximo três de seus componentes conseguiram atingir o ensino superior. Quando tratamos do acesso dessas famílias às universidades públicas, as coisas se tornam mais difíceis ainda. No caso de Dalva e Roberto, dois de seus filhos possuem formação em universidades públicas.

> até o Terminal Parque Dom Pedro, chega a gastar isso, não é, apesar que agora tem muito mais trânsito, mas antes não tinha trânsito." [Dalva]

A ausência de transportes e de equipamentos básicos de consumo vem acompanhada pelo discurso já apresentado no teor dos planos concebidos pelo Estado: o PMDI e os demais planos da década de 1970 destinaram a região leste como esse vetor de crescimento urbano, por intermédio da implantação de grandes conjuntos habitacionais, tal como fora assinalado anteriormente. E esse crescimento urbano orientado, balizado pela orientação de uma prática de intervenção estatal dentro de um corpo técnico-político conflituoso por conta da natureza das condições políticas e econômicas presentes na São Paulo do fim dos anos 70, colocou aos presentes moradores da Santa Etelvina de 1984 que a região seria desenvolvida pela presença destes; portanto, eles seriam os "desbravadores oficiais" da região, os que abririam caminho para o chamado "desenvolvimento urbano". Esta foi uma promessa que, por muito tempo, não se realizou completamente, e os efeitos desse descumprimento foram dramaticamente percebidos pela população local. Mas, ao nível do percebido, o "desenvolvimento" chegou a São Mateus e Iguatemi, as antigas fronteiras urbanas pré-Tiradentes.

> "[...] Iguatemi ali era terrível, era um bairro assim muito feio, São Mateus. Assim, desenvolveu mais depois do pessoal da Tiradentes. Numa das reuniões que a gente participou de bairro, eles falaram o seguinte, que eles fizeram a Cidade Tiradentes, que eles começaram a trazer o pessoal pra cá, pra que, pra poder acelerar o desenvolvimento... [...] Porque foi uma maneira de trazer o pessoal... Aí que foi desenvolvendo. Eu acho assim, que eles desenvolveram bem essa região pra lá depois que o pessoal começou a vir pra cá. Assim, no dia em que eu estava chegando, era..., você olhava assim, parecia... sabe aqueles filmes de faroeste, que você assiste assim, antigo assim? É, parecia aquilo, era muito, muito, muito uma coisa assim... desumana! E não tinha escola, as escolas eram naquele centro comercial ali, o prezinho era aquele galpão que tinha ali, e depois que eles foram construindo." [Dalva]